



ESCAS
ESCOLA SUPERIOR DE
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
E SUSTENTABILIDADE

Manual de Reabilitação de Animais Silvestres:

Resgate, manejo e destinação

Guia básico para agentes ambientais

LIGIA ILG



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**MANUAL DE REABILITAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES:
RESGATE, MANEJO E DESTINAÇÃO.**

Guia básico para agentes ambientais.

Por

LIGIA ILG

Nazaré Paulista, 2019



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

MANUAL DE REABILITAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES:

RESGATE, MANEJO E DESTINAÇÃO.

Guia básico para agentes ambientais.

Por

LIGIA ILG

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

PROFA. DRA. CRISTIANA SADDY MARTINS

PROFA. DRA. SUZANA MACHADO PADUA

PROFA. DRA. TÂNIA DE FREITAS RASO

TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS

Nazaré Paulista, 2019

Ficha Catalográfica

Ilg, Ligia.

Manual de Reabilitação de Animais Silvestres:
Resgate, Manejo e Destinação. Guia básico para agentes
ambientais, 2019. 91 pp.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de
Pesquisas Ecológicas

1. Animais Silvestres;
2. Reabilitação;
3. Resgate;
4. Manejo;
5. Destinação.

I. Escola Superior de Conservação Ambiental e
Sustentabilidade, IPÊ

BANCA EXAMINADORA

Nazaré Paulista, São Paulo, aos 30 de novembro de 2019

Profa. Dra. Cristiana Saddy Martins

IPE/ESCAS, Orientadora

Profa. Dra. Suzana Machado Padua

IPE/ESCAS, Orientadora

Profa. Dra. Tânia de Freitas Raso

FMVZ/USP, Orientadora

Aviso legal

Esse é um manual básico, de caráter introdutório, escrito com uma linguagem acessível e criado para colaborar com a capacitação de instituições e profissionais responsáveis pela reabilitação de animais silvestres. As informações aqui reunidas representam, única e estritamente, a visão e experiência particular da autora, não correspondem ao posicionamento de nenhuma instituição pública ou privada e não pretendem servir como fonte de prescrições legais ou protocolos cientificamente aceitos. O conhecimento sobre os animais silvestres está em constante aperfeiçoamento e os métodos empregados para o seu manejo em cativeiro devem acompanhar essa evolução. Profissionais atuando na área de reabilitação de animais silvestres devem confiar em seu próprio conhecimento ao decidir por utilizar qualquer informação descrita aqui ou em qualquer outra bibliografia pertinente. Ao usar tais informações, também devem atentar para a sua própria segurança e de terceiros, assim como a dos animais e ambientes pelos afetados pelo seu trabalho. Os leitores são aconselhados a verificar as informações mais atuais fornecidas pelo desenvolvedor de qualquer técnica, equipamento ou produto eventualmente mencionado, bem como os riscos de sua utilização. É da responsabilidade dos profissionais, confiando na sua própria experiência e conhecimento, determinar a melhor forma de manejar cada animal, tomando todas as precauções de segurança adequadas. Por este meio e na extensão da lei, nem a autora nem seus colaboradores, atuais ou futuros, assumem qualquer responsabilidade por qualquer ferimento ou dano a pessoas, animais, ambiente ou propriedade advinda de qualquer uso dos métodos, produtos, instruções ou idéias contidas neste material.

Copyright e exceções

Esta é uma publicação de acesso público em conformidade com a definição “*BOAI - Budapest Open Access Initiative*”. Todo o conteúdo está disponível gratuitamente, sem ônus para o usuário ou sua instituição. Todas as imagens pertencem à autora, exceto quando houver indicação específica. Os usuários têm permissão para ler, baixar, copiar, distribuir ou imprimir este material livremente, sem pedir permissão prévia à autora, que se reserva apenas o direito de ser adequadamente reconhecida e citado.

A forma sugerida para citar esta obra é:

ILG, Ligia. Manual de reabilitação de animais silvestres: resgate, manejo e destinação. Guia básico para agentes ambientais. 2019. (Mestrado em Conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável) - Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, São Paulo, 2020.

Endereço para contato com a autora:

Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA em Porto Seguro, Bahia. Endereço postal: Unidade Técnica I do IBAMA em Eunápolis. Rua Presidente Kennedy, nº 280, Centro. Cep: 45820-160 Eunápolis, Bahia. Telefone: (73) 3281-1652 e 3281-1526. E-mail: fauna.ibama@gmail.com.

Para todos que inspiram este trabalho, especialmente
aqueles que não se expressam através de palavras.

AGRADECIMENTOS

*“(...) uma alma agradecida,
Se sempre deve, está sempre pagando,
Que ao mesmo tempo se endivida e salda”.
-John Milton, Paraíso Perdido, Livro IV*

A criação deste manual não teria sido possível sem a ajuda de muitas pessoas.

Agradeço inicialmente a proteção de Annelie e Rainer Ilg e a confiança de Marlise Fany Lehner. Seu apoio e amor incondicional foram indispensáveis para que eu pudesse me dedicar à conservação dos animais silvestres.

Agradeço à Mariza da Conceição Soares, pelo carinho e apoio em todos os momentos, e a Felipe Teixeira Cavalcante, sem o qual não haveria sido possível concluir este curso.

Agradeço as minhas orientadoras, as professoras doutoras Cristiana Saddy Martins, Suzana Machado Padua e Tânia de Freitas Raso, por toda a confiança, paciência, ajuda e orientação durante o desenvolvimento deste manual.

Agradeço a Otacílio de Almeida, Rosana Ladeia e Mário D’Ávila pela amizade, pelo ajuda e ensinamentos.

Agradeço ao Instituto Arapyáú e às empresas Fibria, Veracel e Cargill, com o apoio dos quais foi possível participar do Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade realizado pela Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade-ESCAS.

Agradeço a Daniel Ilg pela compreensão e ajuda nos momentos de ausência e pelo amor e carinho em todas as horas.

Finalmente, agradeço especialmente ao meu esposo por me mostrar que o conhecimento e o amor aos animais podem e devem caminhar sempre juntos.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO 1: Resgate de animais silvestres.....	13
1. Introdução	13
2. Procedimentos básicos	16
3. Captura e contenção	24
4. Transporte	37
CAPÍTULO 2 : Manejo de animais silvestres	47
1. Introdução	47
2. Cuidados com a saúde.....	51
3. Alimentação.....	56
4. Reabilitação.....	66
CAPÍTULO 3 : Destinação de animais silvestres	76
1. Introdução	76
2. Opções de destinação.....	83
3. Considerações finais	88
APÊNDICE – Legislação de interesse	91

APRESENTAÇÃO

“Nós nos tornamos, pelo poder de um glorioso acidente evolutivo chamado inteligência, os administradores da continuidade da vida na Terra. Não pedimos esse papel, mas não podemos renunciar a ele. Podemos não estar preparados para essa tarefa, mas aqui estamos.”

-Stephen Jay, O Sorriso do Flamingo: Reflexões em História Natural

Chamamos de reabilitação o conjunto de cuidados oferecidos para que animais silvestres possam viver em liberdade de forma independente, exercendo suas funções naturais e contribuindo com o equilíbrio ambiental. Para isso, podemos realizar diversas ações, incluindo seu recolhimento, primeiros-socorros, tratamento médico veterinário, exercício físico, soltura e monitoramento na natureza.

A reabilitação é especialmente necessária diante de animais em situação de risco, ajudando-os após colidirem com edificações, serem atropelados, atacados por animais domésticos, irregularmente retirados da natureza, encontrados no interior de residências, entre outras possibilidades. Para atender situações como essas, os animais podem ser enviados para locais especializados, como os chamados de “Centros de Reabilitação de Animais Silvestres-CRAS” e os “Centros de Triagem de Animais Silvestres-CETAS”, disponíveis em alguns municípios do Brasil e que operam de acordo com normas específicas.

Além do trabalho realizado pelos CETAS e CRAS, há também outras iniciativas ligadas à reabilitação, como as diariamente realizadas por policiais, bombeiros, analistas e técnicos dos órgãos federais, estaduais e municipais de meio ambiente, que chamaremos aqui de agentes ambientais. Esses profissionais também conduzem atividades de reabilitação ao recolher, ofertar primeiros cuidados e alimentos aos animais diariamente encontrados em situação de risco nos cinco mil quinhentos e quarenta e sete municípios brasileiros que não contam com seus próprios CETAS ou CRAS.

Em um país tão grande, encontramos agentes ambientais realizando a reabilitação de diversas maneiras. Assim, enquanto alguns contam com a proximidade e apoio de Centros especializados, aqueles trabalhando em locais mais isolados podem recorrer à ajuda de outras entidades, como zoológicos e clínicas veterinárias. E há ainda profissionais que não dispõem de qualquer tipo de apoio, fazendo o possível para atender os animais da melhor maneira ao seu alcance.



Fig. 1: Campanha informativa do IBAMA contra a captura e o comércio ilegal de animais silvestres.



Fig. 2: Uma preguiça-comum (*Bradypus variegatus*) com as garras queimadas por choque elétrico.

Embora essas realidades sejam muito diferentes, vamos tentar agrupá-las sob um mesmo nome, para manter uma abordagem mais simples. Por isso, iremos chamar de “Centro de Reabilitação”, ou “Centro”, a qualquer entidade ou setor responsável pelo recolhimento, reabilitação ou destinação de animais silvestres, seja ou não um CETAS ou CRAS. Por extensão, vamos chamar de “reabilitador” ao profissional que se dedica à reabilitação de animais silvestres, aí incluídos os agentes ambientais responsáveis. Embora não seja ideal, dessa maneira podemos abordar de forma mais simples uma necessidade comum à todos os profissionais trabalhando com a reabilitação – a obrigação de oferecer condições dignas aos indivíduos recebidos por sua instituição.

Já havendo trabalhado em municípios desprovidos de um Centro de Reabilitação, a autora experimentou algumas das dificuldades vivenciadas por agentes ambientais em locais semelhantes. Entre essas, é possível destacar a inadiável necessidade de cuidar corretamente dos animais recolhidos, a escassez de textos sobre a reabilitação escritos em língua portuguesa e a distância a ser percorrida para conduzir cada animal para os CETAS e CRAS mais próximos.

Diante dessas dificuldades, fica evidente que a conservação desses animais passa tanto pela construção de novos Centros de Reabilitação quanto pela capacitação dos agentes responsáveis pelo seu atendimento inicial, para que possam oferecer os cuidados necessários mesmo quando não puderem contar com o apoio imediato desses Centros. Por isso, pensando em contribuir para a preparação desses profissionais, a autora organizou na forma deste manual básico um pouco da experiência adquirida à frente do Centro de Triagem de Animais Silvestres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-IBAMA em Porto Seguro, Bahia. Trata-se de um guia introdutório, voltado para situações comumente atendidas por agentes ambientais, e criado a partir da revisão bibliográfica e de soluções encontradas pela autora para desafios nem sempre abordados pela literatura disponível.

Finalmente, embora apresentado aqui como um trabalho individual, esse manual foi criado para integrar uma obra formada por dois volumes distintos, pelo que a autora recomenda a leitura do volume adicional ¹, dedicado ao planejamento e seleção de estruturas e equipamentos úteis para a reabilitação de animais silvestres.

¹TEIXEIRA NETO, Cid.. Manual de reabilitação de animais silvestres: planejamento, estruturas e equipamentos. Guia básico para agentes ambientais. 2019. (Mestrado em Conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável) - Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, São Paulo, 2020.



Fig. 3: Autora observa as condições de animais retirados da natureza por comerciantes ilegais.



Fig. 4: Alguns animais apreendidos exigem técnicas de reabilitação específicas, como esse macaco-prego.



Fig. 5: Animais silvestres apreendidos em feira livre.

CAPÍTULO 1

Resgate de animais silvestres

1. Introdução

*"Aos doentes tenha por hábito duas coisas - ajudar,
ou pelo menos, não produzir danos."
-Hipócrates, Epidemias. c. 400 AC*

De modo simples, chamamos de animais silvestres as espécies não domesticadas, capazes de se reproduzir e viver na natureza de forma independente.

Esses animais podem chegar até o reabilitador de diversas maneiras, após serem entregues espontaneamente pela população, transferidos por outras instituições ou mesmo apreendidos durante ações de fiscalização ambiental.

Também é possível que os agentes ambientais se desloquem para recolher animais feridos ou em uma situação de risco, uma ação comumente chamada de resgate de fauna. Em todos esses casos, os cuidados básicos são os mesmos: eles devem ser contidos e transportados para receber atenção especializada ou, de acordo com a situação, imediatamente libertados em local adequado.

Considerando essas semelhanças, e para manter uma abordagem didática, usaremos a palavra “resgate” para nos referir de forma genérica à qualquer ação de socorro a animais em situação de necessidade, sejam eles recolhidos, apreendidos ou espontaneamente entregues aos reabilitadores.



Fig. 6: Animal resgatado próximo à fiação elétrica.

Objetivos do resgate

O resgate de animais silvestres não é algo simples. Mesmo ações aparentemente fáceis, como apreender e soltar um passarinho de sua gaiola, podem exigir conhecimentos muito específicos, que nos permitam avaliar seu comportamento, seu estado de saúde aparente, identificar o seu sexo e confirmar se a espécie ocorre no local em que pretendemos soltá-lo.

Em outro extremo, como no caso de grandes mamíferos marinhos encalhados ou diante de animais em locais altos ou próximos à rede elétrica, pode ser necessário o uso de equipamentos e apoio especializados, algo nem sempre disponível.

Além disso, é comum que a aproximação de seres humanos leve os animais a experimentar algum nível de estresse. Com isso, seu comportamento defensivo ou agressivo pode causar ferimentos tanto no reabilitador quanto em si próprios, o que pode prejudicar sua reabilitação e impossibilitar a sua soltura.

Por esses motivos, o resgate deve ser realizado com dois objetivos em mente: ajudar os animais e, também, evitar que nossa ajuda cause danos involuntários, que dificultem a sua recuperação e soltura.

Para alcançar esses objetivos com segurança, o reabilitador irá precisar de conhecimento, estruturas e equipamentos adequados para o manejo de animais silvestres.

Nas páginas seguintes, apresentaremos algumas informações de interesse para ações de resgate - sugestões que podem ser aplicadas tanto quando dispomos da ajuda de Centros especializados na reabilitação de fauna quanto no caso de profissionais que trabalham em unidades mais isoladas ou com uma menor quantidade de recursos.



Fig. 7: Agente de fiscalização do IBAMA e policial militar resgatando aves capturadas ilegalmente.



Fig. 8: Filhotes de psitacídeos, apreendidos em poder de comerciantes ilegais.



Fig. 9: Pássaros mortos ao serem transportados em caixas inadequadas por comerciantes ilegais.

Em resumo

- Animais silvestres são espécies não domesticadas capazes de viver na natureza de forma independente.
- A reabilitação busca cuidar e soltar os animais silvestres, para que eles possam exercer suas funções ecológicas naturais.
- Reabilitadores são pessoas capazes de realizar a reabilitação de animais silvestres. Neste manual, iremos nos referir aos agentes de defesa ambiental como reabilitadores.
- Os animais silvestres podem chegar ao reabilitador entregues pela população ou por outras instituições
- Esse manual usa a palavra “resgate” para se referir de forma genérica à qualquer ação de socorro a animais em situação de necessidade.
- Após o resgate, os animais devem ser libertados em local adequado ou transportados para receber atenção especializada.
- O resgate exige conhecimentos específicos, além de equipamentos e profissionais especializados.
- O estresse do animal durante o resgate pode dificultar ou impossibilitar sua soltura.
- O resgate deve ajudar os animais sem causar danos involuntários que dificultem sua recuperação.

[illegible]

2. Procedimentos básicos

“A verdade é sempre encontrada na simplicidade e não na multiplicidade e confusão das coisas.”

-Sir Isaac Newton, Regras Gerais de Interpretação

Para se manter atualizado, o reabilitador pode recorrer a bons livros e cursos práticos sobre o manejo de animais silvestres, com a indicação de novos materiais e técnicas para sua captura e manejo.

Apesar disso, o resgate é uma ocorrência que pode desenvolver-se de maneiras inesperadas, muitas vezes exigindo soluções rápidas para situações não abordadas por livros e nunca experimentadas pelo reabilitador, seja em treinamentos ou em sua vida profissional.

Para lidar melhor com essa imprevisibilidade, podemos recorrer às chamadas técnicas de planejamento estratégico. Uma técnica simples envolve a adoção de três ações sequenciais:

- Tentar diagnosticar nossa situação.
- Estabelecer objetivos.
- E adotar ações para alcançá-los.

Seguindo esses passos, podemos nos preparar para conduzir com uma maior segurança tanto os resgates de rotina quanto aqueles de maior complexidade, que podem exigir decisões rápidas para a proteção do animal, do reabilitador ou das pessoas ao redor.

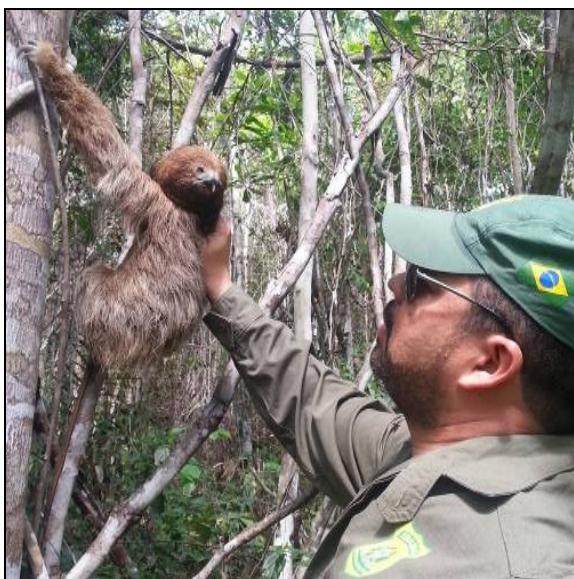


Fig. 10: Preguiça sendo solta imediatamente após ser resgatada em um local de risco para o animal.

Diagnóstico

Para compreender os desafios e nos prepararmos para o trabalho de resgate, podemos começar fazendo algumas perguntas simples, por exemplo: “Os animais realmente precisam ser resgatados? Que recursos precisamos para realizar esse resgate? E o que faremos com os animais após seu resgate?”.

Refletir sobre essas perguntas é importante porque, embora todos os animais entregues em nossa unidade ou mantidos irregularmente em cativeiro exijam algum tipo de atenção, o mesmo não acontece com os animais encontrados vivendo livremente na natureza, que nem sempre requerem cuidados especiais.

Esse é o caso, por exemplo, de animais mais lentos, como jabutis encontrados enquanto se expõem ao sol ou serpentes de grande porte atravessando estradas. Nessas situações, desde que apresentem um comportamento natural e não existam outros riscos, é suficiente deixá-los em paz ou ajudá-los a seguir seu caminho, evitando atropelamentos.

Uma situação semelhante ocorre com as espécies que deixam seus filhotes sozinhos enquanto saem para se alimentar, como os veados. Nesses casos, é importante nos informarmos sobre os hábitos do animal antes de retirar da natureza um filhote que estava simplesmente aguardando o retorno de seus pais.

Outras ocorrências podem exigir um pouco mais de atenção, sem que tenhamos necessariamente que retirar o animal da natureza. Esse é o caso de ninhos derrubados pelo vento, contendo filhotes de aves. Para ajudar, pode ser suficiente colocar o ninho de volta em seu local de origem ou em um local protegido próximo e observar o retorno dos pais.

Finalmente, existem situações em que será preciso interferir e ajudar o animal de alguma maneira, como diante de animais atropelados, apreendidos ou paralisados pela desnutrição ou doença. Nessas situações, a ajuda do reabilitador pode ser realmente importante para garantir a recuperação do animal e seu retorno à natureza.

Havendo compreendido que nem todas as situações exigem o recolhimento do animal, podemos passar para as perguntas seguintes e refletir sobre os recursos que iremos precisar e o que faremos com o animal após resgatá-lo.

Se nosso trabalho envolver apenas o recolhimento e a transferência dos animais para um Centro de Reabilitação especializado, podemos recorrer a uma estrutura mais simples, como equipamentos de proteção individual, instrumentos de captura, caixas de transporte e um veículo adequado.

Por outro lado, se o Centro à nossa disposição fica um pouco mais afastado, pode ser necessário preparar um local adequado para alojar os animais temporariamente, até que possamos realizar o seu transporte. Nessas situações e de acordo com as espécies, uma sala adaptada pode ser o bastante.

Finalmente, se nós mesmos pretendemos realizar a reabilitação dos animais, então será preciso investir no estudo e aquisição de uma maior quantidade de equipamentos e estruturas específicas para o seu manejo e manutenção em cativeiro, como um Centro de Reabilitação propriamente dito.

Refletir sobre essas situações antes de tentar resgatar ou reabilitar um animal silvestre contribui para uma melhor compreensão do problema, de nossa capacidade de trabalho e reais necessidades.

Essa forma de agir também colabora para reduzir custos, aumentar a eficiência do trabalho e evitar o sofrimento, tanto dos animais quanto dos profissionais responsáveis pelo seu manejo.



Fig. 11: Alguns animais exigem cuidados especiais, como esse filhote de saruê com espinhos de ouriço.

Objetivos do resgate

Como vimos, a reabilitação corresponde a um conjunto de ações voltadas para a possível devolução do animal para a natureza, para que ele continue a exercer suas funções ecológicas naturais.

Assim, se nosso diagnóstico deixou claro que vamos ter de realizar algum tipo intervenção, então devemos fazer isto sem esquecer que nosso principal objetivo é a soltura do animal.

Para isso, podemos adotar várias ações. A mais básica envolve o chamado “princípio da não-maleficência”, isto é, trabalhar de modo a evitar danos involuntários durante o resgate, para que nossas ações não prejudiquem os animais, dificultando sua soltura.

Inicialmente, é preciso lembrar que mesmo procedimentos preparatórios podem causar danos aos animais. Um recado telefônico incorretamente anotado, por exemplo, pode impedir que nossa equipe seja capaz de localizar animais em estado crítico, contribuindo para a sua morte antes do resgate.

Em outro extremo, a falta de treinamento pode levar ao uso incorreto das ferramentas de captura, causando ferimentos que impossibilitarão a sobrevivência do animal na natureza.

Por esses motivos, precisamos confirmar que os animais realmente precisam de ajuda e, em seguida, trabalhar de modo que nossas ações não lhes causem mal, dificultando a sua devolução para a natureza.



Fig. 12: Exemplo de um ambiente adequado para a manutenção provisória de animais resgatados.

Procedimentos

Não existe um procedimento único, que sirva para o resgate de qualquer animal silvestre em todas as situações possíveis. Apesar disso, em uma abordagem simples, as ações de resgate podem ser divididas entre o deslocamento de uma equipe de reabilitadores, a contenção do animal, seguida de sua soltura imediata ou de seu transporte até um local onde possa receber os cuidados especializados eventualmente necessários.

Ocorre que, de acordo com cada situação, outros procedimentos podem ser necessários, como o afastamento de curiosos, o atendimento aos meios de comunicação, a oferta de cuidados emergenciais para o animal ou pessoas vítimas de ataques, entre muitas outras situações.

Assim, para ilustrar como uma operação de resgate pode ser afetada por diversos fatores, vamos imaginar uma situação hipotética: -recebemos um chamado telefônico solicitando o recolhimento de uma serpente descrita como sendo peçonhenta, encontrada no interior do banheiro de uma escola infantil, localizada em uma zona rural, em um dia de fortes chuvas. Como atender a esse pedido de maneira adequada?

Para responder a essa pergunta, vamos tentar listar algumas necessidades que podem surgir durante o atendimento desse chamado. Um bom procedimento de resgate depende de nossa capacidade de prever, examinar e atender cada uma dessas necessidades da melhor forma possível.



Fig. 14: O resgate de animais silvestres exige que os agentes recebam treinamento periódico adequado.

Equipe

Para atender ao pedido de resgate de nosso exemplo, vamos precisar de um profissional ou equipe capacitada para o manejo de serpentes peçonhentas. Mas será que as atribuições desses profissionais incluem esse tipo de trabalho? Eles recebem adicional de insalubridade ou qualquer outro adicional trabalhista obrigatório? Há algum curso exigido pela legislação local ou por alguma comissão interna de prevenção de acidentes no trabalho?

Atender essas necessidades exige ações específicas, que precisam ser observadas com antecedência, antes de tentarmos resgatar um animal silvestre.

Equipamentos de manejo

Além de uma equipe treinada, também vamos precisar de materiais para a captura de animais silvestres.

No caso de serpentes possivelmente peçonhentas, vamos precisar apenas de botas, perneiras, luvas, ganchos de manejo e caixas de transporte ou também será preciso levarmos tubos de contenção e pinças herpetológicas para manejar serpentes mais ativas? Além disso, na ausência de equipamentos industrializados, é possível contar com material artesanal de qualidade? Nossas caixas de transporte possuem trancas em boas condições de funcionamento e orifícios de ventilação pequenos o bastante para evitar fugas?

É preciso que todos esses equipamentos estejam disponíveis, organizados e em condição de pronto-emprego, sem os quais nossa equipe pode sofrer acidentes graves.



Fig. 13: Parte de um protocolo para o atendimento de acidentes com animais durante operações de resgate.



Fig. 15: Rádio comunicadores portáteis usados para manter contato entre os agentes durante o resgate.



Fig. 16: Veículos com compartimento separado e coberto são indispensáveis para o resgate de animais.

Transporte

Também vamos precisar de um meio de transporte adequado para acessar o endereço do chamado e transportar o animal com segurança.

Diante disso, será que nosso veículo é capaz de trafegar em estradas de barro durante fortes chuvas ou precisaremos de um veículo com tração nas quatro rodas? Temos um reboque rodoviário ou compartimento de carga específico, onde possamos transportar o animal separado dos passageiros e protegido contra curiosos, outros animais, vibração, chuva, calor ou frio excessivo?

No caso de caminhonetes sem uma capota rígida, é possível usar coberturas removíveis de qualidade, como lonas rodoviárias? Nesse caso, há ventilação suficiente para o animal regular sua temperatura interna e permanecer confortável mesmo diante de imprevistos durante o percurso de volta?

Comunicação

Um bom procedimento de resgate também exige comunicação, tanto entre nossa equipe quanto com as pessoas que solicitaram o recolhimento do animal. Para isso, podemos recorrer ao atendimento presencial e a outros meios de comunicação, como telefone, correio, e-mail, rádios comunicadores e programas de mensagens eletrônicas.

Qualquer que seja o canal utilizado, é preciso que nosso atendente obtenha a maior quantidade possível de informações sobre o animal e sobre o endereço em que ele se encontra.

No caso da serpente que usamos como exemplo, podemos começar perguntando sobre os principais pontos de referência na região, se o animal parece estar ferido, se está livre, confinado em algum ambiente ou se foi avistado enquanto se deslocava, já havendo desaparecido.

Caso o animal esteja confinado, também podemos perguntar se o solicitante poderia mantê-lo sob observação até a chegada da equipe, evitando seu desaparecimento.

Segurança

Antes de iniciar o resgate, precisamos garantir condições mínimas de segurança para os nossos agentes e pessoas envolvidas.

Além de dispor de equipamentos de proteção individual, nossos agentes precisam saber identificar corretamente as principais espécies de serpentes da região e conhecer os centros antiveneno mais próximos, capazes de oferecer apoio em caso de acidentes com um animal peçonhento..

Ao chegar ao local, devemos observar se há a aglomeração de pessoas e animais domésticos que poderiam se acidentar durante o resgate. Nesse caso, pode ser preciso afastá-los ou estabelecer limites para sua aproximação.

Antes de iniciar o resgate, também devemos avaliar se há espaço para nossa equipe se mover livremente. Assim, se o animal estiver em um local confinado, é possível manejá-lo com segurança ou será preciso conduzi-lo para um local mais amplo? Nesse caso, há a possibilidade do animal fugir, ferir outras pessoas ou se esconder e impedir o resgate?

Captura

Antes de tentar capturar o animal, nossa equipe deve ser capaz de avaliar a presença de sinais visuais que indiquem alterações no comportamento ou movimentação esperada durante situações de estresse. Esses sinais podem indicar a existência de lesões ou doenças, sendo mais difícil observá-los com o animal já contido.

Na presença de alguma alteração visível, devemos verificar a possibilidade de fazer o animal entrar na caixa de transporte sem que tenhamos de capturá-lo, minimizando assim eventuais danos físicos.

Caso o emprego de instrumentos de captura se mostre indispensável, devemos manejar o animal com a técnica adequada e pelo menor tempo possível, transferindo-o imediatamente para sua caixa de transporte.

Cuidados emergenciais

Com o animal contido em uma caixa apropriada para sua espécie, podemos refletir com mais calma sobre suas necessidades imediatas.

Durante a captura, foi possível observar algum ferimento que exija cuidado médico urgente? Nesse caso, há a possibilidade de contar com a ajuda de médicos veterinários no local?

Na ausência de um médico-veterinário, nossa equipe possui conhecimentos e materiais para prestar primeiros socorros e minimizar o sofrimento do animal sem correr riscos desnecessários?



Fig. 17: O atendimento à imprensa após o resgate é importante para transmitir mensagens de interesse.



Fig. 18: Boas câmeras fotográficas com lentes zoom são especialmente úteis para registrar o resgate.

Educação

Feito o resgate, é importante transmitir às pessoas no local uma mensagem de interesse para nosso trabalho.

Para isso, podemos reunir as pessoas no local e distribuir materiais educativos ou convidar os meios de comunicação para acompanhar o resgate, explicando a importância das serpentes para o equilíbrio do meio ambiente, os motivos pelos quais podem se aproximar das habitações humanas e como evitá-las.

Ao mesmo tempo, devemos possuir equipamentos adequados para registrar boas imagens do resgate, para divulgá-las em documentos internos, páginas eletrônicas ou outros canais de divulgação.

Transferência

Logo após o resgate, os agentes precisarão decidir se as características do animal recomendam ou não a sua soltura imediata.

Caso a soltura imediata não seja uma opção, precisaremos transferi-lo para um local adequado, como um Centro de Reabilitação.

Na hipótese de não possuímos nosso próprio Centro, pode ser necessário manter o animal em cativeiro até que possamos destiná-lo adequadamente. Para isso, iremos precisar de um ambiente minimamente preparado para sua manutenção segura até a data de partida.

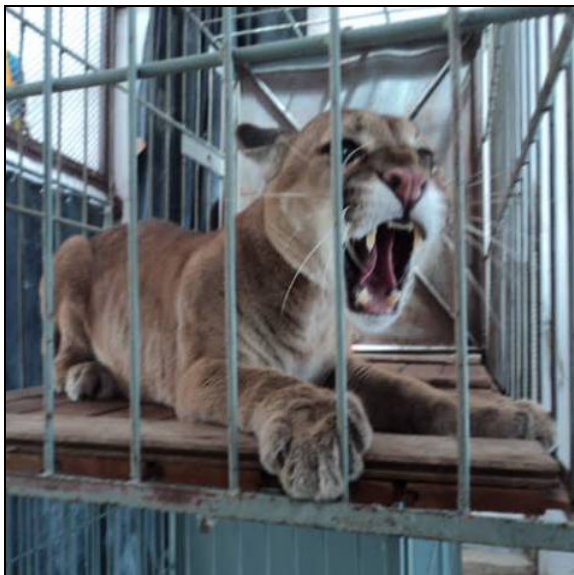


Fig. 19: Uma onça-parda (*Puma concolor*) contida no interior de uma armadilha para grandes animais.

Situações específicas

Usamos o resgate de uma serpente para enumerar ações que podem ser adaptadas para o resgate de várias outras espécies. Algumas situações, contudo, podem exigir procedimentos especiais.

No caso das aves, é preciso lembrar que as penas são estruturas mortas, semelhantes aos nossos cabelos, que a maioria das espécies usa para voar. A quebra de penas durante o resgate pode atrasar a reabilitação consideravelmente, exigindo que aguardemos o crescimento de novas penas ou que as consertemos usando técnicas especiais, algo nem sempre possível. Adicionalmente, se nossos procedimentos de resgate lesionarem as estruturas que dão origem às penas, localizadas no interior da pele, elas podem nunca mais crescer, por vezes impedindo o voo para sempre.

O resgate de répteis de grande porte, como jacarés e sucuris, também oferece um desafio considerável. Para manejar esses animais, é preciso contar com uma equipe experiente e equipamentos de contenção reforçados e específicos, sem os quais os animais podem causar ferimentos graves ao reabilitador ou a si próprios.

Certos mamíferos também podem exigir o emprego de equipamentos específicos, como as armadilhas e os disparadores de dardos tranqüilizantes usados para a captura de antas, e onças. Outros mamíferos, como os veados e as pacas, podem sofrer os efeitos do chamado “estresse de captura”, sendo necessário manejá-los com maior cuidado para evitar que morram durante ou logo após o seu resgate.

“Animais-problema”

Ao atender um pedido de resgate de animais silvestres, também é importante verificarmos se eles estão realmente expostos a algum tipo de risco ou se nossa equipe foi chamada porque os animais estavam causando incômodo às pessoas, como no caso de corujas se reproduzindo no forro de residências.

O resgate continuado de animais que não precisam ser resgatados tende a estimular novos pedidos de resgate, causa prejuízo às populações dos animais retirados da natureza e ocupa o tempo e recursos do reabilitador, prejudicando outros animais em situação de maior necessidade.

Dessa maneira, caso os animais não necessitem de cuidados especiais e não ofereçam risco para as pessoas, é recomendável tentar abordar essas situações de outra maneira, educando os envolvidos.

Para tanto, podemos tentar demonstrar a importância da espécie, desfazer eventuais mitos causadores de repulsa, sugerir o uso de métodos repelentes ou a modificação do ambiente ocupado pelos animais, dificultando sua reaproximação.

Já nos casos em que os filhotes tenham sido separados de seus pais antes de se tornarem independentes, também podemos consultar os responsáveis pelo imóvel sobre a possibilidade de tentar reuni-los, recomendando que o acesso ao ninho seja fechado logo após a época reprodutiva.



Fig. 20: Filhotes de coruja-de-igreja (*Tyto furcata*) removidos do telhado de uma residência.

Animais mortos

Mesmo animais mortos devem receber a atenção do reabilitador. Animais silvestres atacados por populares ou cães domésticos ainda podem possuir filhotes vivos, agarrados ao seu pêlo ou no interior de bolsas, como ocorre com os marsupiais. Já os cadáveres de animais atropelados devem ser removidos das proximidades da rodovia para evitar a aproximação e o atropelamento de animais necrófagos, como urubus e raposas. Ao fazer isso, também podemos procurar por sinais de filhotes próximos ou agarrados ao cadáver do animal.



Fig. 21: Cadáver de saruê (*Didelphis aurita*) com filhote.



Fig. 22: Remoção do cadáver de uma raposa (*Cerdocyon thous*) atropelada.

Resumo

- O reabilitador deve se manter atualizado sobre materiais e técnicas úteis para o resgate e reabilitação de fauna.
- O resgate pode se desenvolver de maneiras inesperadas e exigir soluções para situações inéditas.
- Podemos usar técnicas de planejamento estratégico para conduzir resgates com maior segurança.
- Nem todos os animais encontrados na natureza precisam ser resgatados.
- Alguns animais podem ser capturados e soltos imediatamente enquanto outros devem receber tratamento especializado.
- O resgate dos animais deve evitar ações involuntárias capazes de dificultar sua soltura.
- Não existe um procedimento único que sirva para o resgate de qualquer animal silvestre.
- O resgate envolve o deslocamento de uma equipe treinada, a contenção do animal com equipamentos adequados e sua soltura imediata ou transporte para receber cuidados especializados.
- Um bom resgate depende de nossa capacidade de realizar cada uma dessas etapas de forma adequada.
- Determinadas situações podem exigir conhecimentos específicos para garantir a segurança dos agentes, dos animais e das pessoas próximas ao local do resgate.
- Alguns animais podem sofrer os efeitos do chamado “estresse de captura”, sendo necessário manejá-los com maior cuidado.
- Quando não há indicação para o resgate de um animal, é recomendável tentar abordar os pedidos de resgate de outra maneira, educando a população envolvida.
- Mesmo animais encontrados mortos devem receber atenção pois podem possuir filhotes agarrados ao seu corpo.

Anotações

[illegible]

3. Captura e contenção

“Respire perto de mim. E vou capturar um pedaço da sua alma junto com a minha.”

-Marikit dR. Camba, Vividly Vague

Embora possamos chegar ao local do resgate e encontrar os animais já aprisionados em algum compartimento, eventualmente teremos que transferi-los para uma caixa de transporte apropriada, o que exigirá a sua captura e contenção.

De acordo com alguns livros, a captura envolve apenas a aproximação do reabilitador e o aprisionamento do animal. Já a contenção seria um procedimento distinto, adotado após a captura, com o objetivo de manter o animal sob controle, para evitar que se machuque, para examiná-lo ou transportá-lo.

Outros manuais preferem tratar a captura e contenção de forma conjunta, como duas fases de um mesmo procedimento de imobilização. Para manter uma abordagem mais simples, vamos usar esse formato, tratando a captura e a contenção de forma unificada, como sinônimos.

Técnicas

Assim como acontece com o resgate, também não existem técnicas de contenção únicas, que sirvam para qualquer animal, em todas as situações. Apesar disso, existem princípios básicos que podemos usar para animais com características semelhantes e que podemos adaptar de acordo com cada situação. Desse modo, embora a contenção de pequenos pássaros seja parecida, é necessário um maior cuidado diante daqueles capazes de nos bicar com força, como o trinca-ferro.

Qualquer que seja a técnica de contenção utilizada, ela deve atender a três requisitos básicos:

- Proporcionar segurança para o reabilitador e para o animal.
- Permitir que nossos objetivos sejam alcançados com sucesso, evitando que o animal seja manuseado desnecessariamente ou por mais tempo que o necessário.
- Permitir que seja possível acompanhar a recuperação do animal após sua contenção.

Para ilustrar essas necessidades, vamos imaginar que é preciso transportar um jacaré, de nosso Centro de Reabilitação até o rio onde ele será solto. Como fazer isso da melhor forma possível?

Inicialmente, devemos nos perguntar qual técnica oferece uma maior segurança para o animal e o reabilitador. Animais pequenos podem ser contidos com puçá e luvas, enquanto animais maiores vão exigir o apoio de uma equipe com equipamentos especiais.

Em seguida, devemos avaliar se a técnica de contenção escolhida nos permitirá executar objetivos adicionais, como o exame de lesões ou coleta de tecidos e fezes. Para inspecionar um jacaré de grande porte, pode ser preciso recorrer a uma prancha de contenção ou uma caixa de aperto fabricada sob encomenda, com janelas estrategicamente localizadas.

Finalmente, devemos ter certeza que será possível observar o animal nos momentos seguintes à soltura, para garantir que não causamos algum mal durante sua contenção ou transporte. Para isso, pode ser mais adequado soltá-lo próximo à margem, conduzindo-o para a água somente após nos certificarmos que o animal está em boas condições.



Fig. 23: Janelas de inspeção em uma gaiola de aperto comercial, usada para conter um quati (*Nasua nasua*).

Equipamentos básicos

A contenção de determinadas espécies pode exigir o emprego de equipamentos de captura muito específicos, como escudos de proteção, currais móveis, macas de transporte, entre outros.

Apesar disso, existem alguns equipamentos básicos, suficientes para o atendimento da maior parte das situações de pequena complexidade, como luvas de proteção, toalhas, cambão, puçá e caixas de transporte adequadas. Todos esses materiais podem ser adquiridos no comércio local ou fabricados sob encomenda em marcenarias e serralherias. Isso permite a criação de um kit básico de captura barato, resistente e seguro, tanto para os animais quanto para os reabilitadores.

Comportamento

A maioria dos animais silvestres compreende a aproximação de seres humanos como um evento indesejável. Nessas situações, o reabilitador pode ser visto como um atacante e a contenção percebida como uma ameaça à vida, levando o animal a experimentar momentos de grande estresse.

De acordo com cada animal e situação, esse estresse pode levar a uma série de reações fisiológicas indesejáveis, como elevação do calor corporal, contrações musculares violentas, lesões nos ossos e tendões, dor, fadiga, parada cardiorrespiratória, queda da imunidade, alteração na resposta às medicações, entre outras.

Esses acontecimentos, de forma conjunta ou isoladamente, podem prejudicar gravemente o processo de reabilitação ou mesmo causar a morte do animal, tanto durante quanto após a sua contenção. Por esses motivos, o reabilitador deve buscar conhecer mais sobre o comportamento dos animais sob sua responsabilidade, para executar uma contenção criteriosa, com a menor quantidade possível de riscos e fatores estressantes para o animal.

Contenção química

Além de conter os animais com técnica e força física, também é possível contê-los com o auxílio de substâncias químicas capazes de reduzir a percepção da dor, induzir o relaxamento e até mesmo causar a perda da consciência.

Essas substâncias podem ser administradas no interior de alimentos ou aplicadas com a ajuda de bastões ou dispositivos lançadores de seringas hipodérmicas montadas na forma de dardos.

A utilização desses materiais exige formação profissional específica e, por isso, nosso guia básico irá se concentrar apenas em técnicas de contenção física.

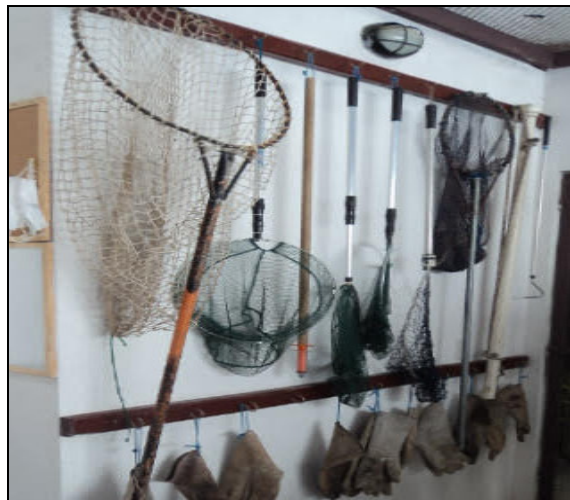


Fig. 24: Quadro de equipamentos básicos de manejo.



Fig.25:Pinça herpetológica (fonte: *livetrap*, divulgação)



Fig.26: Dardos injetores (fonte: *dist-inject*, divulgação)

3.1 CONTENÇÃO DE RÉPTEIS

O Brasil possui perto de setecentos e cinquenta espécies de répteis, divididas entre as Ordens dos Escamados, dos Crocodilianos e dos Quelônios.

Os lagartos e serpentes são répteis Escamados. Os jacarés são Crocodilianos, enquanto as tartarugas, cágados e jabutis são Quelônios.

Os répteis não conseguem controlar a temperatura de seus corpos de modo tão eficiente quanto as aves e os mamíferos. Eles dependem do calor ambiente para regular a sua própria temperatura e, por isso, seus níveis de atividade física podem variar ao longo do dia e de acordo com a época do ano. Por esses motivos, eles são chamados de animais de sangue frio, de picilotérmicos ou ainda de heterotermos.

O metabolismo dos répteis também é comparativamente mais lento que o das aves e mamíferos. Graças a isso, eles conseguem permanecer um maior período sem se alimentar, mas não são capazes de realizar grandes esforços por períodos prolongados.

De acordo com a disponibilidade de alimento e o clima da região, alguns répteis podem reduzir sua atividade nos períodos mais frios, alimentando-se menos e reduzindo a quantidade de energia disponível em seu organismo. Nessas situações, eles podem entrar em choque se os obrigarmos a se movimentarem subitamente, antes que consigam ajustar novamente o seu metabolismo.



Fig. 27: O cambão deve envolver o pescoço e uma das patas dos animais, para distribuir sua pressão.



Fig. 28: Policiais militares contendo uma jibóia (*Boa constrictor*) com auxílio de um gancho herpetológico.

Riscos

Os quelônios possuem diferentes níveis de agressividade e nem todos tendem a morder. Apesar disso, suas mandíbulas são capazes de provocar ferimentos sérios, mesmo quando usamos luvas.

Alguns lagartos, como as iguanas, podem atingir o rosto do reabilitador com sua cauda, exigindo o uso de óculos de proteção. Além de morder, os jacarés podem atingir o reabilitador com a cauda e também com movimentos laterais da cabeça.

A maioria das serpentes pode tentar nos morder como forma de defesa. A mordida de espécies peçonhentas pode causar acidente graves, enquanto a de espécies não peçonhentas pode levar ao surgimento de infecções ou reações com intensidade variável.

Serpentes constritoras de grande porte, como as sucuris, podem envolver e sufocar o reabilitador e, por isso, devem ser manejadas em equipe.

Equipamentos

O material básico para a contenção de répteis inclui luvas, toalha, puçá, cambão, gancho e pinça herpetológica e caixas apropriadas.

Serpentes peçonhentas devem ser contidas em caixas específicas, identificadas e com trancas confiáveis.

Quelônios podem ser contidos em recipientes sem tampa, com paredes lisas suficientemente altas.

Lagartos e jacarés de pequeno porte podem ser contidos em caixas simples, enquanto indivíduos maiores podem demandar o uso de caixas específicas, com portas duplas e janelas de inspeção posicionadas lateralmente.



Fig. 29: Todas as serpentes não identificadas pelo reabilitador devem ser tratadas como peçonhentas, como essa jararaca.

Procedimentos

Tartarugas, cágados e jabutis menores podem ser contidos segurando os lados de sua carapaça e afastando-os do chão. Animais maiores podem ser contidos usando as mãos para segurar sua carapaça logo acima da cauda e da cabeça, tendo cuidado para não colocar os dedos ao alcance de sua boca. Mesmo contidos, alguns animais podem desferir golpes com as patas, especialmente tartarugas de grande porte, tanto marinhas quanto de água doce.

Todas as serpentes possuem uma estrutura óssea complexa e sensível e, por isso, sua contenção exige experiência e cuidado. Para evitar o contato direto, podemos usar os ganchos para levantar e movê-las para o interior da caixa de transporte. Animais mais ativos podem exigir o emprego adicional de pinças herpetológicas.

Se houver conhecimento suficiente, também podemos usar o gancho de manejo para imobilizar a cabeça da serpente contra o piso, capturando-as em seguida com as mãos. Esse é um procedimento útil para animais maiores, como sucuis e jibóias.

Não devemos capturar lagartos pela cauda, para evitar sua separação. Indivíduos menores podem ser capturados com as mãos após reduzirmos sua visão com uma toalha. Lagartos maiores podem ser capturados com o auxílio do puçá. Para imobilizá-los, devemos segurar sua cabeça com uma das mãos e unir as patas traseiras e a base da cauda com a outra mão, para que o animal não possa se debater.

Jacarés menores podem ser capturados com luvas ou puçás. Indivíduos de médio porte podem ser contidos com o cambão, mas devem ter a parte traseira do corpo rapidamente imobilizada, para evitar que se machuquem ao se debater. Animais maiores exigem equipamentos especiais e uma equipe treinada.

Uma vez capturados, podemos manter a boca dos jacarés fechada com fita adesiva, para reduzir o risco de mordidas durante sua inspeção. Isso não deve ser praticado por muito tempo, pois esses animais dissipam calor através da boca e podem sobreaquecer.



Fig. 30: Lagartos e filhotes de jacarés podem ser contidos com luvas, envolvendo suas patas e cauda.



Fig. 31: Jacarés menores podem ser contidos com cambão. Animais maiores exigem equipamento e técnicas específicas (foto: Rosana Ladeia).

Situações específicas

A contenção de quelônios marinhos exige o emprego de caixas com piso acolchoado, para reduzir a pressão do seu corpo sobre os pulmões.

Mesmo algumas serpentes apontadas pelos livros como sendo não-peçonhentas podem causar acidentes de gravidade variável. Por esse motivo, qualquer serpente desconhecida pelo reabilitador deve ser tratada como um animal peçonhento.



Fig. 32: Quelônios menores podem ser contidos pela lateral da carapaça. Uma vez contidos nessa posição, tartarugas maiores podem desferir golpes violentos.



Fig. 33: Os quelônios podem ter seu plastrão virado para cima para reduzir sua atividade durante exame.

Em resumo

- Para manter uma abordagem simples, esse manual irá tratar a captura e a contenção de forma unificada, como sinônimos.
- Não existem técnicas de contenção únicas, que sirvam para qualquer animal, em todas as situações.
- Existem princípios básicos de contenção podemos adaptar para animais com características semelhantes.
- A técnica de contenção escolhida deve proporcionar segurança, permitir que nossos objetivos sejam alcançados rapidamente e que possamos acompanhar a recuperação do animal.
- A contenção de um grande número de espécies pode ser feita com equipamentos básicos, como luvas de proteção, toalhas, cambão, puçá, gancho e pinça herpetológicos e caixas de transporte adequadas.
- A maioria dos animais silvestres compreende a aproximação de seres humanos como um evento indesejável, levando ao estresse.
- O estresse pode prejudicar o processo de reabilitação ou mesmo causar a morte do animal, tanto durante quanto após a sua contenção.
- Os répteis dependem do calor ambiente para regular a sua própria temperatura e, por isso, seus níveis de atividade física podem variar bastante.
- Alguns répteis podem entrar em choque se foram obrigados a se movimentar subitamente, antes que consigam ajustar novamente o seu metabolismo.
- Os répteis conseguem permanecer sem alimento por mais tempo, mas não são capazes de realizar esforços por períodos prolongados.
- Alguns répteis são capazes de provocar ferimentos graves ou mesmo fatais, como as tartarugas-marinhas, os jacarés e as serpentes peçonhentas.
- Algumas serpentes apontadas pelos livros como sendo não-peçonhentas podem causar acidentes de gravidade variável.
- Qualquer serpente desconhecida pelo reabilitador deve ser tratada como um animal peçonhento.

3.1 CONTENÇÃO DE AVES

Existem cerca de mil e novecentas espécies de aves silvestres no Brasil, com tamanhos muito diferentes, variando da ema ao beija-flor. Algumas espécies são tradicionalmente criadas em cativeiro há mais tempo e, por isso, há uma maior quantidade de informação sobre o seu manejo. A maior parte, contudo, ainda precisa ser mais estudada. Por isso, iremos abordar a contenção das aves de forma geral ou, quando necessário, separando-as em grupos com características comuns, como passeriformes, aves de rapina e psitacídeos, entre outros.

Inicialmente, precisamos ter em mente que o sistema respiratório das aves é diferente do nosso. Elas não possuem um diafragma completo e seus pulmões estão conectados a estruturas chamadas de sacos aéreos, distribuídos pelo corpo e essenciais para a respiração e o voo.

As aves também possuem um pescoço muito flexível e ossos leves, alguns dos quais são ocos e estão ligados aos sacos aéreos. Finalmente, elas possuem penas, estruturas mortas que funcionam como isolante térmico e permitem que a maioria das aves consiga voar. Todas essas características exigem que a captura e contenção de aves seja feita com especial cuidado, tanto para que o animal consiga dissipar o calor gerado durante a contenção quanto para que não tenha sua respiração prejudicada pelo excesso de pressão ou pela quebra de ossos conectados aos sacos aéreos.



Fig. 34: Para evitar fugas, as aves devem ser manuseadas no interior de ambientes fechados.



Fig. 35: Pássaro-preto (*Gnorimopsar chopi*) contido com o auxílio de luvas de proteção descartáveis.

Riscos

Durante sua contenção, a reação das aves pode variar enormemente e de acordo com o tamanho e características de cada animal, surpreendendo reabilitador. Por isso e para evitar a sua fuga é preferível conter aves em ambientes fechados.

De modo especial, é preciso ter cuidado com as garras das aves de rapina, capazes de perfurar a pele e causar ferimentos e infecções potencialmente graves.

Aves de bico longo, como as garças, podem desferir ataques perfurantes visando nosso rosto, enquanto o bico das araras pode esmagar dedos mesmo quando usamos luvas de proteção.

Já as emas podem desferir chutes enquanto são contidas e os pingüins e outras aves que se alimentam de peixes possuem bicos capazes de causar cortes profundos.

Mesmo aves menores podem usar suas asas, garras e bicos para tentar se defender durante a contenção, escapando subitamente ou causando pequenos arranhões em nossos dedos.

Independente de sua gravidade, qualquer ferimento causado por animais silvestres é uma porta de entrada para organismos infecciosos e deve receber tratamento adequado.



Fig. 36: Gavião-carijó (*Rupornis magnirostris*) com as asas gravemente feridas pelas grades de uma gaiola.

Equipamentos

A maior parte das aves brasileiras pode ser contida com o uso de nosso kit básico, formado por luvas de proteção, toalhas, puçá e caixas de transporte adequadas.

As luvas devem ser escolhidas de acordo com a ave. Luvas de tecido fino ou descartáveis, de látex, vinil ou nitrílicas, podem ser usadas para manusear pequenos pássaros. Já aves de rapina, papagaios, araras e outras espécies com garras ou bicos poderosos requerem o uso de luvas de couro com diferentes espessuras e comprimento.

As toalhas são úteis para conduzir e envolver aves acuadas em um canto, enquanto os puçás facilitam a captura de animais em locais mais altos. Puçás com uma malha muito grande podem aprisionar a cabeça e membros das aves, além de quebrar suas penas e dificultar a sua reabilitação. De acordo com a espécie sendo manejada, pode ser mais seguro usar puçás com sacos de tecido no lugar de redes.

Qualquer que seja o modelo de caixa de transporte escolhido, ela deve permitir uma boa circulação de ar, sem correntes de vento e sem grades capazes de aprisionar membros ou quebrar penas. Também devem existir poleiros ou superfícies onde o animal possa se agarrar durante o transporte.

De acordo com a espécie e objetivos do manejo podemos usar equipamentos adicionais como máscaras de proteção facial, sacos de pano para conter aves menores, fita adesiva para envolver garras de aves de rapina, entre outros.



Fig. 37: Arara-vermelha (*Ara chloropterus*) contida com o auxílio de luvas de couro.

Procedimentos

Impedir a visão da ave reduz muito a sua movimentação. Por isso, é preferível realizar a captura de aves diurnas em locais mais escuros, com portas e janelas fechadas e longe de materiais perfuro-cortantes contra os quais a ave possa colidir. De acordo com a situação, também podemos restringir sua visão usando toalhas, capuzes ou outros meios, tendo o cuidado para não obstruir suas vias aéreas ou manter a ave contida mais tempo do que o necessário.

De forma geral, a contenção de aves exige o controle de seu corpo, patas, cabeça e asas. A parte a ser controlada em primeiro lugar depende das características de cada ave, evitando que o animal machuque o reabilitador ou a si mesmo.

Quando for preciso controlar a cabeça de uma ave, devemos usar os dedos para segurá-la pelos lados, evitando comprimir os olhos, orifícios nasais e garganta. Durante esse procedimento, a cabeça não deve ser torcida, o que poderia exercer pressão sobre a traquéia e prejudicar a respiração.

Ao controlarmos o corpo e asas, devemos ter cuidado para não pressionar o peito e interromper a respiração. Aves com pernas muito compridas podem ser abraçadas e mantidas contra o peito do reabilitador, com as asas fechadas e envolvidas entre os nossos braços. Nesse momento, emas, garças e outras aves podem atacar a face do agente, exigindo o uso de equipamentos de proteção individual, bem como vendas para o animal.

Aves habituadas aos seres humanos podem ser capturadas sem a necessidade de manuseio. Para isso, pode ser suficiente colocar a caixa de transporte sobre ou diante delas, conduzi-la para o interior e fechar a porta, minimizando seu estresse.

Pássaros no interior de gaiolas pequenas podem ser capturados com luvas finas, pressionando-os levemente contra as grades até que seja possível envolver seu corpo com os dedos e retirá-los da gaiola. Para facilitar essa ação, podemos retirar os poleiros, comedouros e bebedouros do interior da gaiola.

Aves no interior de viveiros maiores podem ser capturadas com o auxílio de puçás com cabo longo ou telescópico, com cuidado para que impactos não causem danos aos ossos, penas ou sacos aéreos.

Aves de médio porte, cujos bicos não sejam capazes de causar ferimentos, podem ser contidas sob o braço do reabilitador, com suas patas seguras com as mãos e sua cabeça voltada para nossas costas.

Para libertar uma ave contida, devemos colocá-la sobre uma superfície firme e em uma posição natural, libertando garras e membros eventualmente presos às nossas luvas ou ao puçá. Em seguida, devemos oferecer alguns momentos para o animal retomar seu equilíbrio e só então retirar rapidamente as nossas mãos. Nunca devemos arremessar uma ave no ar, esperando que ela seja capaz de voar imediatamente. Isso pode não acontecer, causando ferimentos graves.



Fig. 38: Um puçá de cabo telescópico usado para capturar um urubu-rei (*Sarcoramphus papa*).



Fig. 39: Papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*) sendo conduzido para o interior da caixa de transporte.

Situações específicas

Durante a contenção, as aves de rapina podem agarrar nossas luvas muito firmemente. O mecanismo de funcionamento das garras dificulta sua abertura e, nesses casos, pode ser preciso a ajuda de outra pessoa para distender as pernas da ave e só então tentar afrouxar as garras.

Outras aves de rapina podem deitar-se de barriga para cima, usando as garras para sua defesa. Nessas situações, é possível oferecer uma toalha ou outro objeto macio para a ave atacar e então capturar suas patas assim que as garras se fecharem.

Aves maiores ou que atacam principalmente com o bico, como emas e maguaris, podem ser conduzidas até um canto com o auxílio de escudos de madeira, facilitando sua captura com puçás, cobertores ou toalhas. Escudos pequenos, feitos com plástico transparente, permitem aproximar nossas mãos de araras e aves de rapina sem perder o seu bico e garras de vista.

Aves como pingüins podem defecar na tentativa de afastar o reabilitador. Outras, como urubus e garças, podem regurgitar alimento ao serem manejadas, surpreendendo o reabilitador e facilitando sua fuga.

As aves também dissipam calor através da boca. Por isso, animais exaustos podem permanecer com o bico aberto, asas levemente baixas e peito próximo ao poleiro. Indivíduos nessas condições devem ter tempo suficiente para se recuperarem antes de serem manejados novamente.



Fig. 40: Gavião-carijó agarrando a luva de proteção.



Fig. 40: Papagaio-chauá contido com uma toalha.

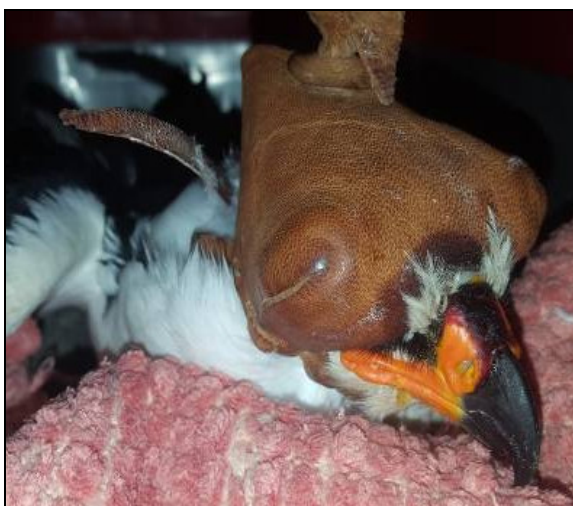


Fig.41: Gavião-pato com venda para minimizar o estresse.

Em resumo

- A contenção de aves deve ser feita com especial cuidado para que o animal consiga dissipar o calor gerado durante a contenção, para que não tenha a respiração prejudicada pela pressão, quebra de ossos ou perfuração de sacos aéreos.
- Algumas aves podem reagir de maneira súbita e surpreender o reabilitador. Por isso, é preferível conter aves em ambientes fechados.
- De modo especial, é preciso ter cuidado com as garras das aves de rapina, com golpes perfurantes desferidos por aves de bico longo, e com o esmagamento causado pelo bico de araras e papagaios.
- A maior parte das aves brasileiras pode ser contida com o uso de luvas de proteção, toalhas, puçá e caixas de transporte adequadas.
- Caixas para o transporte de aves devem conter superfícies onde o animal possa se agarrar e permitir boa circulação de ar, sem correntes de vento e sem grades capazes de aprisionar membros ou quebrar penas.
- A contenção de aves exige o controle de seu corpo, patas, cabeça e asas. A parte a ser controlada em primeiro lugar depende das características de cada ave.
- Indivíduos com sinais de exaustão devem ter tempo suficiente para se recuperarem antes de serem manejados novamente.
- Aves de rapina podem agarrar nossas luvas firmemente. O mecanismo de funcionamento das garras dificulta a abertura e pode ser preciso a ajuda de outra pessoa para distender as pernas da ave e afrouxar as garras.

3.3 CONTENÇÃO DE MAMÍFEROS

Os mamíferos possuem pêlos, que oferecem proteção isolante contra o clima, e glândulas mamárias, órgão produtor do leite usado para alimentar seus filhotes. O Brasil possui cerca de 720 espécies de mamíferos, alguns tão pequenos como morcegos e outros tão grandes quanto baleias, o que também impossibilita a adoção de procedimentos de contenção únicos.

Assim como as aves, os mamíferos são capazes de regular sua temperatura através de mecanismos internos e, por isso, também são chamados de animais homeotérmicos. Esses mecanismos exigem uma alimentação rica em energia, mas permitem que os mamíferos explorem vários tipos de ambientes, alguns quentes ou frios demais para os répteis.

Os mamíferos possuem um cérebro desenvolvido e são comparativamente mais inteligentes que aves e répteis. Devido a essa inteligência, eles podem reagir de forma inesperada durante o manejo, surpreendendo o reabilitador. Eles também podem entrar em pânico, sofrer o chamado estresse de captura e morrer durante ou após sua contenção.

Finalmente, as propriedades isolantes de sua camada de pêlos podem contribuir para o sobreaquecimento do animal durante procedimentos de contenção muito demorados, eventualmente causando a sua morte.



Fig. 42: Luvas de proteção usadas para conter as garras de um tamanduá-mirim.

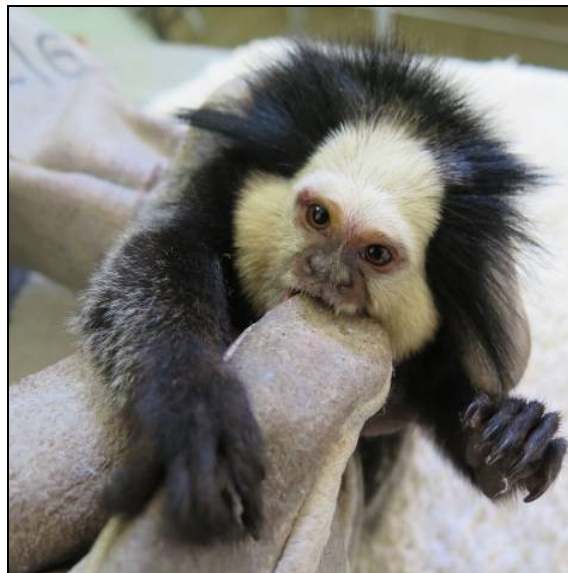


Fig. 43: Primatas compartilham doenças com os seres humanos e exigem maior atenção ao serem contidos.

Riscos

Os mamíferos são especialmente capazes de identificar e aproveitar oportunidades para fugir ou atacar o reabilitador.

Animais como onças possuem uma velocidade considerável e podem desferir golpes através de grades antes que possamos nos afastar. Outros possuem muita força, sendo impossível conter animais como uma anta adulta sem o emprego de técnicas e equipamentos especiais.

Os mamíferos compartilham uma maior quantidade de doenças com os seres humanos e podem transmiti-las através do contato, mordida, arranhões, fezes, urina, pêlos, sangue ou secreções. Os primatas, de forma especial, são capazes tanto de adquirir quanto transmitir enfermidades ao reabilitador, como a tuberculose, raiva e herpes, entre outras.

Alguns mamíferos, como as capivaras, possuem dentição capaz de cortar facilmente mesmo as luvas de couro mais grossas. Outros animais, como as lontras, possuem mandíbulas capazes de esmagar nossos dedos mesmo quando usamos luvas. Mamíferos maiores, como os cervos-do-pantanal, podem causar ferimentos fatais ao atacarem com seus chifres.

Mesmo mamíferos criados como animais de estimação, podem mudar seu comportamento subitamente e atacar ao se sentirem ameaçados. Nesses casos, é preferível que eles sejam conduzidos até a caixa de transporte por pessoas com as quais estejam acostumados.



Fig. 44: Mamíferos menores também podem ser imobilizados segurando sua nuca e base da cauda.



Fig. 45: Luvas de couro são indispensáveis para a contenção de mamíferos, como esse ouriço.

Equipamentos

Existem diferentes espécies de mamíferos, com uma grande variedade de formas, tamanhos e mecanismos de ataque e defesa. Por isso, além do conjunto básico formado por luvas de proteção, toalha, cambão, puçá e caixas de transporte, algumas espécies podem exigir equipamentos adicionais, como cordas, vendas, macas, focinheiras e mesmo vassouras com cerdas macias, para mover animais agressivos de um ponto ao outro sem prejudicar sua dentição ao tentarem morder.

Procedimentos

Assim como acontece com as aves, o corpo dos mamíferos também é capaz de gerar uma quantidade considerável de calor. Animais estressados, manejados em locais quentes ou por muito tempo podem morrer devido à elevação de sua temperatura interna, um fenômeno chamado de hipertermia. Para evitar isso, devemos manejá-los na sombra e pelo menor tempo possível, buscando resfriar seu corpo durante procedimentos mais longos.

Já durante a contenção de animais muito jovens ou em locais muito frios, pode ocorrer um fenômeno inverso, chamado de hipotermia. Nessas situações, devemos protegê-los contra a perda de calor ou providenciar o seu aquecimento.

A técnica básica para a contenção de mamíferos envolve sua condução até um canto ou outro local que reduza sua capacidade de fuga ou ataque, onde tenhamos melhores condições para capturá-los com as mãos, cambão, laço ou puçá.

De forma geral, a contenção de animais menores, como morcegos e ratos silvestres, deve ser realizada com o puçá e luvas de couro mais fino, que ofereçam proteção ao mesmo tempo em que mantém nosso tato. Espécies menos ativas, como os ouriços, podem ser capturadas pela cauda e contidas simplesmente afastando-as do chão e colocando-as sobre um galho. Outras, como as preguiças, podem ser contidas segurando o pêlo de suas costas ou imobilizando suas garras e unindo suas patas.

Alguns mamíferos, como capivaras, quatis, porcos-mato e tamanduás-mirins, possuem um formato que dificulta sua captura com o cambão. Quando não pudermos contê-los com o puçá, é preferível que o cambão contenha o animal pela cabeça e um dos membros superiores, evitando concentrar a pressão apenas sobre seu pescoço.

Raposas e outros animais agressivos podem quebrar os dentes ao atacarem os equipamentos de contenção. Para evitar isso, esses materiais devem possuir um revestimento suficientemente macio, como PVC, borracha ou cordas. De acordo com a anatomia do animal, também é possível usar focinheiras durante a contenção, removendo-as assim que possível, para não prejudicar a dissipação de calor pela boca.

Mamíferos maiores, como antas e onças, podem ser rápidos, fortes ou agressivos demais para permitir uma aproximação segura. Nesses casos, pode ser preciso direcionar sua fuga até um local de interesse, usar armadilhas ou métodos de contenção química.

Situações específicas

Alguns mamíferos, como os veados, não são capazes de reconhecer imediatamente vidraças e grades como um obstáculo e podem se chocar contra eles ao tentar fugir, machucando-se seriamente.

Mesmo mais lentos, preguiças e tamanduás-mirins podem causar ferimentos graves com suas garras dianteiras, que podemos conter com fita adesiva para tornar seu exame mais seguro.

Os marsupiais, como saruês e cuícas, possuem uma bolsa interna, onde os filhotes terminam o seu desenvolvimento após o nascimento. Não é possível visualizar os filhotes no interior da bolsa à distância e, por isso, a captura desses animais deve ser feita com maior cuidado.

O manejo de botos, baleias e outros mamíferos marinhos encalhados exige procedimentos especiais e deve ser feito por profissionais experientes. Apesar disso, podemos adotar alguns cuidados básicos para aumentar suas chances de sobrevivência até que possamos contar com apoio.

Para isso, devemos nos aproximar com cuidado e garantir que o orifício de respiração permaneça fora da água e livre de obstruções, como pedras ou areia. Como seus corpos não foram feitos para suportar o próprio peso fora da água, podemos cavar buracos abaixo das nadadeiras peitorais e reduzir a pressão do solo sobre os pulmões, facilitando a respiração. Também é importante providenciar algum tipo de sombra e manter seu corpo e olhos sempre molhados, para evitar que aqueçam ou ressequem.

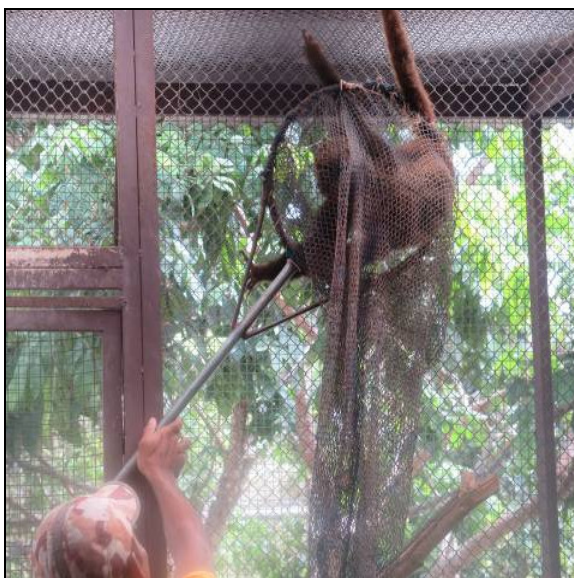


Fig. 46: Contenção de um bugio (*Alouatta guariba guariba*) com o puçá.

Em resumo

- Assim como as aves, os mamíferos são capazes de regular sua temperatura interna.
- Mamíferos podem sofrer estresse de captura e morrer durante ou após sua contenção.
- Os pêlos podem levar ao sobreaquecimento do animal durante sua contenção.
- Os mamíferos são especialmente capazes de identificar e aproveitar oportunidades para fugir ou atacar o reabilitador.
- Mamíferos maiores podem ser fortes ou rápidos demais para serem capturados e contidos apenas com meios físicos.
- Os mamíferos compartilham doenças com os seres humanos e podem transmiti-las para o reabilitador durante seu manejo.
- Alguns mamíferos são capazes de cortar ou esmagar dedos mesmo com luvas de proteção.
- Animais maiores podem causar ferimentos graves usando seus dentes, garras e chifres.
- Mesmo mamíferos aparentemente mansos podem atacar ao se sentirem ameaçados.
- Alguns mamíferos podem exigir equipamentos adicionais como cordas, vendas e macas.
- Mamíferos manejados por muito tempo podem morrer por hipertermia.
- Animais muito jovens podem sofrer de um fenômeno inverso, chamado de hipotermia.
- A técnica básica para a contenção de mamíferos envolve sua condução até um local que reduza sua capacidade de fuga, para capturá-los com as mãos, cambão ou puçá.
- É preferível que o cambão envolva a cabeça e um dos membros superiores, evitando concentrar a pressão sobre o pescoço.
- Mamíferos maiores podem não permitir uma aproximação segura, exigindo o uso de armadilhas ou métodos de contenção química.
- Alguns mamíferos não são capazes de reconhecer vidraças e grades como um obstáculo, podendo se machucar seriamente.
- A contenção de marsupiais deve ser feita com cuidado para evitar danos a filhotes em suas bolsas.
- O manejo de mamíferos marinhos deve ser feito por profissionais experientes.

Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

4. Transporte

“Nem todos os que vagueiam estão perdidos.”

-J.R.R. Tolkien, O Senhor dos Anéis

Após resgatar um animal silvestre, temos de acondicioná-lo em um recipiente adequado e transportá-lo para outro local, seja para realizar sua soltura imediata, oferecer cuidados médicos, iniciar sua reabilitação ou mesmo mantê-lo temporariamente em cativeiro, até que possamos destiná-lo adequadamente.

Ocorre que, assim como sua contenção, o transporte de animais silvestres não habituados ao contato com seres humanos é um acontecimento com grande potencial estressor, capaz de causar danos que podem se manifestar durante ou mesmo algum tempo após o transporte.

Para evitar esses acontecimentos, é importante planejarmos com critério qualquer operação de transporte, mesmo as mais curtas. Isso reduz o impacto do manejo sobre o animal, favorece sua reabilitação e aumenta suas chances de soltura.

Os fatores que devemos considerar nesse planejamento podem incluir as exigências da espécie, o tipo de caixa necessária, as características do percurso, as normas aplicáveis e o meio de transporte que iremos utilizar, entre outros. Assim, enquanto trajetos veiculares curtos podem requerer apenas uma caixa adequada, o transporte aéreo pode exigir a observação de todos os fatores listados.



Fig. 47: Os animais devem ser transportados em um compartimento próprio, protegido de intempéries.

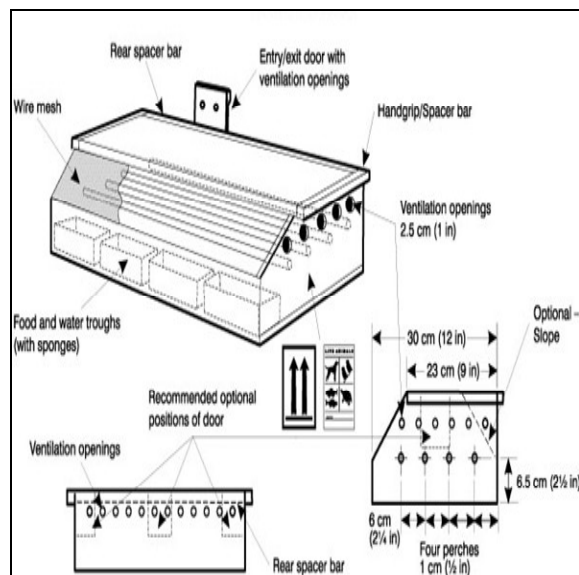


Fig. 48: Modelo de caixa de transporte exigida pela IATA para o transporte aéreo de papagaios.

Transporte aéreo

As companhias aéreas comerciais em todo o mundo seguem as normas da Associação Internacional de Transportes Aéreos, IATA, na sigla em inglês. Seu “Regulamento de Animais Vivos”, chamado de IATA-LAR, pode ser adquirido diretamente na página eletrônica da IATA (<https://www.iata.org>) ou consultado diretamente no balcão dos setores de carga das companhias que transportam animais vivos.

Essa publicação apresenta os detalhes para a construção de caixas de uso obrigatório para o transporte aéreo de animais silvestres. Caixas de modelos diferentes, mesmo que mais seguras, podem ser recusadas pela companhia aérea, atrasando operações de transporte.

Além de seguir as normas da IATA, o transporte aéreo de animais silvestres também requer atestado de saúde animal e autorizações de transporte emitidas pelos órgãos de meio ambiente e saúde animal responsáveis.

Adicionalmente, as espécies listadas nos anexos da “Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção”, CITES, na sigla em inglês, demandam autorização específica para o seu transporte aéreo.

Transporte terrestre, fluvial e marítimo

O transporte de animais silvestres em rodovias e por meio fluvial ou marítimo não possui uma regulação tão uniforme quanto aquela publicada pela IATA.

Nesses casos, é comum preparar os animais de acordo com exigências da autoridade de trânsito ou aquelas preparadas por entidades como a CITES ou a “Organização Mundial para a Saúde Animal”, OIE, na sigla em inglês.

As recomendações da CITES podem ser consultadas em seu endereço eletrônico (<https://www.cites.org>), no documento intitulado “*CITES Guidelines for transport and preparation for shipment of live wild animals and plants*”, também disponível em espanhol.

As recomendações da OIE também podem ser consultadas em sua página na internet (<https://www.oie.int>), no documento chamado “Código de Saúde dos Animais Terrestres”, nos capítulos dedicados ao transporte de animais por mar e por terra.

Já as recomendações da autoridade de trânsito podem ser consultadas na página do Departamento Nacional de Trânsito, na forma das resoluções do Conselho Nacional de Trânsito.

Esses documentos abordam de maneira ampla o transporte terrestre, fluvial e marítimo de animais silvestres e constituem um bom ponto de partida para o planejamento dessas atividades.



Fig. 49: Caixas fabricadas para cães e gatos podem ser rapidamente destruídas por animais silvestres.



Fig. 50: Animais transportados em caixas com tamanho e ventilação insuficiente podem morrer de hipertemia.

Princípios básicos

Independente do meio de transporte utilizado, algumas recomendações podem ser feitas para o transporte de animais silvestres em geral.

Inicialmente, o estresse causado pela captura pode afetar o sistema imunológico dos animais, tornando-os mais propensos a adquirir doenças ou manifestar sinais clínicos de doenças que já possuíam, contaminando outros animais e pessoas próximas. Por esse motivo, os animais devem ser preferencialmente transportados em caixas individuais e no interior de compartimentos de carga isolados das pessoas.

O uso de caixas individuais também reduz o estresse e impede que os animais ataquem uns aos outros durante o transporte, o que pode ocorrer mesmo entre aqueles habituados entre si. O transporte de vários indivíduos compatíveis no interior do mesmo compartimento é possível, mas deve ser evitado sempre que não tenhamos conhecimentos suficientes sobre a espécie.

Como regra geral, as caixas de transporte devem ser suficientemente grandes para que os animais mantenham uma posição natural e possam virar-se sem dificuldade, sem que tenham espaço suficiente para correr, pular ou voar. Elas também devem ser capazes de resistir ao seu próprio peso quando suspensas, bem como à vibração durante o transporte e às tentativas de destruição pelos animais.

Animais mantidos em locais quentes, em caixas apertadas ou com ventilação insuficiente, podem não conseguir regular sua temperatura adequadamente, desenvolver hipertermia e morrer no interior da caixa

ou mesmo algum tempo depois do seu transporte. Para evitar isso, devem existir aberturas de ventilação suficientes, tanto próximas ao piso quanto da parte superior da caixa, permitindo a entrada de ar fresco e o escoamento do calor, vapores e gases tóxicos. Para inspecionar os animais, é possível usar aberturas cobertas com tela apropriada.

A caixa de transporte deve possuir o interior liso, sem rebarbas, grades ou orifícios capazes de aprisionar a cabeça ou membros dos animais. Veados e outras espécies assustadiças podem exigir caixas com o teto forrado com placas macias, para evitar que machuquem a cabeça ao tentar fugir.

As portas devem ser preferencialmente deslizantes, em forma de guilhotina, para reduzir as chances de fuga durante sua abertura e fechamento. Macacos e outros animais habilidosos podem ser capazes de abrir fecho de determinadas caixas, exigindo trancas adequadas. O uso de trancas também evita que as caixas sejam abertas por curiosos ou pela vibração durante o transporte.

Também é importante evitar que os animais se sujem ou sofram escorregões ou impactos no interior da caixa, especialmente ao longo de rodovias mal-conservadas. De acordo com as necessidades de cada espécie, podemos acrescentar poleiros, canaletas ou placas de borracha para o piso, bem como areia, palha, aparas de madeira ou toalhas de papel para absorver suas fezes.

Alguns animais são propensos a sofrer enjôos durante o transporte, podendo perder o equilíbrio, ficar prostrados e vomitar, eventualmente se engasgando ou sufocando com o vômito. Por isso, e de modo geral, não devemos alimentar animais antes ou durante viagens de curta duração. Em locais muito quentes, podemos oferecer água em vasilhames ou na forma de frutas ricas em água.

Quando os animais forem transportados em compartimentos abertos, como na caçamba de caminhonetes, esses locais devem oferecer proteção contra o sol, correntes de ar e variações excessivas de temperatura e umidade. De acordo com a situação, podem ser usadas diferentes coberturas removíveis, como lona, tela de sombreamento ou até mesmo ramos adequadamente fixados, em quantidade suficiente para proteger os animais sem prejudicar a ventilação.

Quaisquer que sejam os meios utilizados, o transporte de animais silvestres envolve uma grande quantidade de variáveis. Por isso, também é importante fazer paradas periódicas para inspecionar suas acomodações e estado de saúde.



Fig. 51: Serpentes devem ser transportadas em caixas especialmente resistentes e com trancas confiáveis.

Transporte de répteis

Répteis saudáveis são capazes de jejuar durante alguns dias sem efeitos negativos e provavelmente irão recusar alimentos enquanto estiverem sob o estresse do transporte. Como não possuem mecanismos de termorregulação tão eficientes quanto as aves e os mamíferos, os répteis exigem um maior cuidado com as condições de temperatura e ventilação durante seu transporte. Filhotes e espécies menores irão perder ou ganhar calor mais rapidamente e exigem atenção especial.

Tartarugas marinhas devem ser transportadas sobre uma superfície macia, para não prejudicar a sua respiração. Também devemos manter sua pele e olhos úmidos para evitar o ressecamento enquanto estão fora da água. Para isso, podemos cobrir o animal com panos periodicamente molhados com água. Em viagens mais longas, também podemos besuntar seu casco e nadadeiras com vaselina sólida, tomando o cuidado de não passar o produto perto dos olhos, narinas e boca.

Serpentes são animais especialmente capazes de fugir por pequenas aberturas. Caixas plásticas transparentes com a tampa perfurada são suficientes para o transporte de animais menores e não peçonhentos por pequenas distâncias. Já o transporte de serpentes peçonhentas exige caixas específicas, resistentes e com tranca adequada. O transporte de serpentes no interior de sacos não é uma prática segura, pois esses animais podem perceber a aproximação de pessoas e morder através do tecido.

Transporte de aves

Aves possuem uma temperatura corporal mais elevada que répteis e mamíferos, o que pode levar ao rápido sobreaquecimento do interior de sua caixa de transporte, prejudicando os animais.

O transporte de várias aves no mesmo compartimento deve ser evitado, para evitar pisoteio ou quebra de penas. Caso o transporte conjunto seja absolutamente necessário, devemos garantir que a caixa tenha espaço suficiente e ventilação adequada.

Ao transportar muitas aves em caixas vizinhas, é preciso separar as espécies carnívoras para que não tentem puxar animais menores através das grades. A proximidade de um predador também causa desconforto nas aves menores, que podem se machucar ao se debater para tentar fugir.

Aves como araras, papagaios e periquitos devem ser transportadas em caixas capazes de resistir à ação destruidora do seu bico, para evitar que fujam durante o transporte.

Quando as aves forem transportadas em climas quentes ou durante um maior tempo e distância, é possível manter algumas espécies hidratadas oferecendo frutas ricas em água, como laranjas.

Caso a operação de transporte envolva pausas para o pernoite da equipe de reabilitadores, é importante que as caixas com aves sejam armazenadas em local ventilado e seguro, protegido contra aproximação de outros animais, como ratos, cães e gatos.



Fig. 52: Durante viagens curtas, podemos manter os animais hidratados oferecendo frutas ricas em água.



Fig. 53: Animais carnívoros podem atacar outros animais transportados em compartimentos vizinhos.

Transporte de mamíferos

Alguns carnívoros menores podem ser transportados com segurança em canis plásticos comuns, como os gatos-do-mato. Outros animais do mesmo tamanho, como um furão, podem destruir fácil e rapidamente esse tipo de caixa, exigindo o uso de jaulas metálicas ou caixas de madeira reforçada.

De acordo com a duração e meio de transporte, cuícas, morcegos e outros animais menores podem ser transportados em potes plásticos suficientemente ventilados.

Pacas e outros roedores devem ser transportados em jaulas de metal ou caixas de madeira forrada internamente com uma folha metálica.

Ao transportar vários animais em caixas próximas, é preciso separar os carnívoros para que não estressem ou tentem puxar animais menores através das grades.

Mesmo animais sociais devem ser transportados isoladamente, especialmente quando houver uma diferença muito grande de tamanho. O estresse do transporte pode acentuar comportamentos de dominação, causando brigas e ferimentos.

Durante o transporte, as pontas dos chifres dos veados podem ser envolvidas com mangueiras, evitando que se quebrem contra as paredes da caixa de transporte.

Focinheiras não devem ser usadas no interior de caixas de transporte, pois dificultam a respiração e a regulação da temperatura realizada através da boca.



Fig. 54: Tartarugas-marinhas devem ser transportadas sobre superfícies macias para não prejudicarmos sua respiração fora da água.

Situações específicas

O transporte de filhotes de aves, répteis e mamíferos exige proteção especial contra condições desfavoráveis, como impactos, calor, frio, vento ou umidade excessivas.

Quando não houver risco de rejeição, filhotes podem ser separados de seus pais durante o transporte, evitando que sejam esmagados ou atacados por motivo de estresse. Para isso, podemos manter pais e filhotes em compartimentos vizinhos, reduzindo a ansiedade de ambos. Animais mais mansos podem ser reunidos periodicamente durante o transporte, para que os filhotes possam mamar ou se aquecer.

Qualquer que seja o animal sendo transportado, é preferível evitar o uso de aparas de madeira para absorção de dejetos. De acordo com sua espécie e a forma como foi serrada, algumas madeiras podem emitir poeiras ou vapores irritantes para os animais. Além disso, a madeira úmida ou em decomposição pode favorecer o crescimento de microrganismos como os causadores da aspergilose, uma doença de difícil tratamento.

Finalmente, o transporte de mamíferos marinhos é uma tarefa complexa e deve contar com o apoio especializado. O transporte emergencial de animais menores, por trajetos curtos e para realizar seu desenchalhe, pode ser feito com auxílio de macas, tendo o cuidado de não comprimir as nadadeiras contra o corpo para não prejudicar sua respiração.

Em resumo

- O transporte inadequado de animais silvestres pode causar estresse e danos imediatos ou tardios
- É importante planejar as operações de transporte para reduzir seu impacto sobre o animal
- As companhias aéreas seguem as normas da Associação Internacional de Transportes Aéreos.
- O transporte aéreo requer atestado de saúde e autorizações de órgãos de saúde e meio ambiente.
- O transporte aéreo de espécies ameaçadas pode exigir autorização específica.
- O transporte terrestre, fluvial e marítimo deve observar as normas da autoridade responsável.
- O estresse torna os animais propensos a adquirir e transmitir doenças para outros animais e pessoas.
- Os animais devem ser transportados em caixas individuais e compartimentos de carga próprios.
- O transporte de vários indivíduos no mesmo compartimento deve ser evitado.
- As caixas de transporte devem permitir ao animal virar-se e manter uma posição natural.
- As caixas devem resistir à vibração e tentativas de destruição pelos animais.
- Animais podem morrer de hipertermia em locais quentes e em caixas apertadas ou mal ventiladas.
- Devem existir aberturas de ventilação suficientes, próximas ao piso e na parte superior da caixa.
- As portas devem ser deslizantes, em forma de guilhotina para reduzir as chances de fuga.
- O uso de trancas evita a abertura das caixas por pessoas não autorizadas e pelos animais.
- As caixas devem possuir poleiros ou superfícies capazes de evitar escorregões.
- As caixas devem possuir material absorvente compatível com o animal sendo transportado.
- De modo geral, não devemos alimentar animais antes ou durante viagens de curta duração.
- Em locais muito quentes, podemos oferecer água em vasilhames ou na forma de frutas.
- É importante fazer paradas para inspecionar as condições dos animais durante o transporte.
- O estresse do transporte pode causar brigas mesmo entre animais acostumados a viver juntos.
- O transporte de filhotes exige proteção contra impactos, umidade, calor, frio e vento excessivos
- Ao transportar animais em caixas próximas, é preciso separar os carnívoros de animais menores.

Anotações

[illegible]

Espécies mencionadas no capítulo 1

Neste capítulo, fizemos referência aos seguintes animais: anta (*Tapirus terrestris*), arara vermelha (*Ara chloropterus*), atobá (*Sula leucogaster*), azulão (*Cyanoloxia brissonii*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), cágados (família *Chelidae*), canário-da-terra (*Sicalis flaveola*), capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), cascavel (*Crotalus durissus*), cervos-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), coral (gênero *Micrurus*), ema (*Rhea americana*), Furão (gênero *Galictis*), gato-do-mato (gênero *Leopardus*), iguana (*Iguana iguana*), jabutis (gênero *Chelonoidis*), jararaca (gênero *Bothrops*), jibóia (*Boa constrictor*), lontra (*Lontra longicaudis*), maguari, (*Ardea coccy*), onças (onça-pintada: *Panthera onca*; onça-parda: *Puma concolor*), pingüins (*Spheniscus magellanicus*), paca (*Cuniculus paca*), papagaios (gênero *Amazona*), porcos-do-mato (*Tayassu tajacu*), preguiça (*Bradypus variegatus*), quati (*Nasua nasua*), raposa (*Cerdocyon thous*), saruê (gênero *Didelphis*), sucuri (gênero *Eunectes*), surucucu-pico-de-jaca (*Lachesis muta*), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), trinca-ferro (*Saltator similis*) e urubu (*Coragyps atratus*).

Também nos referimos de forma genérica a várias espécies comumente identificadas pelo mesmo nome comum, como ratos silvestres, serpentes, tartarugas, veados, baleias, beija-flor, ouriços, lagartos, macacos, garças, cuícas, araras, morcegos e pássaros.

Finalmente, usamos a palavra “passarinho” para nos referir às aves de pequeno porte da ordem Passeriformes; a palavra “psitacídeos” para nos referirmos às aves da ordem *Psittaciformes*; a palavra “marsupiais” para nos referirmos aos mamíferos da infraclasse *Marsupialia*; a palavra “aves de rapina” para nos referirmos às aves predadoras das ordens *Falconiformes* e *Strigiformes*; e a palavra “mamíferos marinhos” para nos referirmos aos animais da ordem Sirenia e Cetacea, além de outros animais da família *Mustelidae* e da superfamília *Pinnipedia*.

Conceitos e termos de interesse

Agente de defesa ambiental: para os fins deste manual, são os profissionais dedicados à defesa dos animais silvestres, como policiais e fiscais ligados aos órgãos de meio ambiente das várias esferas de governo.

Caixa de aperto: caixa com paredes móveis usadas para imobilizar o animal e facilitar sua inspeção através de janelas estrategicamente posicionadas.

Caixa de transporte: caixa fabricada para permitir o transporte seguro de um determinado animal ou grupo de animais. Deve possuir forma, tamanho e acessórios compatíveis com as espécies sendo transportadas.

Cambão: laço de captura operado através de uma haste fixa capaz de manter o animal a uma distância segura do operador.

Carapaça e plastrão: são as duas partes que compõem o casco dos répteis pertencentes à ordem dos quelônios, como tartarugas, cágados e jabutis. A carapaça é a parte superior, enquanto o plastrão é a parte ventral do casco.

Conforto térmico: sensação de satisfação que um determinado animal, em uma determinada condição, é capaz de sentir em relação à temperatura do ambiente ao seu redor.

Currais móveis: grades, redes, painéis ou cortinas usadas para restringir ou direcionar a movimentação de animais que desejamos capturar.

Destinação de animais silvestres: é a etapa final do processo de reabilitação. Embora a reabilitação tenha a soltura como objetivo, alguns animais podem não ser capazes de viver na natureza, por diversos motivos. Nesses casos, podem ser destinados para criadouros autorizados, para programas de educação ambiental e mesmo projetos de pesquisa, para atender a interesse científico justificável. Existe ainda a possibilidade de realizar a eutanásia, como é chamado o sacrifício humanitário de animais sem expectativa de cura ou com sofrimento que não se pode evitar.

Diafragma: músculo que separa a cavidade abdominal da cavidade torácica e intervém ativamente na respiração.

Encalhados: forma comumente usada para nos referirmos a mamíferos marinhos, como botos e baleias, quando encontrados em áreas rasas demais para a sua locomoção natural. Isso pode acontecer por diversos motivos e seu resgate pode exigir ajuda especializada.

Escudos de proteção: painéis de tamanhos variáveis usados para proteção do operador durante a contenção de animais silvestres.

Espécie: comumente definida como sendo um conjunto de organismos férteis e semelhantes entre si, que são capazes de se reproduzir e gerar outros organismos igualmente férteis e semelhantes entre si.

Estresse de captura: estresse ocasionado por procedimentos de captura e contenção de animais silvestres. O estresse de captura pode levar a consequências imediatas ou mesmo tardias, inclusive a morte do animal.

Estresse: estado físico e/ou psicológico provocado por estímulos que afetam um certo organismo, ocasionando o desequilíbrio de suas funções normais.

Folículo das penas: uma das estruturas que dão origem as penas das aves. Danos causados por impactos ou ferimentos podem levar ao fechamento do folículo de uma ou mais penas, interrompendo sua renovação. Se essa pena for necessária para o voo, a ave pode não ter mais condições de soltura.

Funções ecológicas: são os diversos papéis exercido pelos seres vivos em seu habitat. As plantas transformam a energia solar, produzem alimento, fixam a margem dos rios, evitam a erosão e fornecem sombra. Os animais consomem outras espécies, dispersam sementes e colaboram para modificar a paisagem natural, entre outras funções ecológicas.

Gancho de manejo ou gancho herpetológico: instrumento metálico com extremidade em forma de gancho, usado para conduzir serpentes de um local para o outro sem que tenhamos que manuseá-las diretamente. Usando a técnica adequada, também é possível usar o gancho para imobilizar serpentes.

Habitat: área naturalmente habitada por uma espécie, onde ela vive e onde pode encontrar alimento, abrigo, proteção e parceiros para reprodução.

Heterotermos: Animais que possuem uma maior dependência do calor ambiente para regular a sua própria temperatura corporal, como os répteis, anfíbios e peixes. Também são chamados de ectotérmicos, pecilotermos ou animais de sangue frio.

Hipertermia: nome dado a elevação excessiva da temperatura corporal de um organismo. Vários fatores podem levar a hipertermia, como a contenção feita em locais muito quentes ou muito úmidos ou ainda a contenção prolongada de animais desidratados ou fisicamente exaustos. A hipertermia possui várias consequências, entre elas a possível morte do animal durante o procedimento de contenção.

Hipotermia: redução da temperatura corporal devido a perda de calor. Nessas situações, os animais acionam mecanismos de termorregulação, buscando fontes de calor ou usando a energia armazenada para gerar calor corporal. A contenção prolongada de animais em locais muito frios pode prejudicar sua termorregulação, levando sinais variados, entre os quais a morte.

Homeotermos: nome dado aos animais que possuem mecanismos internos para manter sua temperatura relativamente constante em relação a temperatura do ambiente, como ocorre com os mamíferos e aves. Também são chamados de endotermos ou animais de sangue quente.

Luvas de proteção: equipamento de proteção individual com diferentes especificações, usado para manejar animais silvestres.

Macas de transporte: superfícies rígidas ou flexíveis usadas para facilitar o transporte de determinados animais.

Manejo: termo genérico, usado para se referir às diversas formas de intervenção humana sobre um determinado organismo ou sistema físico. Nesse manual, denominamos manejo o conjunto de técnicas empregadas para a manutenção de animais silvestres em cativeiro, desde o seu resgate até a sua destinação.

Manuseio: neste manual, é o ato de posicionar ou reposicionar um animal devidamente contido, com o auxílio de nossas mãos.

Metabolismo: conjunto de transformações que as substâncias químicas sofrem no interior dos organismos vivos. Essas transformações são responsáveis por vários processos, como crescimento do ser vivo, transformação de energia necessária ao movimento, resposta a medicamentos ofertados, entre outros.

Miopatia de captura: alterações metabólicas causadas pelo estresse da captura, com vários efeitos negativos. A miopatia de captura pode manifestar-se imediatamente, com a respiração acelerada, hipertermia, baixa pressão arterial e morte do animal durante sua contenção. Outros animais podem apresentar sinais tardios, como a necrose progressiva da musculatura cardíaca e esquelética.

Peçonha: nome dado às secreções tóxicas que alguns animais são capazes de injetar em outros animais de forma ativa, tanto para atacar quanto para se defender. Algumas serpentes são peçonhentas e injetam sua peçonha através de dentes modificados para isso.

Pinça herpetológica: instrumento utilizado para a captura de serpentes à distância. Sua empunhadura possui um gatilho cujo acionamento fecha as pinças localizadas na outra extremidade.

População: nome dado ao conjunto de indivíduos de uma mesma espécie, vivendo em uma determinada área geográfica, ao mesmo tempo.

Prancha de contenção: superfície rígida usada para imobilizar determinados tipos de animais silvestres com o auxílio de cordas ou fitas especiais, facilitando sua inspeção ou condução durante pequenos trajetos.

Puçá: equipamento composto por um cabo e um aro de metal, no qual é fixado uma rede ou saco de pano usado para a captura do animal. Há puçás fabricados em diversos tamanhos e devemos escolher aquele mais adequado para os animais sendo manejados.

PVC: abreviação de policloreto de vinila, um tipo de plástico facilmente acessível e com características de interesse para a reabilitação de animais silvestres.

Reabilitação de animais silvestres: para os fins deste manual, é o conjunto de ações de recebimento, cuidado, manejo e destinação de animais silvestres, sempre pensando em torná-los capazes de viver ou voltar a viver em liberdade, de acordo com as regras locais. Outros livros podem trazer definições diferentes,

Reabilitador: pessoa autorizada a desempenhar atividades de reabilitação, esteja ela ligada ou não a um Centro de Reabilitação. Neste manual, iremos nos referir aos agentes de defesa ambiental como reabilitadores.

Sacos aéreos: estruturas que auxiliam na respiração, regulação da temperatura e diminuição da densidade das aves, auxiliando seu voo. Os sacos aéreos estão espalhados pelo corpo das aves e ligados a alguns de seus ossos. Por isso, mesmo lesões menores podem evoluir rapidamente para quadros graves, afetando vários tecidos e sistemas.

Serpentes constritoras: nome dado à serpentes que usam a sua musculatura para envolver, dominar e matar suas presas. Embora algumas serpentes peçonhentas possam fazer isso em determinadas situações, esse é um termo comumente usado para se referir a serpentes não peçonhentas, como as jibóias.

Serpentes não peçonhentas: serpentes que não possuem peçonha e por isso não são capazes de causar acidentes ofídicos de maior interesse médico. Apesar disso, é preciso ter atenção ao manusear certas espécies que são descritas como sendo não peçonhentas, como as cobras-cipó. Essa espécie possui peçonha, embora não tão agressiva quanto a de outras espécies ditas peçonhentas, como jararaca, coral, pico-de-jaca e cascavel. Em caso de dúvida, o agente deve tratar todas as serpentes como sendo peçonhentas.

Serpentes peçonhentas: serpentes que possuem peçonha e são capazes de injetá-la em outros animais através de dentes modificados para essa função. Há serpentes peçonhentas com diferentes tipos de peçonha e de dentição, capazes de causar acidentes com gravidade variável.

Situação de necessidade: neste manual, usamos a expressão “situação de necessidade” ou “situação de risco” para nos referirmos a qualquer animal silvestre cuja situação momentânea requer algum tipo de interferência humana, como aqueles atropelados, eletrocutados, atacados por animais domésticos, apreendidos em feiras-livres, entre outros.

Soltura: neste manual, chamamos de soltura o simples ato de libertar animais na natureza. A soltura pode ser feita após diferentes prazos, com diferentes objetivos, diferentes técnicas e utilizar animais de diferentes origens.

Subespécie: Quando as populações de organismos de uma mesma espécie começam a se afastar umas das outras ou a explorar o mesmo local de uma forma diferente, elas começam a apresentar pequenas diferenças entre si, relacionadas ao seu modo de vida em particular. Quando isso acontece, estamos diante de animais da mesma espécie, porém de diferentes subespécies. Logo, nenhuma espécie possui apenas uma subespécie - sempre existirão duas ou mais delas, sempre ligeiramente diferentes entre si. Se as diferenças entre duas subespécies aumentarem muito, é possível que se tornem espécies diferentes.

Termorregulação: nome do conjunto de métodos usados pelos seres vivos para regular a sua temperatura corporal, mantendo-a dentro dos limites adequado ao funcionamento de seu organismo. Enquanto os répteis buscam se aproximar ou se afastar de fontes de calor, as aves e os mamíferos utilizam mecanismos adicionais, como a evaporação do suor ou o emprego de camadas isolantes, como pêlos e penas. O processo de contenção dos animais afeta sua termorregulação, desencadeando processos capazes de causar a morte do animal, de forma imediata ou tardia.

Toalhas: peça de tecido com tamanho adequado para reduzir a visão, conduzir ou envolver a espécie sendo contida.

Veneno: são secreções tóxicas produzidas por alguns animais, que as usam de forma passiva, para se defender, não sendo capazes de injetá-las em outros animais. Alguns sapos são especialmente venenosos, acumulando veneno sobre sua pele. As serpentes não são animais venenosos, são peçonhentas – pois possuem mecanismos próprios para injetar suas secreções tóxicas de modo ativo.

Leitura sugerida

GARDNER, A. L. (Ed.). . **Mammals of South America**: Volume 1: Marsupials, Xenarthrans, Shrews, and Bats. Chicago: The University Of Chicago Press, 2008. 690 p.

Núcleo de Biossegurança da Fundação Oswaldo Cruz. **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2003. 170 p.

AUSTRALIA. Nsw Environmental Trust. Office Of Environment And Heritage Nsw (oeh). **First responders resource guide for seabird emergencies**. Sydney, 2014. 48 p.

BRASIL. Ibama. Ministério do Meio Ambiente.

Manual de boas práticas: Manejo de fauna atingida por óleo. 2016. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/emergenciasambientais/paefauna2016-manual.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

CURTIS, P. D.; SCHULTZ, Jill. **Best Practices for Wildlife Control Operators**. Madison: Thomson Delmar Learning, 2008. 350 p.

DMYTRYK, R. **Wildlife Search and Rescue: A Guide for First Responders**. Hoboken: Wiley Blackwell, 2012. 248 p.

FWLER, M. **Restraint and Handling of Wild and Domestic Animals**. 3. ed. Ames: Wiley Blackwell, 2008. 488 p.

GERACI, J. R.; LOUNSBURY, V. J. **Marine Mammals Ashore: A Field Guide for Strandings**. Baltimore: National Aquarium In Baltimore, 2005. 371 p.

HURTADO, R. et al. **Manual de terapia intensiva para pinguins recolhidos na costa brasileira**. 2018. Disponível em: <[https://www.dropbox.com/s/wq827sxn6kixqwl/Hurtado et al. 2018 Terapia intensiva pinguins.pdf?dl=0](https://www.dropbox.com/s/wq827sxn6kixqwl/Hurtado%20et%20al.%202018%20Terapia%20intensiva%20pinguins.pdf?dl=0)>. Acesso em: 07 jun. 2018.

HYGNSTROM, S. E.; TIMM, R. M.; LARSON, G. E. (Ed.). **Prevention and Control of Wildlife Damage: A Handbook for People Who Deal with Wildlife Damage Problems**. Darby: Diane Publishing Company, 2010. 503 p.

CAPÍTULO 2

Manejo de animais silvestres

1. Introdução

*“A perfeição é uma flor valiosa e só é cultivada
por um manejo intransigente e rigoroso.”
-Burton Rascoe, Introduction to Chivalry*

Feito o recebimento, resgate ou a apreensão de um animal silvestre, cabe ao agente responsável oferecer os cuidados iniciais, até que possamos contar com o apoio médico veterinário eventualmente necessário.

De acordo com a situação, esses cuidados podem variar bastante, indo da simples limpeza e fornecimento de abrigo, água e alimento, até a oferta dos primeiros socorros necessários para garantir a sobrevivência do animal até a chegada do auxílio especializado.

Para oferecer esses cuidados, é preciso que o reabilitador também conheça técnicas básicas de manejo animal em cativeiro.

Profissionais com esse conhecimento são importantes tanto para as unidades menores, que realizam apenas o resgate e transferência imediata dos animais, quanto para os Centros propriamente ditos, capazes de desenvolver um maior número de procedimentos de reabilitação.



Fig. 55: Autora durante evento de capacitação sobre o resgate e reabilitação de animais silvestres.



Fig. 56: Um gavião-asa-de-telha (*Parabuteo unicinctus*) sendo manejado em liberdade.

Objetivos do manejo

Manejo é um termo amplo, comumente usado para nos referirmos às atividades desenvolvidas com animais. O manejo do gado, por exemplo, inclui sua marcação e vacinação, entre outras atividades.

Nosso manual está voltado para reabilitação de animais silvestres visando sua soltura. Por isso, vamos nos concentrar em atividades capazes de contribuir com esses objetivos, como a identificação de espécie, cuidados básicos de saúde, alimentação e técnicas de reabilitação e soltura.

Capacitação de agentes

Para reabilitar animais, nossos agentes precisam de conhecimentos adequados, adquiridos através de livros, treinamentos, operações e eventos.

Entre os conhecimentos úteis, estão noções de taxonomia e morfologia animal, duas ciências que podem facilitar a identificação das necessidades básicas de um animal mesmo quando não formos capazes de apontar a sua espécie imediatamente.



Fig. 57: Um filhote de bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*) resgatado após cair do ninho.

Taxonomia animal

Taxonomia é a ciência voltada para a classificação dos seres vivos em grupos semelhantes, chamados de táxons. Existem vários táxons e os mais conhecidos são apresentados durante o ensino médio, na forma de uma lista composta por “Reino, Filo, Classe, Ordem, Família, Gênero e Espécie”.

Todo animal possui dois tipos de nome: um nome popular, que usamos em nosso cotidiano, e um nome científico, formado pela união do Gênero e da Espécie ao qual o animal pertence. Embora o nome popular possa variar a cada região, o nome científico é sempre o mesmo e não varia de uma região para outra. Conhecer um pouco de taxonomia é indispensável para iniciar o processo de reabilitação. Com esse conhecimento, podemos entender melhor os manuais de identificação animal, descobrir que espécie temos em mãos, onde ela vive, qual a sua dieta e necessidades especiais. Um exemplo: recebemos uma pequena ave, popularmente chamada de bem-te-vi. Essa é uma ave comum no Brasil, mas como alimentá-la? Devemos oferecer grãos, frutas ou ração?

Do ponto de vista da taxonomia, o bem-te-vi é um animal (Reino: Animal), que possui uma medula espinhal (Filo: Cordados), com penas (Classe: Aves), pequena e com pés com três dedos voltados para frente e um para trás (Ordem: Passeriformes), com bico adaptado para se alimentar de insetos (Família: *Tyrannidae*). Pode parecer complicado, mas com pouco de estudo e prática seremos capazes de perceber tudo isso imediatamente, assim que olharmos para cada animal.

De posse desses conhecimentos básicos, amplamente disponíveis na internet, podemos recorrer a um guia de identificação animal, abrir a seção dedicada aos Tiranídeos e descobrir que o bem-te-vi pertence ao gênero *Pitangus* e à espécie *sulphuratus*.

Como já sabemos que o nome científico é formado pela união do gênero com a espécie, o seu nome científico é *Pitangus sulphuratus*. Esse nome não varia, sendo o mesmo em qualquer lugar do mundo, o que facilita a busca por mais informações na internet.

Continuando a leitura do guia de identificação, veremos que, embora seja capaz de consumir frutas, o bem-te-vi se alimenta principalmente de pequenos animais, como vermes, insetos e pequenos vertebrados. Por isso, se pretendemos manter esse animal em cativeiro por mais tempo, não podemos oferecer apenas frutas. Temos de providenciar alimentos capazes de atender suas necessidades, na forma de alimento vivo ou de rações balanceadas disponíveis comercialmente para outras aves insetívoras.

Como é possível notar, um conhecimento básico de taxonomia é algo muito útil para o agente de defesa ambiental trabalhando com a reabilitação. Isso nos permite identificar ou nos aproximar o máximo possível das necessidades de cada espécie, aumentando suas chances de sobrevivência em cativeiro.

Para ajudar nesse processo de aproximação, também podemos tentar separar os animais de acordo com sua aparência geral, como o formato de seu bico, cor do pêlo ou posicionamento de suas escamas. Nesse caso, vamos precisar de alguns conhecimentos sobre morfologia animal.



Fig. 58: A morfologia permite nos aproximarmos da dieta exigida por um animal, como essa coruja.

Morfologia animal

Dito de maneira simples, a morfologia é a ciência voltada para o estudo da forma e estrutura dos seres vivos, isto é, sua aparência geral. Neste manual, vamos tratar apenas da morfologia externa, que são as estruturas que podemos observar em um animal vivo, como sua pele, membros e formato do corpo.

Na natureza, a maior parte das formas possui uma função específica. Assim, enquanto um bico comprido é útil para capturar peixes, outro em forma de anzol servirá para rasgar carne.

Quando conhecemos um pouco de morfologia, somos capazes de separar melhor os animais em função de suas formas e assim oferecer um manejo geral mais adequado, até que possamos contar com apoio especializado. Para ilustrar isso, vamos imaginar que recebemos outra pequena ave, mas dessa vez não sabemos nem o seu nome popular. Também estamos com dificuldades para realizar sua classificação taxonômica e não conseguimos descobrir qual o seu nome científico. E agora? Será que essa ave se alimenta de carne, flores, frutas, insetos ou grãos? Qual o melhor poleiro, abrigo e cuidados que podemos oferecer até conseguirmos ajuda?

Começando uma inspeção morfológica simples, veremos que essa nova ave é pequena e possui um bico forte, voltado para baixo, em forma de gancho. Seus dois olhos estão voltados para frente e suas patas possuem dedos longos e fortes, com garras afiadas, capazes de agarrar nossa luva com força.

Apesar de não sabermos qual a sua classificação taxonômica exata, a sua morfologia sugere que se trata de um animal adaptado para perseguir sua presa (pois possui os olhos voltados para frente), capturá-la (possui garras fortes) e rasgar sua carne (possui bico curvo em forma de gancho), como faria um gavião, uma coruja ou um falcão.

Como qualquer um desses três tipos de ave se alimenta de outros animais, podemos começar oferecendo uma alimentação à base de pequenos animais ou pedaços de carne cortados em tamanho compatível. Ao mesmo tempo, devemos oferecer um local calmo, para evitar que ao se debater ela quebre penas indispensáveis para perseguir suas presas. Finalmente, devemos usar um poleiro de maior diâmetro, para evitar que suas garras perfurem seus próprios dedos, um acontecimento comum durante o manejo de aves de rapina e que pode causar infecções de difícil tratamento.

Desse modo, através de um exame morfológico rápido, também podemos nos aproximar das necessidades de cada animal, mesmo quando não conseguirmos identificar sua espécie imediatamente.



Fig. 59: O uso de poleiros inadequados pode causar calos e ferimentos infeccionados nas patas das aves.

Em resumo

- O reabilitador deve cuidar dos animais resgatados até que possa contar apoio especializado.
- Esses cuidados podem incluir limpeza, oferta de abrigo, água, alimento e primeiros socorros.
- Para isso, é importante possuir noções de taxonomia e morfologia animal.
- Taxonomia é a ciência voltada para classificação dos seres vivos em grupos semelhantes.
- A taxonomia facilita a identificação da espécie, onde ela vive, qual a sua dieta e necessidades.
- A morfologia é a ciência voltada para o estudo da forma e estrutura dos seres vivos.
- A morfologia facilita a oferta de um manejo adequado, até a chegada de apoio especializado.

Anotações

[illegible]

2. Cuidados com a saúde

“[A] Saúde é a maior das dádivas”

-Buda, Dhammapada

A reabilitação exige diferentes formas de contato com os animais silvestres, desde sua captura e oferta de alimento até o tratamento de feridas e exame de cadáveres.

Independente de sua formação, todos os profissionais responsáveis por esses trabalhos estão expostos a certos riscos de saúde, como sofrer ferimentos ou contrair doenças transmitidas pelos animais. De forma similar, também podemos transmitir doenças aos animais, dificultando a sua reabilitação.

Para minimizar esses riscos, é importante que as unidades dedicadas a qualquer etapa da reabilitação de animais silvestres possuam algum tipo de programa de saúde ocupacional, abordando temas como técnicas de limpeza, prevenção de acidentes e controle de doenças.

Desse modo, os profissionais envolvidos serão capazes de realizar suas tarefas com um menor risco pessoal e para os animais sendo reabilitados, aumentando suas chances de soltura.

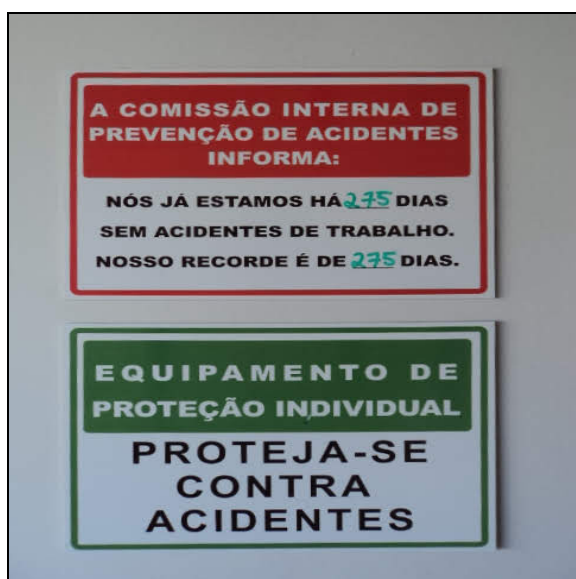


Fig. 60: É importante que os Centros de Reabilitação também possuam programas de saúde ocupacional.

Doenças

Doenças são alterações das funções naturais de um organismo, com a manifestação de sintomas específicos, como febre, dores articulares, enjôo, diarreia, entre outros.

Existem doenças transmissíveis, como gripe, tuberculose, sarampo, rubéola e catapora, e as não transmissíveis, como diabetes, câncer, asma, hipertensão e reumatismo, entre outras.

As doenças transmissíveis entre seres vivos são chamadas de infecciosas e são causadas por bactérias, vírus, fungos e parasitas. Quando uma doença infecciosa também pode ser transmitida dos animais para os seres humanos, ou destes para os animais, ela é chamada de zoonose.

As zoonoses podem ser transmitidas de várias maneiras, tanto direta quanto indiretamente. A transmissão direta acontece através do contato com um animal doente ou com partículas contaminadas presentes no ambiente. Assim, enquanto a raiva é transmitida pelo contato com a saliva de animais doentes, a clamidiose aviária pode ser transmitida tanto pelo contato com secreções quanto pela inalação de partículas contaminadas presentes no ar.

As zoonoses também podem ser transmitidas de forma indireta, com a ajuda de uma espécie intermediária, chamada de vetor. A pulga do rato é um exemplo de vetor. Embora não fique doente, a pulga é capaz de transportar os agentes causadores de doenças como a peste bubônica e o tifo murino, tanto de um rato para o outro quanto destes para as pessoas. O mesmo acontece com algumas espécies de carrapatos, que podem atuar como vetores da febre maculosa e transmiti-la de animais silvestres doentes para as pessoas.

O trabalho de reabilitação exige o manejo de animais com diferentes origens e quadros de saúde, alguns doentes e outros transportando vetores de doenças possivelmente fatais. Para evitar que essas enfermidades afetem outros animais e pessoas, é importante contarmos com protocolos para a prevenção e o controle de doenças.



Fig. 61: Para prevenir zoonoses, devemos evitar o contato direto com os animais em reabilitação.

Doenças comuns e emergentes

Todo Centro de Reabilitação deve contar com medidas para o controle das doenças mais comuns na sua região. Desse modo, se operamos em uma área onde são comuns os casos de raiva, é natural que comecemos nosso programa de saúde ocupacional adotando medidas contra essa doença específica.

Apesar disso, a natureza do trabalho de um Centro de reabilitação pode exigir o recebimento de animais vindos de várias regiões distintas, alguns possivelmente contaminados com as chamadas doenças emergentes.

Doenças infecciosas emergentes são causadas por um microorganismo que ainda não havia sido diagnosticado em certa espécie ou população. Esse é o caso, por exemplo, da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida –SIDA, que se acredita haver migrado de primatas não humanos para os seres humanos no início do século vinte.

Também chamamos de emergentes as infecções já conhecidas por afetar certo animal, mas que ainda não haviam se manifestado em determinada região ou que, mesmo já havendo se manifestado, vem aumentando sua incidência ou área de ocorrência. Esse é o caso, por exemplo, de algumas doenças causadas por circovírus, bornavírus, poliomavírus e muitos outros microorganismos que podem ser transmitidos pelo contato com animais infectados.

A doença do bico e das penas (PBFD), por exemplo, é uma doença emergente, causada por um circovírus e, como não possui tratamento, pode levar os animais à morte.

Além de prejudicar a reabilitação dos animais silvestres, muitas doenças emergentes são capazes de causar a morte dos animais e, inclusive dos reabilitadores, exigindo medidas de prevenção e controle adequadas.

Prevenção de doenças

De forma muito importante, é preciso que nosso Centro possua um bom projeto arquitetônico, com ambientes salubres e superfícies que favoreçam uma limpeza rápida e eficiente. Adicionalmente, todos os profissionais devem obter consentimento médico para realizar o trabalho proposto, além de receber as vacinas necessárias. Nos Centros que reabilitam mamíferos silvestres, os funcionários também devem receber a vacina anti-rábica pré-exposição e realizar a titulação periódica de anticorpos para raiva.

Outras medidas preventivas incluem a divulgação de informações sobre as principais doenças ocupacionais e como preveni-las. Para isso, devemos realizar treinamentos constantes com toda a nossa equipe, abordando assuntos como noções de higiene pessoal, características dos produtos sanitários utilizados pelo Centro, técnicas de limpeza e desinfecção, entre outros.

Junto com o treinamento básico, os profissionais devem ter acesso a um fardamento limpo e equipamentos de proteção individuais e coletivos, como guarda-pó, perneiras, respiradores, botas, óculos e luvas de proteção.

O Centro de Reabilitação também deve contar com instalações sanitárias para o banho dos funcionários e piaas estrategicamente distribuídas por toda a edificação, para facilitar a lavagem freqüente das mãos com substâncias antissépticas.

De forma especial, as geladeiras e refrigeradores usados para armazenar cadáveres de animais não devem ser utilizados para armazenar alimentos, tanto de outros animais quanto de funcionários. Pelos mesmos motivos, os alimentos dos animais não devem ser guardados no mesmo local que os alimentos utilizados por funcionários.

Além dos exames diagnósticos realizados em animais recém-chegados, também é importante que os animais alojados há mais tempo sejam submetidos à algum tipo de exame de rotina, ainda que pareçam saudáveis. Isso facilita a identificação de microorganismos adquiridos a partir de animais que permaneceram alojados por um menor prazo e que destinamos antes que manifestassem sinais de doença.

Finalmente, os resíduos produzidos pelo Centro de Reabilitação devem ser armazenados em local específico, protegidos contra a aproximação de pessoas estranhas, chuva, insetos e roedores.



Fig. 62: Exame clínico e coleta de amostras para exame laboratorial de um papagaio-do-mangue.

Controle de doenças

Mesmo seguindo um bom programa para prevenção de doenças, a natureza do trabalho em um Centro de Reabilitação torna esses locais permanentemente sujeitos ao risco do recebimento de animais com algum tipo de doença, infecciosas ou não.

Diante do surgimento de doenças infecciosas, há o risco de transmissão para outros animais e funcionários, exigindo medidas de controle.

Além do isolamento e tratamento médico-veterinário dos animais doentes, o controle de doenças infecciosas em um centro de reabilitação passa, obrigatoriamente, pela higiene diária de seus ambientes, o que inclui pessoas, estruturas e equipamentos.

Para isso, precisaremos empregar substâncias e técnicas adequadas para o nível de higiene exigido por cada ambiente, conforme um protocolo específico, com tarefas claramente descritas e atribuídas a cada funcionário responsável.

De forma especial, é importante que todas as acomodações usadas por animais sejam higienizadas diariamente, estando eles doentes ou não. Durante esse procedimento, deve ser realizada a remoção de resíduos e troca de vasilhames e materiais usados para ninhos.

As superfícies de acomodações menores exigem uma limpeza mais rígida, especialmente em ambientes internos ou pouco ventilados. Ambientes externos, como viveiros, cercados e tanques, podem exigir o emprego de métodos alternativos, como a fumigação ou pulverização de agentes de limpeza.

Técnicas de higiene

Entre os conhecimentos de higiene que podemos usar para promover a saúde e evitar doenças estão as técnicas de limpeza, de desinfecção e de esterilização de estruturas e equipamentos.

De forma geral, chamamos de limpeza o processo de remoção de resíduos visíveis, como poeiras, sobras de alimento, fezes e urina. Para isso, podemos usar água, detergente e instrumentos como vassouras e escovas.

Já a desinfecção busca inativar ou destruir organismos que não podemos ver, como fungos, bactérias e vírus. Para isso, devemos escolher a substância desinfetante mais adequada para nossa situação, como fenóis, clorexidina, aldeídos, cloro, dióxido de cloro estabilizado, cresóis, iodóforos, compostos de amônia quaternária, as soluções de água e álcool, entre outras.

Alguns desses desinfetantes podem causar irritação na pele, olhos e pulmões, devendo ser aplicados em locais ventilados e com equipamentos de proteção. Outros são especialmente tóxicos e exigem a remoção dos animais até sua secagem, como no caso de produtos a base de fenóis, amônia e cloro.

Cada desinfetante possui limites de utilização específicos, agindo apenas contra determinados organismos e em determinadas circunstâncias. Quando precisamos que absolutamente todos os organismos sejam destruídos devemos recorrer aos métodos de esterilização, como o emprego de autoclaves e estufas usadas para a higiene de materiais cirúrgicos.

A maior parte dos procedimentos de higiene diária em um Centro de Reabilitação envolve apenas a limpeza e a desinfecção de estruturas e equipamentos. Para isso, podemos usar apenas água, vassoura, detergentes e desinfetantes de amplo espectro, como os compostos de amônia quaternária.

Inicialmente, é importante saber que sobras de alimento, manchas de gordura, fezes, urina e fluidos corporais tendem a prejudicar a ação de desinfetantes. Por isso, devemos realizar primeiro a varrição ou raspagem desses resíduos, reduzindo sua quantidade.

Após a limpeza mecânica, podemos começar a amolecer os resíduos restantes usando água e detergentes. Essas duas substâncias vão dissolver os resíduos, tornando sua limpeza mais fácil e levando consigo uma grande parte dos microrganismos.

Feito isso, devemos remover o detergente com um novo enxágüe e só então aplicar o agente desinfetante. Como usamos um composto de amônia quaternária nesse exemplo, é importante que os animais permaneçam fora do ambiente até a sua secagem.



Fig. 63: Unidades incapazes de manter a higiene estão mais propensas ao surgimento de doenças.

Espécies exóticas

Espécies exóticas são aquelas que não ocorrem naturalmente no Brasil, pertencendo à fauna de outros países. Atualmente, muitos animais exóticos são criados e comercializados como animais de estimação no Brasil e, por isso, podem acabar sendo encaminhados aos centros de reabilitação.

Espécies exóticas como o periquito **ring-neck** (*Psittacula krameri*), o tigre-d'água exótico (*Trachemys scripta elegans*) e o ouriço-pigmeu-africano (*Atelerix albiventris*) podem ser reservatórios de microrganismos causadores de doenças emergentes, contra as quais os animais nativos não possuem defesa. Por isso, animais exóticos devem ser mantidos isolados dos animais nativos e destinados com a maior brevidade possível.

Medidas emergenciais

A disseminação de doenças em um centro de reabilitação representa uma grave ocorrência, que pode levar muitos animais ao óbito e exigir a eutanásia dos demais animais doentes, como no caso de indivíduos infectados pelos circovírus.

Nessas situações, em geral é necessária a suspensão das atividades de recebimento e a adequada destinação dos animais silvestres pelo Centro de reabilitação. Isso é importante para evitarmos a contaminação dos animais saudáveis, tanto aqueles encaminhados ao centro de reabilitação quanto os indivíduos de vida livre, que podem vir a ser contaminados após a soltura de animais doentes.

Em resumo

- A reabilitação exige diferentes formas de contato com os animais silvestres.
- Todos os profissionais responsáveis estão expostos a certos riscos de saúde.
- As doenças transmissíveis entre animais são causadas por bactérias, vírus, fungos e parasitas.
- As doenças transmissíveis entre animais e seres humanos são chamadas de zoonoses.
- Para evitar zoonoses, os Centros devem possuir protocolos de prevenção e controle de doenças.
- Todo Centro deve contar com medidas para o controle das doenças mais comuns na sua região.
- Doenças emergentes são as que ainda não haviam sido diagnosticadas em espécies ou populações.
- Também são emergentes as infecções que não ocorriam em nossa região ou que vem aumentando sua incidência ou área de ocorrência.
- Doenças emergentes podem causar a morte de animais e pessoas, exigindo controle e prevenção.
- As medidas de prevenção incluem um bom projeto arquitetônico, com ambientes salubres.
- Além de treinamento, os profissionais devem receber equipamentos de proteção adequados.
- Os animais recém-chegados ser submetidos a exames diagnósticos preventivos.
- Animais alojados há mais tempo devem ser submetidos a algum tipo de exame de rotina.
- Os resíduos devem ser protegidos contra a aproximação de estranhos, chuva e animais.
- O controle de doenças passa, pela higiene diária de pessoas, estruturas e equipamentos.
- É preciso empregar substâncias e técnicas adequadas para o nível de higiene exigido.
- É importante que todas as acomodações usadas por animais sejam higienizadas diariamente.
- Limpeza o processo de remoção de resíduos visíveis, como poeiras, sobras de alimento e fezes.
- A desinfecção busca combater organismos que não podemos ver, como fungos, bactérias e vírus.
- A esterilização é usada quando precisamos garantir a destruição de todos os organismos.
- A disseminação de doenças infecciosas em um Centro de Reabilitação é um acontecimento grave.
- Certas doenças podem exigir medidas como a suspensão de atividades, a eutanásia de animais e a desinfecção rigorosa de ambientes, seguida por vazão sanitário suficientemente longo.

Anotações

[illegible]

3. Alimentação

“Diga-me o que você come e eu lhe direi o que você é.”

-Jean Anthelme Brillat-Savarin, Fisiologia do Gosto

Embora saibamos como alimentar animais domésticos, ainda não temos muitas informações sobre a dieta da maior parte dos animais silvestres brasileiros. Por isso, para evitar doenças causadas por uma má alimentação em cativeiro, é importante que os alimentos oferecidos durante a reabilitação sejam escolhidos por profissionais com conhecimento sobre cada espécie, como biólogos, médicos-veterinários e zootecnistas, entre outros.

Apesar dessa necessidade básica, os agentes ambientais responsáveis pela reabilitação de animais silvestres podem estar em uma viagem, longe do apoio de seu Centro, e ainda assim ter de resgatar e manter alimentados animais que nunca viram antes ou que dependem de uma dieta muito específica, como larvas de insetos.

Para enfrentar situações como essas, é importante que agentes reabilitadores também recebam um treinamento básico sobre como identificar e alimentar os principais grupos de animais que ocorrem em sua região.

Desse modo, mesmo na ausência imediata de apoio especializado, nossos agentes ainda serão capazes de separar os animais de acordo com sua morfologia externa e oferecer uma alimentação compatível com as necessidades dos animais sob o seu cuidado.



Fig. 64: Podemos usar frutas para alimentar animais onívoros até que possamos contar com apoio.



Fig. 65: Mico-estrela alimentando-se em uma gaveta projetada para evitar contato direto com o reabilitador.

Necessidades nutricionais

Os seres humanos são onívoros, capazes de obter os nutrientes que precisam a partir de uma grande quantidade de alimentos, como carne, leite, ovos, vegetais, grãos, frutos e raízes.

Assim como nós, existem muitas espécies de animais silvestres onívoros, como cachorros-do-mato, emas e jabutis. Alimentar esses animais é uma tarefa comparativamente mais simples, pois podemos atender suas necessidades nutricionais básicas usando alimentos amplamente disponíveis no comércio local.

Outros animais possuem uma dieta mais especializada e podem depender de nutrientes específicos, sem os quais ficarão doentes em muito pouco tempo. Esse é o caso dos filhotes de marsupiais, que exigem leite com uma formulação bastante específica.

Alimentar essas espécies é uma tarefa mais desafiadora, especialmente durante ações em locais mais afastados, quando podemos não dispor de apoio especializado. Para lidar com essas situações, é importante contarmos primeiro com treinamento e bibliografia adequada, em forma impressa ou digital. De posse desses recursos, podemos identificar os animais sob nossa responsabilidade, pesquisar qual a sua dieta na natureza e buscar a melhor maneira de substituí-la com os diversos tipos de alimentos ao nosso alcance.

Alimentos naturais

Alimentos naturais são as frutas, raízes, insetos, animais e outros itens que fazem parte da dieta natural dos animais em liberdade.

Alguns alimentos naturais são mais facilmente localizados, como os cupins, que podemos recolher em seus ninhos na beira das estradas. Outros são mais difíceis de encontrar, de criar em cativeiro ou exigem condições especiais de armazenamento. Esse é o caso das resinas, frutas, brotos, raízes e flores de determinadas plantas silvestres.

Para lidar com essa dificuldade, podemos recorrer a ingredientes substitutos e oferecer uma dieta totalmente natural apenas em casos especiais, como diante de animais que precisam aprender a caçar ou que só se alimentam de determinados tipos de vegetais ou invertebrados.

Substitutos comerciais

Substitutos comerciais são produzidos pelo homem para abastecimento do comércio de alimentos e incluem animais e vegetais de variedades domésticas, como perus, galinhas, milho e tomate.

Como estão amplamente disponíveis, tanto em variedade quanto quantidade, esses alimentos são uma alternativa conveniente para a substituição de alimentos naturais de difícil obtenção.

Desse modo, frutas silvestres são substituídas por frutas da estação e presas vivas são trocadas por carcaças de animais de produção abatidos, como coelhos e codornas.

Embora não constituam uma solução perfeita, os substitutos comerciais favorecem a criação de uma dieta rica, variada e interessante para muitas espécies, facilitando a sua reabilitação em cativeiro.



Fig. 66: Preguiça consumindo folhas de embaúba.



Fig. 67: Porquinhos-da-índia usados como alimento vivo para a reabilitação de animais carnívoros.

Alimentos processados

Alimentos processados ou alimentos industrializados são aqueles que foram previamente preparados para tornar mais fácil a sua utilização.

São alimentos normalmente prontos para o consumo, que podem ser oferecidos aos animais com pouco ou nenhum tratamento prévio, como carne em pedaços, leite em pó, rações e misturas para aves.

Alimentos processados podem possuir um prazo de validade comparativamente maior e sua forma de apresentação torna o manejo dos animais mais simples. Apesar dessas comodidades, os alimentos processados não constituem uma solução alimentar completa e devem ser usados com critério.

O uso exclusivo de alimentos processados pode não ser o bastante para atender as necessidades nutricionais de algumas espécies, causando doenças, deformidades ou mesmo a morte dos indivíduos.

Alimento vivo

Em um Centro, podemos receber animais que só se alimentam de outros animais vivos. Esse é o caso de aves exclusivamente insetívoras, que poderão recusar alimentos processados ou mesmo insetos mortos.

Também podemos receber animais predadores capazes de se alimentar de carne processada, mas que nós podemos preferir alimentar com presas vivas, para reforçar comportamentos importantes para sua sobrevivência na natureza.

Os animais criados em cativeiro para atender a essas necessidades são comumente denominados de alimento vivo. Eles podem incluir insetos e pequenos vertebrados, como coelhos, ratos, codornas e porquinhos da Índia, entre outros.



Fig. 68: Uma despensa ventilada para frutas.



Fig. 69: Periquito-rico (*Brotogeris tirica*) sendo aclimatado com sementes de girassol, ração e frutas.

Aclimação alimentar

Animais de vida livre podem não aceitar imediatamente alguns alimentos substitutos ou processados oferecidos durante a reabilitação. Já os animais criados em cativeiro há mais tempo podem estar tão acostumados com esses alimentos que irão se recusar os alimentos naturais. Nessas situações, devemos adaptar a dieta dos animais, fazendo com que se alimentem da melhor forma possível. Esse é um processo gradual que chamamos de aclimação alimentar. Para isso, pode ser necessário usar alimentos com formato, cor ou sabor mais interessante, ofertando-os juntamente ou de forma intercalada com os alimentos que o animal prefere consumir.

Enriquecimento alimentar

O enriquecimento alimentar é parte integrante do chamado enriquecimento ambiental, uma prática que busca ampliar os estímulos de interesse para a manutenção ou reabilitação animal em cativeiro.

No enriquecimento alimentar usamos diferentes alimentos, apresentados de diferentes formas, para despertar a curiosidade dos animais, ocupar seu tempo e desenvolver habilidades úteis para a sua sobrevivência na natureza, como força e reflexos.

Não há limites para o enriquecimento alimentar, que só depende das características de cada espécie, de nossa imaginação e dos objetivos que desejamos alcançar.

Assim, alimentos como folhas, frutas e carcaças de animais abatidos podem ser oferecidos inteiros ou pendurados na parte superior dos viveiros, exigindo mais habilidade para alcançá-los.

Já alimentos vivos, como insetos e pequenos roedores, podem ser inseridos no interior de ocos ou entre pedras soltas, requerendo um maior esforço dos animais e desenvolvendo sua musculatura e técnica de caça.

Armazenamento de alimentos

Qualquer que seja o alimento utilizado, devemos armazená-lo corretamente, para manter sua qualidade e evitar sua contaminação por fungos, insetos, roedores e microorganismo.

Além da possibilidade de contaminação, alimentos armazenados de forma incorreta podem perder determinados tipos de nutrientes e não serão capazes de alimentar os animais da forma esperada.

Para evitar que isso aconteça, devemos armazenar os alimentos em locais protegidos da luz solar direta e de variações muito amplas de temperatura, bem como da umidade e calor excessivo.

De forma especial, grãos e rações secas devem ser armazenados em contêineres plásticos fechados, mantidos em locais secos e longe do piso e paredes.

Alimentos perecíveis devem ser adquiridos de acordo com um planejamento específico, sendo utilizados imediatamente ou armazenados em geladeiras, refrigeradores ou câmaras frias.

Certos tipos de frutas irão amadurecer mais rapidamente se forem armazenadas em locais fechados, mesmo em ambientes frios. Nesses casos, pode ser preciso guardá-las em locais ventilados, protegidas contra a aproximação de pequenos animais.

Finalmente, o uso de alimentos vivos irá requerer uma estrutura própria, para sua criação ou manutenção até o momento em que serão ofertados aos animais.

Fatores que influenciam a alimentação

Além de doenças, o estresse experimentado pelo animal em cativeiro pode afetar o seu interesse pelo alimento e sua capacidade de realizar a digestão.

Animais podem se estressar com vários fatores, como o barulho, temperatura, luminosidade, tipo de manejo, espaço disponível, entre outros.

Alguns desses elementos são mais facilmente controlados, como o tipo de manejo oferecido. Outros, como a quantidade de espaço disponível e a temperatura ambiente, podem exigir um projeto arquitetônico adequado ou emprego de equipamentos como aquecedores, climatizadores e exaustores.

De forma especial, o aumento da temperatura tende a contribuir para a elevação do metabolismo dos animais. Por sua vez, isso irá ampliar sua demanda por energia, resultando em um maior apetite. A redução da temperatura pode causar o mesmo efeito sobre outras espécies, que irão adotar mecanismos de regulação interna, consumir reservas de energia e, por fim, também demonstrar um maior apetite.

Já diante de calor ou frio excessivo, os animais podem simplesmente deixar de se alimentar, tanto por estar enfrentando um quadro de estresse térmico quanto para evitar a perda da energia necessária para digerir seu alimento nessas situações.

A luminosidade também desempenha um papel especialmente importante na alimentação dos animais. Além de necessária para a produção da vitamina D3, algumas espécies a associam a luz solar ao calor que irão precisar para fazer sua digestão e, nesses casos, podem recusar alimento oferecido fora de seus horários normais de atividade.



Fig. 70: Rações, farinhadas e grãos devem ser armazenados em local seco, afastados do solo.



Fig. 71: Rações armazenadas incorretamente favorecem o crescimento de fungos produtores de toxinas.

Alimentos tóxicos

Enquanto alguns alimentos são tóxicos para certos animais, outros podem exigir um uso mais criterioso, devendo ser evitados na ausência de mais informações.

De modo geral, animais silvestres são intolerantes à lactose e não devem receber leite de vaca ou misturas para uso humano. Para isso, podemos usar leite de cabra ou leite sucedâneo para filhotes de cães e gatos.

Alimentos secos devem ser oferecidos em dias ou horários diferentes dos alimentos úmidos. Isso evita que a umidade contamine grãos e rações e acelere o crescimento de microorganismos.

Rações para animais domésticos ou de produção devem ser evitadas ou usadas com critério. Algumas podem conter probióticos capazes de desequilibrar a flora intestinal de animais silvestres.

Frutas ajudam a manter os animais hidratados durante viagens. Apesar disso, frutas ácidas e sementes ricas em gorduras, como laranja, coco e girassol, podem irritar o sistema digestivo de animais doentes. Já ovos crus, espinafre, beterraba, aipo, brócolis, repolho, couve, cenoura e couve-flor podem causar desconforto a determinadas espécies e também devem ser evitados na ausência de recomendações específicas.

Misturas contendo mel ou açúcar também devem ser usadas com cuidado, pois ao fermentarem irão se transformar em álcool, que é tóxico para os animais.

Finalmente, devemos evitar o uso indiscriminado de suplementos nutricionais, como vitaminas, probióticos, aminoácidos e sais minerais. O mau uso dessas substâncias pode causar doenças ou a morte dos animais silvestres.

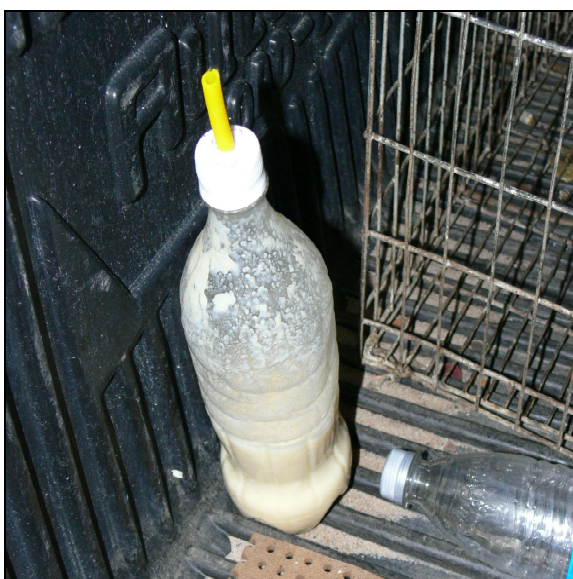


Fig. 72: Mistura de leite e amido usada por traficantes para alimentar filhotes de papagaios.

Tipos de dieta

Os animais são classificados de diversas maneiras, inclusive de acordo com a sua dieta. Assim, aqueles que se alimentam de carne são chamados de carnívoros, os que se alimentam de vegetais são chamados de herbívoros e os que se alimentam de carne e vegetais são chamados de onívoros.

Alguns desses animais são capazes de se alimentar de uma maior variedade de itens, enquanto outros apresentam uma dieta bastante especializada.

Assim, de acordo com sua especialização, os animais carnívoros são chamados de insetívoros quando se alimentam de insetos, de piscívoros quando se alimentam de peixes e de necrófagos os que comem animais mortos.

O mesmo acontece com os herbívoros, que são chamados de frugívoros quando se alimentam de frutos, de granívoros quando se alimentam de sementes e de nectarívoros quando se alimentam do néctar das flores.

Para alimentar animais silvestres em cativeiro, precisamos oferecer uma dieta compatível com seus hábitos alimentares, formada por alimentos que ele possa alcançar, consumir e digerir corretamente.

Oferecer alimentos inadequados para um determinado animal pode fazer com que ele não se alimente ou que, ao tentar saciar sua fome, se alimente de algo que não é capaz de digerir, afetando sua saúde ou causando sua morte. Esse é o caso de filhotes de aves que, estando famintos, aceitarão até mesmo misturas de leite e amido oferecidas por comerciantes inescrupulosos.

Apresentação da dieta

Não adianta conhecer a dieta de uma espécie se não formos capazes de oferecer os alimentos de forma que o animal consiga aproveitar. Assim, embora sejam carnívoras, as serpentes irão recusar carne processada. O mesmo ocorre com aves granívoras, que não irão conseguir aproveitar sementes muito grandes.

Para evitar essas dificuldades, é preciso que os ingredientes corretos também sejam apresentados de forma adequada, que facilite sua identificação como alimento, desperte interesse e permita a sua ingestão.

Para isso, podemos usar várias técnicas, começando pela oferta de alimentos frescos, coloridos, variados, saborosos. De acordo com as necessidades de cada espécie, também podemos cortar, moer ou ferver a comida, quebrando sua estrutura interna e facilitando a digestão, algo especialmente útil para animais doentes.

Quantidade de alimento

Durante a reabilitação de animais silvestres, tanto a subalimentação quanto a superalimentação podem causar situações indesejáveis. Enquanto uma dieta insuficiente pode causar desnutrição e avitaminoses, alimento em excesso pode levar à obesidade, cólicas, lesões ortopédicas, muda de penas, entre outros.

Por esses motivos, a quantidade de alimento ofertado deve ser estabelecida pelo profissional responsável, com base nas recomendações da bibliografia especializada. Apesar disso, e de forma geral, animais saudáveis em fase de desenvolvimento devem ser alimentados sempre que demonstrem interesse. Já animais mantidos em grupo devem receber uma maior quantidade de alimento para evitar a subalimentação de indivíduos menores ou submissos, especialmente no caso de espécies carnívoras.



Fig. 73: Dietas frescas, coloridas, variadas e saborosas despertam o interesse dos animais em reabilitação.

Água

Todos os animais em reabilitação precisam de água de qualidade em quantidade suficiente, tanto na forma líquida quanto de alimentos úmidos. Essa necessidade deve ser observada inclusive para os animais que bebem pouca água na natureza ou que são capazes de retirar toda a água que precisam do seu alimento.

Além de possuir qualidade e quantidade suficientes, a água também deve ser oferecida de uma maneira compatível com a saúde do animal e a forma como ele é capaz de utilizá-la.

Assim, enquanto aves com bico muito longo podem não conseguir beber em pratos rasos, serpentes muito grandes podem não conseguir explorar tanques pequenos, prejudicando sua muda. Jabutis, por outro lado, podem morrer afogados em bebedouros muito profundos, enquanto animais aquáticos irão exigir sistemas capazes de manter a qualidade da água de seus tanques.

Animais doentes podem exigir cuidados adicionais, para evitar que molhem seus curativos ou sofram um resfriamento indesejável. Nessas situações, podemos avaliar a possibilidade de oferecer água através de frutas ou umedecendo previamente alimentos como carne e insetos. De acordo com a situação, também é possível injetar água na carcaça de alimentos inteiros, como ratos abatidos.

Finalmente, manter animais silvestres bem hidratados é comparativamente mais importante do que tentar alimentá-los durante situações de resgate, diante de animais muito estressados ou quando há a previsão de realizar sua transferência imediata para centros especializados.

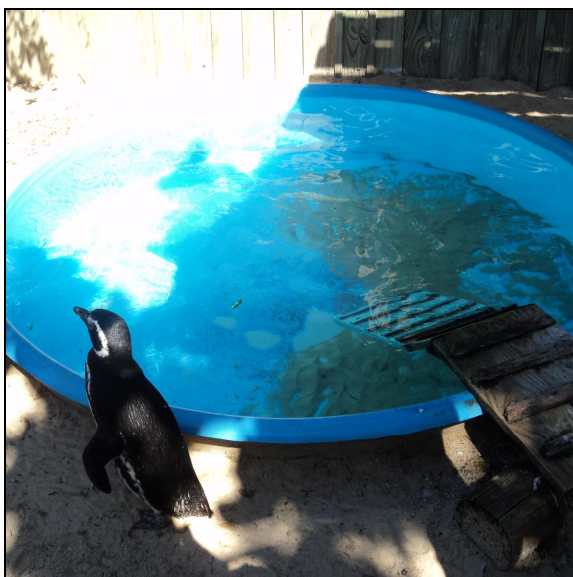


Fig. 74: Espécies aquáticas como esse pingüim devem contar com tanques de higiene facilitada.



Fig. 75: Serpente com a muda imperfeita devido à insuficiência de água em cativeiro.

Alimentação de répteis

A alimentação dos répteis varia de acordo com cada espécie. Além disso, a quantidade de alimento consumido é fortemente influenciada pela luminosidade e temperatura do ambiente, da comida e do corpo do animal.

Embora a grande maioria dos répteis seja carnívora como as serpentes, algumas espécies são onívoras, como os jabutis. Ainda há alguns répteis que iniciam sua vida se alimentando de pequenos animais e mudam para uma alimentação herbívora na sua fase adulta, como as iguanas.

De modo geral, os répteis herbívoros e os onívoros podem ser alimentados com vários substitutos comercialmente disponíveis, como chicória, abóbora, abobrinha, agrião, acelga, nabo, quiabo, batata doce, pimentão, ervilha, mamão, melão, melancia, banana, maçã e manga. Ainda de modo geral, a dieta das espécies onívoras pode receber a adição de itens como carne bovina, peixe e frango. Ovos e rações industrializadas devem ser usados com maior critério.

Jacarés mantidos em cativeiro por períodos curtos podem ser alimentados com carne crua, de peixe, frango ou boi. Também podem receber alimentos vivos ou previamente abatidos.

Serpentes com uma dieta pouco especializada podem ser alimentadas com alimentos vivos ou previamente abatidos, como ratos e camundongos. Já as serpentes saudáveis muito jovens ou com hábitos alimentares muito específicos devem ser preferencialmente libertadas o mais rápido possível, no seu local de origem ou no local seguro mais próximo.



Fig. 76: Harpia alimentada com ratos domésticos.



Fig. 77: Podemos reproduzir tenébricos facilmente para alimentar animais insetívoros.



Fig. 78: De acordo com nossa região, também é possível comprar insetos reproduzidos em cativeiro

Alimentação de aves

Como não possuem dentes, o sistema digestivo da maioria das aves é adaptado para processar alimentos engolidos inteiros ou em grandes pedaços. Algumas espécies preferem se alimentar somente durante o dia, outras apenas à noite e algumas são capazes de se alimentar em qualquer período.

Assim como os répteis e os mamíferos, existem aves herbívoras, carnívoras e onívoras. Podemos alimentar as aves herbívoras e as onívoras com vários substitutos comercialmente disponíveis, como banana, maçã, goiaba, melão, melancia, manga, chicória, jiló, maxixe, quiabo, pepino, abóbora, batata-doce, abobrinha, agrião, acelga, milho, milho em espiga, soja, acelga, pepino, pimentão e berinjela, entre outros.

Algumas aves onívoras podem receber itens como carne bovina processada, peixe e frango, inteiros ou em pedaços. Ovos devem ser evitados ou usados com maior critério.

As espécies insetívoras oferecem uma maior dificuldade para sua alimentação. Nesses casos, podemos tentar oferecer grilos, baratas ou besouros-do-amendoim, também chamados de tenébricos. Como esses insetos possuem um exoesqueleto rígido e de difícil digestão, algumas aves podem recusá-los, especialmente aves de menor tamanho, doentes ou muito estressadas. Para essas, podemos tentar oferecer larvas ou insetos mais macios, como os cupins.

Pode não ser possível localizar uma quantidade adequada de insetos sempre que precisarmos alimentar aves insetívoras. Para lidar com essas situações, é mais simples adquirir insetos produzidos comercialmente ou mantermos algumas caixas adaptadas para a criação de espécies prolíficas, como o próprio tenébrico.

Aves carnívoras podem ser alimentadas com carne bovina processada, além de frango ou peixe, inteiros ou em pedaços. De acordo com seu hábito alimentar, as aves de rapina também podem ser alimentadas com alimento vivo ou previamente abatido, como ratos e codornas.

Existem muitas rações industrializadas para aves, contudo, devemos tentar usar apenas as variedades especificamente fabricadas para o animal que temos em mãos, como as rações para papagaios e tucanos, por exemplo. Rações para aves domésticas ou de produção devem ser evitadas ou usadas com critério e apenas quando houver conhecimento suficiente.

Além de rações processadas, também podemos recorrer a grãos, como milho, alpiste e painço, ou ainda misturas para alimentação de aves de canto granívoras, frugívoras ou insetívoras. Esses alimentos são prontamente aceitos por uma grande quantidade de aves, facilitando seu manejo mesmo durante viagens prolongadas.

Alimentação de mamíferos

Alimentar mamíferos corretamente pode ser algo especialmente desafiador. Algumas espécies passam a maior parte do dia se alimentando, enquanto outras dependem de alimentos difíceis de substituir, como a goma, frutos e folhas de vegetais muito específicos. Por isso, sua alimentação em cativeiro precisa ser especialmente nutritiva e atrativa, para garantir que os alimentos substitutos sejam consumidos em quantidade suficiente.

Os ingredientes usados para substituir a dieta natural dos mamíferos dependem do hábito e exigências de cada espécie, mas, de modo geral, podemos alimentar herbívoros e onívoros com vegetais como chicória, agrião, acelga, abobrinha, berinjela, pepino, pimentão, ervilha, milho, abóbora, broto de feijão e frutas como melão, melancia, banana, maçã e manga.

Mamíferos carnívoros e onívoros podem ser alimentados com carne de boi, frango ou peixe, inteiros ou em pedaços, de acordo com seu porte e hábito alimentar. Para despertar o interesse de predadores, exercitá-los ou ensiná-los a caçar, também podemos oferecer alimento vivo, como ratos, coelhos e codornas.

Devemos usar rações específicas para o tipo de mamíferos que temos em mãos, como aquelas fabricadas para roedores e primatas. Embora seja possível usar rações para cães e gatos domésticos na alimentação de canídeos e felinos silvestres, seu uso indiscriminado pode levar a problemas graves, especialmente no caso de marsupiais, como os saruês, e de ruminantes, como os veados.

Também devemos ter cuidado ao oferecer leite fermentado, mamão, pão, mel, iogurte, gelatinas, couve, couve-flor, brócolis, óleos e alimentos contendo sal. Embora úteis, esses ingredientes podem afetar negativamente algumas espécies ou animais doentes.

O leite de vaca oferece risco considerável para mamíferos de todas as idades. Ele possui uma composição diferente da que eles são capazes de digerir, o que pode causar a sua morte.

Finalmente, os ruminantes exigem uma alimentação formada por ingredientes de fácil digestão, oferecidos em quantidades adequadas para cada espécie ou podem experimentar problemas digestivos graves. Entre os alimentos volumosos disponíveis no comércio estão a cana, alfafa, leucena, amendoim-forrageiro e silagens de milho, soja e sorgo, além de diversos tipos de capim. Todos esses vegetais podem ser substituídos ou acrescidos por outros, de acordo com as exigências de cada espécie e seu tempo de cativeiro.



Fig. 79: Tamanduá com fraturas múltiplas se alimentando de papa de coco verde.



Fig. 80: Roedores usados como alimento vivo.



Fig. 81: Animais como este gato-do-mato podem consumir alimentos preparados para gatos domésticos.

Alimentação de filhotes

A alimentação de filhotes de animais silvestres exige conhecimentos técnicos aprofundados, especialmente no caso de aves e mamíferos.

Diante do recebimento de filhotes, recomendamos que o reabilitador busque apoio especializado imediatamente, adotando os cuidados sugeridos para garantir a sobrevivência do animal até que ele possa ser transferido para uma unidade com experiência no manejo da espécie.

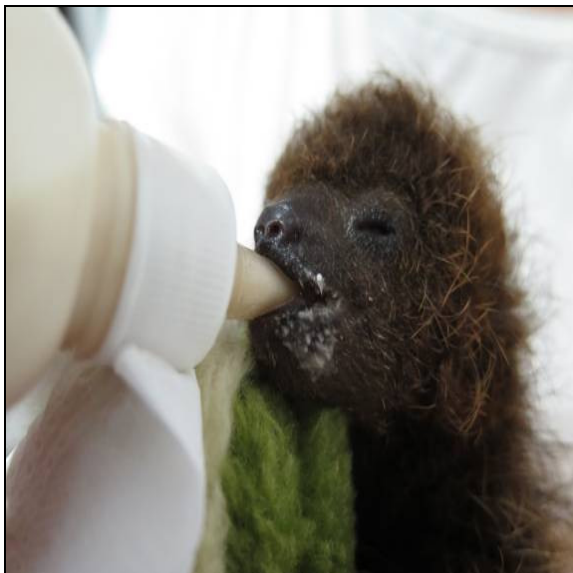


Fig. 82: Um filhote de preguiça sendo alimentado com leite sucedâneo em uma mamadeira especial.



Fig. 83: Filhotes são especialmente exigentes quanto ao intervalo e tipo de alimentação.

Em resumo

- Os alimentos devem ser escolhidos por profissionais com conhecimento sobre a espécie.
- Os reabilitadores também devem saber alimentar os principais animais que ocorrem em sua região.
- Com conhecimento, é possível usar outros ingredientes para substituir dietas naturais.
- Alimentos naturais são as frutas, raízes, insetos, animais e outros itens consumidos na natureza.
- Substitutos comerciais são alimentos produzidos pelo homem para abastecimento do comércio.
- Alimentos industrializados foram processados para facilitar a sua utilização.
- Os animais criados para alimentar carnívoros são comumente chamados de alimento vivo.
- A adaptação gradual dos animais à uma nova dieta é chamada de aclimação alimentar.
- O enriquecimento alimentar busca ampliar os estímulos de interesse para a reabilitação.
- Os alimentos devem ser armazenados corretamente para manter a sua qualidade.
- O estresse pode afetar o interesse do animal pelo alimento e sua capacidade de realizar a digestão.
- Os animais devem receber alimentos que eles possam alcançar, consumir e digerir corretamente.
- Todos os animais em reabilitação precisam de água acessível, com qualidade e suficiente.
- A alimentação dos répteis é influenciada pela luminosidade e temperatura do animal, do ambiente e da sua comida.
- Devemos evitar rações fabricadas para aves domésticas, preferindo rações específicas.
- Mamíferos precisam de alimentos substitutos nutritivos e atrativos, para garantir que sejam consumidos em quantidade suficiente.
- A alimentação de filhotes exige conhecimentos aprofundados, especialmente no caso de aves e mamíferos.

Anotações

[illegible]

4. Reabilitação

“Eu nunca vi uma coisa selvagem sentir pena de si mesmo.

*Um pequeno pássaro cairá morto de um galho, congelado, sem
jamais ter sentido pena de si mesmo.”*

-David Herbert Lawrence, Tudo que Vive é Sagrado

Não existe uma ação específica chamada de “reabilitação animal”. Reabilitar corresponde ao conjunto de procedimentos adotados para que os animais silvestres possam voltar a viver em liberdade de forma independente, continuando a desempenhar suas funções ecológicas naturais.

Entre esses procedimentos, estão os utilizados para o resgate, oferecimento de primeiros socorros, transporte, tratamento médico-veterinário, alimentação, enriquecimento ambiental, fisioterapia, desenvolvimento de habilidades, monitoramento pós-soltura, entre muitos outros.

Cada uma dessas ações tem a sua importância e contribui para que o animal possa se recuperar de eventuais ferimentos, demonstrar comportamentos naturais, sobreviver de forma autônoma na natureza e, assim, ser considerado um animal reabilitado.

Como esse é um manual básico, não há como detalhar todas as ações que podem ser empregadas para a reabilitação de animais silvestres. Além de extensas, cada uma delas ainda pode variar bastante de uma espécie para outra.

Apesar disso, é importante que o agente reabilitador tenha uma idéia prática sobre a sequência de procedimentos comumente utilizados durante a reabilitação animal, do seu resgate até o momento da soltura. Isso facilita a compreensão dos objetivos a serem alcançados, o atendimento de situações de rotina e a busca por informações necessárias ao enfrentamento de situações inéditas.

Pensando em contribuir com esse aprendizado, apresentamos a seguir alguns dos desafios comumente enfrentados por um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, como muitos mantidos pelo poder público em vários municípios brasileiros.

Para manter uma abordagem básica, evitaremos a descrição de situações muito específicas ou que demandem conhecimento avançado. Nesses casos, recomendamos que os agentes busquem mais informações junto a bibliografia e profissionais especializados.

Limites e objetivos

Enquanto algumas ações estão ao alcance da maioria dos reabilitadores, outras podem exigir recursos excepcionais. E algumas ações, mesmo importantes, podem ultrapassar os limites de nossas atribuições. Daí a importância de estabelecer com clareza nossos objetivos e limitações. Para isso, podemos começar listando situações que devemos ou podemos atender, as principais espécies de nossa região, quais e quantos indivíduos podemos atender sem prejuízo do bem-estar dos animais e dos profissionais envolvidos.

Nenhum Centro conseguirá atender todas as situações a seu redor, envolvendo qualquer espécie de animal que precise de atenção. Não podemos salvar todos os animais e, infelizmente, será preciso assumir nossas limitações e fazer escolhas difíceis. Para lidar melhor com essas dificuldades, é importante manter contato com outros Centros e reavaliar continuamente nossos objetivos e limitações. Tudo isso tem que ser feito com antecedência, pois assim que começamos a receber animais pode não haver mais tempo para reflexões.

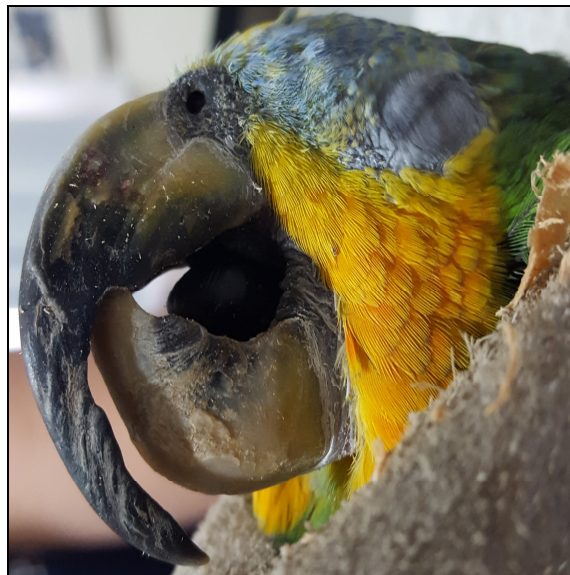


Fig. 84: A necessidade de reabilitação é evidente em alguns animais, como esse papagaio com má formação do bico devido à alimentação inadequada em cativeiro.

Conhecimentos mínimos

Além de delimitar os objetivos e os limites de nosso Centro de Reabilitação, também devemos ser capazes de avaliar a situação dos animais resgatados e decidir se eles precisam ou não de cuidados especializados.

Alguns animais silvestres podem chegar ao nosso Centro com um comportamento diferente do esperado para a espécie, com ferimentos visíveis ou ainda após muitos anos de cativeiro, onde podem haver adquirido doenças transmitidas por seres humanos ou animais domésticos. Em qualquer uma dessas situações, seu exame deve ser conduzido por profissionais especializados, capazes de reconhecer sinais de alterações indesejáveis e recomendar um tratamento adequado.

Em outras situações, o reabilitador pode se deparar com animais aparentemente saudáveis, que acabaram de ser capturados na natureza para atender ao mercado clandestino de animais de estimação ou porque sua presença causava incômodo a algumas pessoas, como aqueles se reproduzindo no forro de residências.

Nesses casos, não havendo condições que o impeçam, devemos considerar a possibilidade de libertar os animais imediatamente em uma área segura próxima ao seu local de origem, sem a necessidade de conduzi-los até um Centro de Reabilitação. Isso evita o estresse do cativeiro e o risco da transmissão ou contração de doenças, permitindo que continuem a desempenhar suas funções naturais em uma região com a qual já estão acostumados.

Para avaliar cada um desses casos e distinguir corretamente os animais que exigem atenção especializada daqueles que poderiam ser libertados imediatamente, os reabilitadores precisarão tanto de conhecimentos práticos quanto de procedimentos uniformizados.

O conhecimento prático é importante porque, embora possamos listar os sinais visuais comuns de um animal ferido, isso não adiantará muito se o agente não tiver treinamento o bastante para reconhecer esses sinais no animal sendo manejado.

Outras situações podem se desenvolver de forma inédita, dificultando a sua avaliação pelo agente. Para lidar com esses casos, também é importante contar com procedimentos uniformizados, que detalhem as ações a serem executadas diante de determinadas situações. Isso pode ser feito de diversas maneiras, como através de questionários, de árvores-decisórias ou da criação de um conjunto de Procedimentos Operacionais Padrão-POP específicos para a admissão de animais silvestres.



Fig. 85: Treinamento de agentes ambientais.



Fig. 86: Macaco-prego preso através de uma coleira.



Fig. 87: Animais como esses morcegos não precisam de resgate, basta evitar que retornem às residências.

Quando reabilitar?

Para demonstrar a importância do treinamento prático e dos procedimentos uniformizados, vamos analisar um exemplo: recebemos o chamado para resgatar um animal silvestre. Como decidir se ele precisa ou não ser reabilitado? Para auxiliar nessa decisão, podemos tentar responder algumas questões simples, usando o conhecimento adquirido durante nosso treinamento prático.

Inicialmente, devemos observar se o animal está ou não em seu ambiente natural. Ele está exposto ao calor ou frio excessivo? Há risco de ele ser atropelado, cair, se afogar, se ferir ou ser atacado por pessoas ou animais próximos? No caso de serem filhotes, seu ninho foi destruído ou seria possível devolvê-los com segurança ao mesmo local? Em se tratando de aves ou mamíferos, o filhote se encontra abandonado há mais de uma hora, sem sinal dos pais? Há a certeza de que seus pais foram mortos ou é possível aguardar um pouco mais por seu retorno? De acordo com essas informações, pode não ser preciso realizar o resgate, bastando educar as pessoas no local.

Caso seja preciso capturar o animal, devemos antes registrar comportamentos que podem se modificar após nossa aproximação. Assim, ele é capaz de permanecer em posição natural e se movimentar ativamente ou parece estar inconsciente ou com reflexos lentos? Ele parece excessivamente manso ou agressivo? É possível enxergar deformidades ou ferimentos? O animal apresenta uma respiração pouco natural, aparentemente acelerada ou lenta demais? Ele parece estar salivando em excesso? Ele busca se aproximar de pessoas e suas habitações? Ao nos aproximarmos, ele tenta fugir ou atacar? Ele faz o ruído esperado para um indivíduo selvagem da sua espécie quando submetido a estresse?

Já com o animal contido, devemos procurar sinais que não estavam visíveis à distância, como parasitas externos, ferimentos, manchas de vômito, urina, diarreia ou sangue. Há coleiras ou anzóis presos ao animal? A pele parece solta e macia ou ressecada e agarrada ao corpo, mostrando sinais dos ossos abaixo dela? Há formigas ou moscas sobre o animal? Há áreas com pêlos, escamas ou penas faltando? Há feridas na boca ou algum dente claramente faltando? Os olhos estão abertos, brilhantes e movendo-se como esperado ou estão fechados, afundados, parados ou com corrimento? O animal reage com a força esperada ou demonstra paralisia, tremores ou desmaio? Sua pele parece estar mais quente ou mais fria que o esperado? As suas pupilas são capazes de se contrair como esperado ou parecem não reagir às mudanças na luz ambiente?

Embora pareça difícil, um reabilitador treinado é capaz de reconhecer a maior parte dessas características e decidir corretamente pela necessidade de recolher o animal e encaminhá-lo para reabilitação.

Para ajudar outros profissionais a desenvolverem a mesma habilidade, podemos organizar essas perguntas na forma de um questionário ou POP simples. Desse modo, podemos uniformizar o diagnóstico e evitar o resgate de animais que não exigem reabilitação e que poderiam ser deixados em paz para continuar o seu caminho.



Fig. 88: Filhotes retirados da natureza pelo homem sempre irão precisar de algum tipo de cuidado.



Fig. 89: Corujas sendo reabilitadas no interior da mata.



Fig. 90: Entrevista do responsável pela entrega.



Fig. 91: Aplicação de anilha de identificação.



Fig. 92: Atendimento médico de um macaco-prego.

Reabilitação em dez passos

Como explicamos, não existe uma ação específica chamada de “reabilitação animal”. Reabilitar corresponde a um conjunto de procedimentos bastante variáveis, específicos para cada animal.

Apesar dessas variações, mesmo a reabilitação de diferentes espécies possui algumas etapas em comum, como a necessidade de examinar e marcar os animais resgatados. A partir dessas similaridades, vamos tentar organizar didaticamente um procedimento de reabilitação em dez etapas, do momento do recebimento do animal até a sua soltura.

Recepção

Inicialmente, devemos entrevistar o responsável pelo resgate ou pela entrega do animal e reunir o máximo de informações usando um formulário detalhado. Caso o animal seja entregue por populares, também podemos oferecer materiais educativos que contribuam para a redução de conflitos com animais silvestres em nossa região. Diante de filhotes, devemos avaliar a possibilidade de colocá-los de volta em seu ninho ou solicitar o apoio imediato de Centros com experiência no manejo da espécie.

Estabilização

O animal deve ser estabilizado, para reduzir o estresse e condições capazes de prejudicar sua saúde. Para isso, devemos transferi-lo para uma acomodação adequada, em local silencioso e protegido de calor ou frio excessivos. Quando houver conhecimento suficiente, podemos realizar uma inspeção visual rápida, anotar informações adicionais e oferecer aquecimento para animais debilitados enquanto aguardamos o apoio médico-veterinário.

Exame médico-veterinário

É importante que o veterinário possua experiência no tratamento de animais silvestres. Caso isso não seja possível, o profissional pode adotar procedimentos de rotina, como o registro da espécie, sexo, peso, postura corporal, comportamento e temperatura. Também é recomendável a palpação dos membros, o exame de orifícios e avaliação do estado nutricional aparente. Esse também é um bom momento para aplicar métodos de identificação individual, como anilhas.

Tratamento médico-veterinário

De acordo com o que observarmos durante o exame médico, o tratamento pode incluir a oferta de fluidos, a limpeza e tratamento de feridas, a estabilização de fraturas e a oferta de antibióticos, analgésicos e outras medicações eventualmente necessárias. Feito isso, é possível estabelecer uma dieta apropriada para a espécie e seu estado de saúde, enquanto aguardamos o resultado de exames auxiliares, como radiografias, exames de sangue e de fezes.



Fig.93: Gato-do-mato em sua acomodação inicial.



Fig.94: Papagaio em viveiro externo para exercícios.



Fig. 95: Soltura de jabutis em uma área de caatinga.

Acomodação inicial

Caso o animal exija cuidados médicos intensivos, devemos acomodá-lo em um local isolado e de fácil limpeza, como incubadoras, ambientes internos aquecidos ou cercados protegidos do clima. Também devemos acompanhar o seu peso, o consumo de líquidos e alimentos. Isso pode ser feito através da pesagem direta ou da observação diária de sua aparência geral ou da quantidade de alimento consumido.

Animais em recuperação que não precisem de cuidados intensivos podem ser acomodados em ambientes maiores onde tenham acesso a alguma forma de exercício, mantida a proteção contra o clima. Nesses ambientes, devemos avaliar seu comportamento, movimentação e capacidade de realizar exercícios de pequena intensidade. Também devemos continuar acompanhando seu peso.

Aclimação

Os animais com saúde suficiente podem ser transferidos para acomodações maiores, ao ar livre, onde possam se expor ao sol, vento e umidade. Nessa fase, é importante oferecer uma dieta mais natural, enquanto ampliamos a quantidade diária de exercícios. Para isso, podemos ofertar o alimento de maneira a exigir um maior esforço para alcançá-lo. Seu peso deve continuar a ser monitorado direta ou indiretamente.

Avaliação pré-soltura

Animais saudáveis devem ser avaliados quanto à possibilidade de soltura em um local adequado. Para isso, o animal deve apresentar um peso compatível com a espécie, ser capaz de se mover e utilizar seu alimento de forma natural e demonstrar comportamentos de interesse, como os chamados reflexos de fuga ou agressão, entre outros.

Seleção da área de soltura

Todo animal deve ser solto no local seguro mais próximo do seu local de origem. Quando isso não for possível, podemos escolher uma área de soltura próxima, onde a espécie também ocorra e os animais encontrem os recursos necessários para sua sobrevivência.

Para isso, podemos começar escolhendo locais com proprietários definidos, que sejam capazes de monitorar e proteger sua propriedade e estejam de acordo com a soltura dos animais. A propriedade também deve ser suficientemente afastada de rodovias e de áreas densamente povoadas e não deve haver indícios de caçadores agindo no seu interior ou entorno direto. Finalmente, o local deve possuir fontes perenes de água e um tamanho e cobertura vegetal suficientes para a sobrevivência da espécie, conforme indicado pela bibliografia especializada.



Fig.96: Viveiro móvel para aclimação de aves.



Fig. 97: Fabricação de ninhos para soltura branda.



Fig.98: Armadilha fotográfica usada em comedouro.

Soltura

A soltura de animais silvestres pode ser feita através de métodos brandos ou de métodos diretos.

A soltura direta também é chamada de soltura abrupta e corresponde à simples libertação do animal na área escolhida, sem a oferta de cuidados adicionais como alimentos ou água. Esse é um método mais adequado para animais plenamente desenvolvidos, que viviam em liberdade de forma independente e que foram mantidos em cativeiro por um período consideravelmente curto.

Já a soltura branda envolve práticas como aclimação dos animais em viveiros construídos na própria área de soltura e a oferta continuada de abrigo, água e alimentos mesmo após sua libertação. Esse é um método útil para animais nascidos ou criados em cativeiro, para animais que precisam desenvolver habilidades de caça e para as espécies que demandam um maior aprendizado sobre seu território e onde localizar os alimentos que precisam.

Qualquer que seja o método de soltura escolhido, não devemos soltar os animais durante estações com calor, frio ou precipitação excessivas, quando os extremos climáticos podem dificultar a sua adaptação a um novo território.

Também devemos evitar soltar os animais pouco antes ou durante a sua época reprodutiva na região escolhida para a soltura. Isso evita que nossos animais sejam atacados ou expulsos por indivíduos territoriais, reduzindo suas chances de sobrevivência.

Monitoramento

O monitoramento dos animais libertados é indispensável para que possamos avaliar os resultados de nosso trabalho e a efetividade das estratégias utilizadas.

Existem vários métodos de monitoramento e podemos começar usando técnicas simples, como a marcação dos animais com anilhas ou etiquetas codificadas.

Consultando essas marcas, podemos consultar o histórico de animais eventualmente recapturados, seu local e data de soltura. E se a marca contiver nosso endereço para contato, a população também poderá colaborar com o monitoramento enviando informações sobre animais encontrados.

De acordo com nossas possibilidades e objetivos, também podemos usar outros métodos de monitoramento, como a observação direta dos animais ou seus rastros na natureza, sua recaptura com armadilhas, a entrevista de moradores da região, a instalação de armadilhas fotográficas, o monitoramento através de rádiotransmissores ou localizadores via satélite, entre outros.



Fig. 99: Caixas para o transporte de grandes animais.

Situações particulares

Essas dez etapas representam um conjunto de procedimentos de reabilitação resumidos, que podemos aplicar para a maior parte das espécies recebidas por um Centro de Reabilitação.

Além dessas recomendações gerais, é importante que a reabilitação de espécies ameaçadas de extinção seja feita de acordo com as orientações de grupos de trabalho especializados e de eventuais planos de conservação, tanto nacionais quanto regionais.

Finalmente, a reabilitação de filhotes, de animais marinhos, de animais de grande porte e de animais peçonhentos pode exigir técnicas e equipamentos bastante específicos. Nesses casos, é recomendável buscar o apoio imediato de unidades com experiência no manejo de cada espécie.

Em resumo

- Não existe uma ação específica chamada de “reabilitação animal”.
- Reabilitar inclui ações de resgate, primeiros socorros, transporte, tratamento médico, alimentação, enriquecimento ambiental, fisioterapia, desenvolvimento de habilidades, monitoramento pós-soltura, entre outras.
- Algumas ações são mais simples enquanto outras podem exigir recursos excepcionais.
- Nenhum Centro é capaz atender todas as situações a seu redor, envolvendo qualquer espécie de animal que precise de atenção.
- É importante estabelecer objetivos e limitações claras e reavaliá-los continuamente.
- Devemos ser capazes de avaliar os animais e decidir se eles realmente precisam de cuidados.
- Alguns animais silvestres podem apresentar sinais evidentes de doença e exigir atenção especializada.
- Outros animais podem ser resgatados em situações que recomendam a sua soltura imediata, evitando o estresse da manutenção em cativeiro.
- A soltura imediata de animais saudáveis evita o risco de doenças e permite que continuem a desempenhar funções naturais em uma região com a qual já estão acostumados.
- É necessário conhecimento específico para distinguir os animais que poderiam ser soltos daqueles que requerem cuidados especializados.
- Para auxiliar essa distinção, é possível usar protocolos ou procedimentos uniformizados.
- É possível organizar as ações de reabilitação de diversas maneiras.
- Nesse manual, propusemos sua organização em etapas que chamamos de recepção, estabilização, exame médico-veterinário, tratamento médico-veterinário, acomodação inicial, aclimação, avaliação pré-soltura, seleção de áreas de soltura, soltura e, finalmente, o monitoramento dos animais soltos.
- A reabilitação de espécies ameaçadas de extinção deve ser feita de acordo com as orientações de grupos de trabalho especializados e de eventuais planos de conservação, tanto nacionais quanto regionais.
- A reabilitação de animais marinhos, de animais peçonhentos, de animais de grande porte e de filhotes pode exigir técnicas e equipamentos bastante específicos. Nesses casos, é recomendável buscar o apoio de unidades com experiência no manejo de cada espécie.

Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Espécies mencionadas no capítulo 2

Neste capítulo, fizemos referência aos seguintes animais: jabutis (gênero *Chelonoidis*), baratas (subordem *Blattaria*), codornas (*Coturnix coturnix*), coelhos (*Oryctolagus cuniculus*), grilos (família *Gryllidae*), saruê (gênero *Didelphis*), porquinhos-da-Índia (*Cavia porcellus*), ratos (*Rattus norvegicus domesticus*) e tenébrios (*Tenebrio molitor*).

Também nos referimos de forma genérica a várias espécies comumente identificadas pelo mesmo nome comum, como serpentes, veados, gaviões, corujas, falcões e cupins.

Conceitos e termos de interesse

Anilhas e etiquetas codificadas: sinais metálicos numerados comumente usados para a identificação e monitoramento pós-soltura de animais silvestres.

Animais exóticos: são os animais que se encontram fora de sua área de distribuição natural, por ação natural ou artificial (por exemplo, atividade humana). Um leão-africano é uma espécie exótica no Brasil.

Animais nativos: os animais silvestres também são chamados de animais nativos, isto é, que habitam naturalmente um determinado ecossistema, contribuindo para a manutenção do seu equilíbrio ecológico.

Bornavírus aviário: vírus causador da síndrome da dilatação do proventrículo; acomete aves, principalmente psitacídeos.

Circovírus: vírus causador da circovirose. Em aves, acomete principalmente os psitacídeos, sendo também conhecida como doença de bico e penas.

Clamidiose aviária: doença causada por uma bactéria, que acomete principalmente psitacídeos. Também conhecida como psitacose ou ornitose.

Dieta: O termo dieta refere-se ao conjunto de hábitos alimentares de um animal na natureza. Nesse manual, também é usado para nos referirmos ao conjunto de alimentos que podemos oferecer durante a reabilitação, para substituir alimentos naturais a que não temos acesso.

Educação ambiental: de forma simples, é o conjunto de processos voltados para o ensino de conhecimentos úteis para a compreensão e valorização das relações entre os seres humanos e o meio ambiente.

Espécies exóticas

Ética: também de forma simples, corresponde ao estudo do conjunto de valores morais de um indivíduo ou grupo de indivíduos em um certo momento ou período histórico.

Eutanásia: nome dado ao sacrifício humanitário de animais, como aquele praticado com indivíduos sem expectativa de cura ou com sofrimento que não se pode evitar.

Leite sucedâneo: nome dado ao leite usado para substituir o leite materno específico de uma determinada espécie.

Marsupiais: mamíferos cujo desenvolvimento final do filhote ocorre no marsúpio, uma bolsa com glândulas mamárias que as fêmeas possuem em seu abdome.

Muda de penas: processo natural de crescimento, queda e substituição periódica das penas das aves.

Muda de pele: processo natural de renovação periódica do revestimento externo dos répteis durante o seu crescimento.

Patógeno: microorganismo (bactéria, fungo, vírus ou protozoário) causador de doença em um hospedeiro.

Probióticos: microorganismos vivos ofertados juntamente com o alimento oferecido a determinado animal, com o objetivo de auxiliar seus processos digestivos.

Questionários, árvores-decisórias e Procedimentos Operacionais Padrão-POP: Diferentes métodos para uniformizar a execução de determinadas ações de rotina, evitando o cometimento de enganos.

Regurgitar: A regurgitação é o fluxo controlado do alimento ou líquido ingerido, do estômago para a boca e, eventualmente, para fora da boca. Os animais podem regurgitar por várias razões, como para se defender, para alimentar filhotes, por motivo de doença, estresse, entre outros.

Resgate: Para os efeitos deste manual, é o conjunto de ações voltadas para o recebimento, captura e contenção de animais silvestres em situação de necessidade.

Ruminantes: mamíferos herbívoros com um número par de dedos nas patas e intestinos adaptados para a digestão da matéria vegetal. Incluem os bovinos, ovinos, caprinos e veados, entre outros.

Saúde ocupacional: ciência voltada para o estudo das relações de segurança, saúde e qualidade de vida de pessoas em sua ocupação profissional.

Suplementos nutricionais: Para os efeitos deste manual, o mesmo que suplementos alimentares. São preparações destinadas a complementar a dieta e fornecer nutrientes que podem estar faltando na dieta de um animal, como vitaminas, minerais, fibras, ácidos graxos ou aminoácidos.

Vazio sanitário: período de ausência total de animais mantidos em cativeiro, para o controle de microorganismos causadores de doenças.

Vacina anti-rábica pré-exposição: trabalhadores em contato com animais possivelmente transmissores do vírus da raiva podem buscar proteção adicional na forma de uma vacina pré-exposição. O uso dessa vacina, contudo, exige o monitoramento dos anticorpos produzidos por nosso corpo, para a revacinação em caso de necessidade. O nome dado a esse monitoramento é “titulação de anticorpos contra o vírus da raiva”.

Zoonose: doença infecciosa que pode ser transmitida dos animais para os seres humanos, ou destes para os animais.

Leitura sugerida

APRILE, G.; BERTONATTI, C. **Manual sobre Rehabilitación de Fauna**: Proyecto Rehabilitación de Fauna del Programa Control del Comercio de Vida Silvestre. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 1996. 111 p.

AUSTRALIA. Deccw. Nsw Government. **Draft Code of Practice for Injured, Sick and Orphaned Protected Fauna**. 2010. Disponível em: <<http://www.environment.nsw.gov.au/resources/animals/1040WildlifeRehab.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

AUSTRALIA. Department Of Parks And Wildlife. The Government Of Western Australia. **Standards for wildlife rehabilitation in Western Australia**: Wildlife Rehabilitators Consultation Group. Perth, 2015. 91 p.

BOLANO, C. R. (Ed.). **Manual de rehabilitación de hormigueros de Colombia**. El Yopal, 2014. Disponível em: <<https://www.cunaguaro.co/publicaciones>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

BRASIL. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentos. Unicamp. **Tabela brasileira de composição de alimentos**: TACO. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2011. 161 p.

CEMAVE. **Manual de Anilhamento de Aves Silvestres**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1994. 148 p.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Resolução nº 850**: Dispõe sobre a fisioterapia animal e dá outras providências. Brasília, 2006.

DIERENFELD, E. S.; GRAFFAM, W. S. (Ed.). **Manual de nutrición y dietas para animales silvestres en cautiverio**: ejemplos para animales de america latina. Bronx: Wildlife Conservation Society, 1996. 111 p.

FARIA, A. R. G.. **Manejo alimentar e nutricional de animais selvagens**: Para Centros de Triagem. Brasília: Ibama, 2011. 223 p.

GAGE, L. J. **Hand-Rearing Wild and Domestic Mammals**. Ames: Wiley Blackwell, 2002. 279 p.

GIRLING, S. J.; RAITT, P. (Ed.). **BSAVA Manual of Reptiles**. BSAVA manuals series. 2. ed. Quedgeley: Wiley, 2004. 350 p.

GOLDBERG, M. E.; TOMLINSON, J. E. (Ed.). **Physical Rehabilitation for Veterinary Technicians and Nurses**. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. 440 p.

IBAMA (Org.). **Protocolo de conduta para encalhes de mamíferos aquáticos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 298 p.

JACOBS, S. K.. **Healers of the Wild**: Rehabilitating Injured and Orphaned Wildlife. Boulder: Johnson Books, 2003. 214 p.

KHAIRE, N. **Guidelines for the upkeep of reptiles in zoos and parks**. Pune: Akruti Printers, 2009. 160 p.

KLEIMAN, D. G.; THOMPSON, K. V.; BAER, C. Kirk. **Wild Mammals in Captivity**: principles and techniques for zoo management. 2. ed. Chicago: The University Of Chicago Press, 2010. 592 p.

MILLER, E. A. National Wildlife Rehabilitators Association (Ed.). **Minimum standards for wildlife rehabilitation**. St. Cloud, 2012. 116 p.

MULLINEAUX, E.; JONES, M. **Bsava manual of practical veterinary nursing**. Quedgeley: Wiley, 2007. 300 p.

OLIGER, C. D.; NICOLAI, G. P.. **Manual de Manejo, Medicina y Rehabilitación de Perezosos**. Chile: Fundación Huálamo, 2017. 154 p.

ROYAL SOCIETY FOR THE PREVENTION OF CRUELTY TO ANIMALS. **Establishment standards for wildlife rehabilitation**. Southwater, 2010. 30 p.

RUTH, I. **Wildlife Care Basics for Veterinary Hospitals**: Before the Rehabilitator Arrives. Urban Wildlife Program, Fund for Animals, 2002. 46 p.

SERVICIO AGRÍCOLA Y GANADERO. **Criterios técnicos para la mantención y manejo de fauna silvestre en cautiverio**: Criterios Técnicos para la Mantención y Manejo de Fauna Silvestre en Cautiverio. Santiago, 2014. 100 p.

STOCKER, L.. **Practical Wildlife Care**. 2. ed. Oxford: Wiley Blackwell, 2005. 352 p.

CAPÍTULO 3

Destinação de animais silvestres

1. Introdução

“Não há destino além do que fazemos.”

-John Connor, O Exterminador do Futuro: A Salvação (filme, 2010)

Qualquer que seja a duração dos procedimentos de manejo em um centro de reabilitação, um dia precisaremos destinar os animais recebidos, libertando-os na natureza ou enviando-os para um local adequado a sua situação específica.

No Brasil, os animais silvestres são propriedade da União e, por isso, sua destinação precisará observar as disposições legais pertinentes. Para isso, podemos começar consultando a seção dedicada a esse assunto nas páginas eletrônicas das instituições federais estaduais e municipais de meio ambiente e de controle sanitário responsáveis..

Além de observarmos a legislação pertinente, é importante que a destinação dos animais seja feita o mais rápido possível, uma vez que as acomodações e os objetivos das unidades dedicadas à reabilitação não são compatíveis com sua manutenção por um prazo indefinido.

Como aprendemos, manter os animais por mais tempo que o necessário para a sua reabilitação pode causar situações indesejáveis, como a habituação aos seres humanos, o surgimento de lesões e o consumo de recursos úteis para a reabilitação de outros animais silvestres. Para evitar essas situações, devemos tentar acelerar ao máximo a destinação dos animais recebidos. Podemos usar várias estratégias para isso, como investir na capacitação profissional e no planejamento de operações, aperfeiçoar o manejo utilizado ou até mesmo desenvolver novas técnicas de reabilitação.

De forma mais simples, também podemos fazer um melhor uso dos recursos disponíveis e nos dedicar ao atendimento dos animais alcançados por nossa política de trabalho. Assim, se um determinado Centro foi criado com a missão de reabilitar animais silvestres, não há motivos para o recebimento de animais domésticos, qualquer que seja a sua origem.

Saber distinguir e tratar adequadamente as diferentes espécies e situações rotineiramente apresentadas ao nosso Centro é o primeiro passo para o bom uso dos recursos disponíveis e, consequentemente, para a reabilitação abreviada dos animais silvestres sob nossa responsabilidade.

Situações comuns

Centros de Reabilitação de animais silvestres são unidades pouco comuns no Brasil e, por isso, podem acabar se tornando um ponto de referência para a entrega de animais de diferentes espécies e origens.

Entre as situações possíveis, está a chegada de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelo poder público, bem como entregues pela própria população.

Além de animais silvestres, também pode ocorrer a entrega de animais exóticos, domésticos, animais híbridos e até mesmo animais que nem imaginávamos que existissem em nosso país.

Embora todos esses animais tenham direito a um tratamento digno, nem todos devem ser admitidos em um Centro de Reabilitação - daí a importância de sabermos reconhecer e atender adequadamente cada uma dessas situações.



Fig.100: Nem todos os animais encaminhados aos Centros de Reabilitação podem ser recebidos. Na imagem, galos domésticos usados para rinha, apreendidos juntamente com aves silvestres.



Fig. 101: Aves canoras estão entre os animais silvestres mais comumente apreendidos e encaminhados aos Centros de Reabilitação.

Animais silvestres

De forma resumida, chamamos de animais silvestres todas as espécies não domesticadas, capazes de se reproduzir e viver na natureza de maneira independente. Esse é o caso da esmagadora maioria dos animais em nosso planeta.

Cada espécie de animal silvestre possui uma área de distribuição natural, onde ela vive e se relaciona com o meio ambiente ao redor, colaborando para a manutenção do que chamamos de equilíbrio ecológico.

Para contribuímos com esse equilíbrio, os animais silvestres saudáveis devem ser preferencialmente reabilitados e soltos, sempre em sua área de distribuição natural. Animais de espécies que não ocorrem em nossa região podem ser transferidos para outros Centros, para reabilitação e soltura.

Animais nascidos em cativeiro

O fato de um animal silvestre haver nascido em cativeiro não significa, só por esse motivo, que ele está habituado aos seres humanos ou que é incapaz de viver em liberdade.

Não havendo condições que os impeçam, esses animais também podem ser reabilitados e soltos, contribuindo para o equilíbrio natural. Esta é uma prática especialmente importante para a conservação de espécies ameaçadas de extinção, quando dependemos de animais nascidos em cativeiro para tentar reforçar ou criar novas populações na natureza.

Animais habituados ao homem

Tanto os animais silvestres reproduzidos em cativeiro quanto os animais capturados na natureza podem apresentar diferentes graus de habituação à presença do ser humano, de suas construções e de animais domésticos.

De acordo com a intensidade de sua habituação, esses animais silvestres podem não ser capazes de reconhecer prontamente uma ameaça a sua vida ou recursos de interesse para sua sobrevivência na natureza, dificultando a sua reabilitação.

Tanto mamíferos quanto aves e mesmo répteis podem se habituar à presença humana de diferentes maneiras. Além disso, algumas espécies podem passar por um processo de habituação mais intenso, chamados de estampagem ou “imprinting”.

Em determinadas situações, os processos de habituação podem ser revertidos ou minimizados sem maior esforço. Esse é uma situação mais comum no caso dos répteis, como as serpentes, jabutis e jacarés.

Outras espécies ou indivíduos podem exigir um maior esforço para reduzir a sua habituação aos seres humanos. Nesses casos, quando não pudermos reverter sua habituação, devemos transferir o animal para outro Centro de Reabilitação capaz de realizar essa tarefa ou, na sua ausência, para um criadouro ou zoológico.



Fig. 102: Mesmo animais silvestres habituados aos seres humanos podem ser reabilitados com sucesso.

Animais híbridos

De maneira simples, chamamos de espécie qualquer grupo de organismos férteis e semelhantes entre si, capazes de se reproduzir e gerar outros organismos igualmente férteis e semelhantes entre si. Assim, a arara-vermelha é uma espécie de animal e o canário-da-terra é outra espécie.

Na natureza, a regra é que animais da mesma espécie acasalem apenas entre si, produzindo outros animais da mesma espécie. Em situações raras, espécies diferentes, porém parecidas, podem conseguir se reproduzir e gerar um novo animal, que chamamos de híbrido.

A arara-vermelha e a arara-canindé são duas espécies diferentes que conseguem acasalar entre si e gerar filhotes híbridos, que apresentam características das duas espécies.

A produção de um animal híbrido é um acaso difícil de ocorrer na natureza, sendo mais comumente observado em cativeiro, pela ação do homem.

Qualquer que seja a sua origem, os híbridos não devem ser libertados na natureza, pois poderiam produzir mais filhotes com características indesejáveis para a sobrevivência das populações naturais de uma determinada região.

Animais híbridos encaminhados a um Centro de Reabilitação devem ser mantidos separados de outros animais com os quais possam acasalar e destinados o mais rápido possível para criadouros ou zoológicos.



Fig. 103: Uma arara híbrida, fruto do cruzamento de uma arara-vermelha e uma arara-canindé.

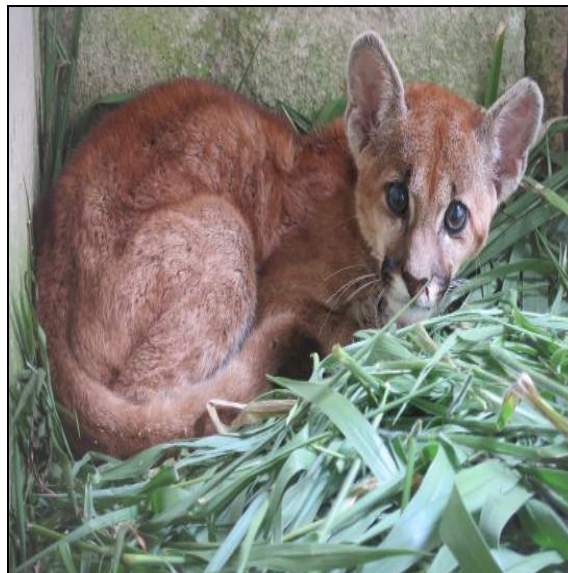


Fig. 104: Um filhote de onça-parda, uma espécie com diferentes subespécies distribuídas no Brasil.

Animais de diferentes subespécies

Em certas ocasiões, as populações de uma mesma espécie podem se afastar gradualmente umas das outras, em busca de novos territórios ou por outras razões.

Durante esse afastamento e isolamento, essas populações podem começar a apresentar pequenas diferenças entre si, como forma do bico, a cor das escamas ou comprimento dos pêlos.

Quando essas diferenças tornam-se suficientemente marcantes, dizemos que essa espécie possui diferentes subespécies - duas ou mais populações com características ligeiramente diferentes, vivendo a sua própria maneira.

A onça-parda é um exemplo de espécie com várias subespécies, cada uma habitando uma região específica do nosso continente. Todas elas são onças-pardas e todas pertencem à mesma espécie, mas cada subespécie possui pequenas diferenças uma da outra.

Ao recebermos qualquer animal silvestre em nosso Centro, devemos identificar primeiro a sua espécie, avançando até a sua subespécie sempre que elas existirem.

Indivíduos de subespécies que não ocorrem em nossa região devem ser mantidos separados de outros animais com os quais possam acasalar e preferencialmente destinados para Centros de Reabilitação operando em sua área de distribuição natural.



Fig. 105: Filhote de mão-pelada resgatado em uma área onde a leishmaniose ocorre de forma endêmica.



Fig.106: Agente conferindo autenticidade da anilha.



Fig.107: Tigre enviado para um criadouro autorizado.

Animais de populações muito afastadas

Mesmo que não possuam subespécies, as espécies com uma distribuição geográfica muito ampla podem possuir outras características que não recomendam a reunião de seus indivíduos em cativeiro ou na natureza.

Por exemplo, enquanto os indivíduos que habitam a região norte do país podem ser imunes a uma doença que afeta os animais da região sul, esses podem ser resistente a um parasita que afeta os animais no norte.

Para evitar a aproximação desses indivíduos e a transmissão de doenças, é importante identificar corretamente a origem de todos os animais entregues ao nosso Centro, especialmente aqueles com uma distribuição geográfica muito ampla.

Animais silvestres com origem desconhecida ou oriundos de locais afetados por zoonoses endêmicas exigem atenção especial e deve ser mantidos em isolamento enquanto conduzimos exames auxiliares e até que possamos decidir sobre sua destinação.

Animais nativos e exóticos

Uma outra maneira para classificar os animais silvestres envolve sua separação de acordo com o local que habitam de forma natural. De acordo com essa divisão, chamamos de “animais silvestres nativos” ou “animais nativos” todos aqueles encontrados no interior de sua área de distribuição natural.

De forma similar, os “animais silvestres exóticos” ou “animais exóticos” são os que se encontram fora de sua área de distribuição natural, podendo ter chegado aí sozinhos ou, como é mais comum, levados pelo homem.

Como se pode notar, essa classificação depende de nosso ponto de referência. Assim, para nós que moramos no Brasil, a sabiá é uma ave silvestre nativa, enquanto um tigre-de-bengala é um mamífero silvestre exótico, trazido pelo homem. Já para uma pessoa morando na Índia, o tigre-de-bengala é uma mamífero silvestre nativo, enquanto a sabiá é uma ave silvestre exótica, levada até lá pelo homem.

Os animais exóticos não são capazes de viver em equilíbrio fora de sua área de origem. Quando libertados nesses locais, eles podem morrer ou causar a morte dos animais nativos. Por esse e outros motivos, é proibido soltar animais exóticos fora de sua área de distribuição natural.

Ao recebermos animais exóticos, devemos destiná-los para o cativeiro, evitando tanto o seu sofrimento quanto a possibilidade de que causem danos aos animais silvestres nativos. Isso vale tanto para o tigre do exemplo, quanto para animais exóticos mais comuns, como um simples agapornis.



Fig. 108: Algumas espécies domésticas podem se tornar invasoras, como os periquitos australianos.

Animais invasores

Os animais silvestres evoluíram para utilizar os recursos de um determinado espaço natural. Assim, cada espécie ocupa uma área relativamente fixa, onde ela vive em equilíbrio com outras. Quando um grupo de animais chega até essa mesma área vindo de um território distante, como outro estado ou país, e consegue se reproduzir com grande sucesso chamamos esses animais de invasores.

Os animais invasores podem pertencer à fauna nativa do Brasil e se espalhar de forma independente, atravessando um rio que secou, por exemplo. Também podem ser transportados pela ação do homem, como ocorre com os animais libertados em locais onde não existiam antes.

Os animais invasores também podem pertencer a espécies exóticas, que não ocorrem naturalmente no Brasil, como o javali. Nesse caso, chamamos os animais de espécies exóticas invasoras.

Uma espécie invasora pode causar sérios danos ao meio ambiente invadido e ameaçar a sobrevivência das espécies nativas, sendo necessário controlar ou erradicar as suas populações. Já no caso de espécies invasoras nativas, encontradas fora da sua área de distribuição natural, podemos pensar em maneiras de capturá-las e devolvê-las para sua região de origem, especialmente no caso de espécies ameaçadas de extinção.

No caso de animais exóticos invasores, é possível que o tempo gasto para avaliarmos o problema acabe favorecendo sua fuga. Nesses casos, devemos considerar a possibilidade de proceder ou recomendar o seu abate imediato, nos termos da legislação aplicável.

Animais domésticos

Para atender às suas próprias necessidades, o homem passou a criar animais silvestres, reproduzindo indivíduos com características de seu interesse, como uma maior quantidade de carne, pêlo ou força. Os animais silvestres que passaram por esse processo de seleção artificial são chamados de animais domésticos.

A domesticação ocorre após a reprodução de várias gerações e não deve ser confundida com a “mansidão”, que é algo típico de um indivíduo específico, habituado ao convívio com as pessoas. Assim, um certo animal silvestre até pode ser “amansado”, mas ele ainda não é doméstico.

Da mesma maneira, embora os animais domésticos possam apresentar diferentes graus de dependência em relação ao homem, isso também não significa que eles sejam necessariamente “mansos” ou incapazes de viver de forma independente na natureza. Alguns deles podem até se tornar animais invasores, se reproduzindo de forma descontrolada, como os búfalos-indianos vivendo em liberdade em Rondônia.

É comum que animais domésticos cheguem aos centros de reabilitação, levados por particulares ou apreendidos juntamente com animais silvestres em situação irregular. Além de não poderem ser libertados na natureza, esses animais tanto podem adquirir quanto transmitir doenças aos animais silvestres sendo reabilitados, retransmitindo-as para pessoas e animais.

Por esses motivos, animais domésticos não devem ser admitidos em unidades de reabilitação, sendo destinados para outros locais, na forma da lei.



Fig. 109: Centros de reabilitação não devem admitir animais domésticos, como este galo usado para rinha.



Fig. 110: Animais gravemente ameaçados, como estes peixes-boi-marinhos, devem ser destinados conforme planos de conservação específicos .

Situações especiais

A decisão sobre como destinar animais silvestres depende de vários elementos, como sua saúde, comportamento, origem, grau de ameaça, entre outros. Além dessas situações, podemos receber animais com características muito específicas, que irão exigir medidas especiais para sua destinação. Esse é o caso de animais migratórios, que precisam estar prontos para soltura em um local e período futuro específico.

Além disso, é preciso lembrar que nem todo animal silvestre provém obrigatoriamente da natureza. Alguns animais podem ter sido reproduzidos com permissão da autoridade competente, chegando ao Centro após escaparem do cativeiro ou por qualquer outro motivo. Nesses casos, não havendo razões em contrário, devemos retornar o animal ao proprietário.

Outros animais podem chegar com doenças graves que exijam a observação de procedimentos definidos pelos Ministérios da Saúde ou da Agricultura, além de entidades como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Qualquer que seja a situação do animal recebido, é importante refletir honestamente sobre a nossa real capacidade de reabilitá-lo com segurança. Se considerarmos que isso não é uma tarefa ao nosso alcance, é importante solicitar o apoio de reabilitadores e instituições especializadas, recorrendo a outras opções de destinação sempre que necessário.

Em resumo

- Animais mantidos em cativeiro enfrentam o risco de contrair doenças, se ferir, adquirir comportamentos indesejáveis, entre outros.
- É importante que a destinação de animais silvestres seja realizada o mais rápido possível.
- A destinação pode ser acelerada através de uma política de trabalho responsável.
- Centros de Reabilitação podem acabar recebendo animais domésticos, híbridos e até invasores.
- Saber distinguir as diferentes espécies e situações é o primeiro passo para a reabilitação abreviada.
- Animais silvestres saudáveis devem ser preferencialmente reabilitados e soltos.
- Animais que não ocorrem em nossa região podem ser transferidos para outros Centros.
- Animais nascidos em cativeiro também podem ser reabilitados e contribuir para o equilíbrio natural.
- Quando não pudermos reverter sua habituação, devemos transferir o animal para outro Centro, para um criadouro ou zoológico.
- Animais híbridos devem ser isolados e então destinados para criadouros ou zoológicos.
- Subespécies que não ocorrem em nossa região devem ser isoladas e destinadas para Centros operando em sua área de distribuição natural.
- Espécie com distribuição geográfica ampla podem possuir características que não recomendam o contato entre indivíduos de regiões afastadas.
- Animais com origem desconhecida ou oriundos de locais afetados por zoonoses endêmicas devem ser isolados enquanto são examinados e até que possamos decidir sobre sua destinação.
- Animais exóticos devem ser isolados e então destinados para criadouros e zoológicos.
- Espécies nativas invasoras devem ser enviadas para Centros em sua área de distribuição natural.
- Devemos proceder ou recomendar o abate imediato de animais exóticos invasores.
- Animais domésticos não devem ser admitidos em unidades de reabilitação.
- Não havendo razões em contrário, animais com origem legal devem ser devolvidos ao seu dono.
- Animais com doenças infecciosas graves devem ser destiná-los de acordo com procedimentos definidos pelos órgãos competentes.
- É importante solicitar o apoio de instituições especializadas, recorrendo a outras opções de destinação sempre que necessário.

Anotações

[illegible]

2. Opções de destinação

“Todas as coisas boas são selvagens e livres”

-Henry David Thoreau, Walking

Além de distinguir as diferentes espécies e situações que podemos atender em nosso Centro, também precisamos conhecer e avaliar os destinos que podemos dar a esses animais.

No momento em que esse manual é escrito, as normas gerais para a destinação de animais silvestres prevêem a possibilidade de sua liberação imediata na natureza ou seu encaminhamento para outras entidades autorizadas a recebê-los.

Essas entidades incluem outros centros de reabilitação, além de centros de triagem de animais silvestres, jardins zoológicos, criadouros comerciais, criadouros conservacionistas, criadouros científicos e mantenedouros de fauna silvestre.

Em se tratando de um Centro dedicado à reabilitação de animais silvestres, é natural que nossa unidade tenha a soltura como seu objetivo principal, para que os animais possam desempenhar suas funções ecológicas naturais.

Apesar disso e por várias razões, nem sempre é possível ou conveniente soltar determinado animal. Nesses casos, pode ser necessário escolher enviá-lo para as outras entidades autorizadas a recebê-los.

Fazer essa escolha exige a avaliação de várias condições, tanto objetivas e subjetivas. Inicialmente, a destinação de espécies gravemente ameaçadas de extinção pode exigir a observação de regras preparadas por grupos de trabalho especiais. Nesses casos, pode ser preferível manter o animal em cativeiro, para participar de programas de reprodução e conservação da espécie. O mesmo ocorre com espécies possivelmente desconhecidas pela ciência, que devem ser preferencialmente enviadas para pesquisadores, para atender a interesses científicos justificáveis.

Por sua vez, o envio de animais para mantenedores, criadouros ou zoológicos exige a conferência dos limites de sua licença de operação e a avaliação de sua capacidade de oferecer os cuidados exigidos por um determinado animal. Para isso, é melhor estabelecermos contato direto com o órgão ambiental responsável pelo licenciamento de cada entidade.

Soltura

Uma vez que os animais silvestres tenham sido adequadamente reabilitados, é possível realizarmos sua soltura na natureza. Para isso, podemos aplicar diferentes técnicas, da simples liberação de animais recém-capturados até a preparação de áreas de soltura onde os animais serão aclimatados e soltos gradualmente, com a oferta periódica de alimento e água, até que consigam se manter de forma independente.

Feita de acordo com a legislação aplicável e seguindo práticas recomendáveis para cada espécie, a soltura de animais silvestres pode contribuir para a conservação de suas populações na natureza e para a manutenção do equilíbrio ecológico de todos nós dependemos. Por esses motivos e não havendo razões em contrário, a soltura deve ser sempre a primeira forma de destinação a ser considerada por nosso centro de reabilitação.



Fig. 111: Papagaio-do-mangue (*Amazona amazonica*), se alimentando na natureza alguns meses após a soltura.



Fig. 112: Gato-do-mato sendo preparado para a soltura em um Centro de Reabilitação.

Centros de triagem e reabilitação

Esse manual optou por chamar de “Centro de Reabilitação”, ou “Centro”, a qualquer departamento responsável pelo recebimento, reabilitação ou destinação de animais silvestres. Desse modo, foi possível abordar práticas úteis para o trabalho de vários órgãos de defesa ambiental, como secretarias de meio ambiente, bombeiros, polícias, entre outros. Embora essa abordagem facilite a apresentação de conteúdos de interesse comum, é preciso destacar que existem empreendimentos específicos chamados de “Centros de Reabilitação de Animais Silvestres-CRAS” e de “Centros de Triagem de Animais Silvestres-CETAS”, licenciados de acordo com a legislação aplicável.

Cada CETAS e CRAS possui características próprias, podendo pertencer tanto ao poder público quanto a iniciativa privada. Alguns podem receber animais de diferentes espécies e origens enquanto outros podem reabilitar uma só espécie ou apenas os animais afetados por determinado empreendimento.

Caso nosso Centro não possa completar a reabilitação de um determinado animal e soltá-lo na natureza, devemos considerar a possibilidade de enviá-lo para CETAS ou CRAS capazes de realizar essa tarefa.

Além da possibilidade de contar com seu apoio para destinar animais, visitar outros CETAS e CRAS é uma boa maneira de conhecer profissionais dedicados à reabilitação e criar uma rede para a troca de experiências úteis ao nosso trabalho.

Jardins zoológicos

Jardins zoológicos são coleções de animais silvestres mantidos em cativeiro por particulares, empresas ou governos e expostos à visita de um público com maior ou menor quantidade de pessoas.

Ao contrário do que ocorre nos Centros dedicados à reabilitação e soltura, os animais destinados aos jardins zoológicos tendem a permanecer em cativeiro de forma definitiva.

Nos jardins zoológicos, os animais silvestres podem ser utilizados para atender interesses variados, do mero entretenimento de visitantes até a condução de pesquisas científicas, programas de conservação das espécies ou de educação ambiental.

Enquanto alguns zoológicos não são capazes de oferecer a atenção requerida por determinadas espécies, outros contam com uma estrutura ampla, profissionais experientes e equipamentos especializados, contribuindo efetivamente para a conservação da natureza através de iniciativas como a reprodução controlada de animais ameaçados de extinção.

Por essas razões, antes de destinarmos um animal silvestre para um jardim zoológico, é importante conhecer seus objetivos, características e forma de trabalho. Para isso, devemos estabelecer contato com o órgão ambiental responsável por licenciar esse empreendimento.



Fig. 113: Alguns zoológicos possuem programas de conservação de animais ameaçados, como essa harpia.



Fig. 114: Urso negro (*Ursus americanus*) apreendido e destinado para um criadouro conservacionista.



Fig. 115: Exóticos como essa serpente do milharal podem ser destinados para criadouros comerciais.



Fig. 116: Mesmo aves incapazes de voar ainda podem ser reproduzidas por criadores autorizados.

Criadouros científicos para fins de conservação

Diferente do que ocorre nos jardins zoológicos, os animais mantidos em criadouros conservacionistas não são expostos à visitação pública, sendo mantidos para auxiliar programas de conservação e educação ambiental. Para isso, esses criadouros devem estar vinculados a um projeto de manejo reconhecido pelo órgão ambiental competente, do qual também podem fazer parte outros criadouros, zoológicos e órgãos ambientais.

Em um passado distante, a ausência de especificações mais claras pode haver levado ao eventual registro de coleções particulares de animais silvestres na forma de criadouros conservacionistas.

Para obter mais informações sobre esses criadouros, suas características e programas de conservação, é importante estabelecer contato com o órgão licenciador responsável.

Criadouros científicos para fins de pesquisa

Além de não expor os animais à visitação pública, esses criadouros devem utilizá-los para atividades científicas, de ensino ou extensão. Para isso, devem estar vinculados a uma instituição educacional ou pesquisa.

Podemos encontrar criadouros dedicados à pesquisa dos mais variados assuntos, como o estudo de doenças, efeito de fármacos, ensino de alunos de graduação e pós-graduação, entre outros.

Desde que o criadouro esteja regular com suas obrigações e não existam razões em contrário, também é possível destinar animais para essas instituições. Colaborar para o progresso da ciência é uma ação de interesse, especialmente diante de pesquisas capazes de ajudar a conservação dos animais na natureza.

Criadouros comerciais

Criadouros comerciais reproduzem animais para o comércio de indivíduos, suas partes e subprodutos.

A destinação de animais para criadouros comerciais pode colaborar para o aumento de sua população reproduzida em cativeiro, com a esperada redução do valor monetário desses animais e a possível redução da pressão de captura sobre suas populações na natureza.

Apesar disso, e assim como ocorre com qualquer outro empreendimento, é possível encontrarmos criadouros comerciais com uma estrutura e procedimentos mais adequados do que outros.

Por isso, é igualmente importante contatar a autoridade responsável por autorizar esses empreendimentos e solicitar mais informações antes de enviarmos os animais sob nossa responsabilidade.



Fig. 117: Harpia com dispositivo de monitoramento via satélite, destinada para pesquisador autorizado.

Situações especiais

Além das categorias listadas anteriormente, também é possível destinar animais para os chamados mantenedores de animais silvestres, empreendimentos criados para a manutenção de animais sem a possibilidade de sua reprodução, exposição ou transferência. Essa é uma alternativa para a destinação de animais com características especiais, não abarcadas por nenhuma das categorias anteriores.

Podemos encontrar também pesquisadores com autorizações especiais para o manejo de animais silvestres. Nesses casos, é indispensável estabelecermos contato com a autoridade responsável por emitir essas autorizações, para verificar seus limites de atuação.

Eutanásia

Finalmente, haverá situações em que precisaremos refletir sobre a utilidade ou conseqüências de mantermos um determinado animal vivo. Esse é o caso, por exemplo, dos animais exóticos invasores, espécies que não ocorrem naturalmente em nosso país e que uma vez livres podem causar graves danos ao meio ambiente local.

Também pode ocorrer de recebermos um animal muito ferido ou doente, não havendo a expectativa de conseguirmos curá-lo ou evitar o seu sofrimento.

Em casos como esses, pode ser aconselhável recorrer à eutanásia, como é chamado o sacrifício humanitário de animais, praticado por profissionais responsáveis e de acordo com normas reguladoras específicas.

Em resumo

- Além de distinguir sua espécie, também precisamos avaliar os destinos que podemos dar a cada animal.
- As normas para a destinação de animais prevêem a possibilidade de sua liberação na natureza ou seu encaminhamento para entidades autorizadas.
- A soltura pode contribuir para a conservação das populações na natureza e para a manutenção do equilíbrio ecológico de todos nós dependemos.
- Não havendo razões em contrário, a soltura deve ser sempre a primeira forma de destinação a ser considerada por um centro de reabilitação.
- Nem sempre é possível ou conveniente soltar determinado animal. Nesses casos, pode ser necessário enviá-lo para as outras entidades.
- Essas entidades incluem outros Centros de Reabilitação, além de centros de triagem de animais silvestres, jardins zoológicos, criadouros comerciais, criadouros conservacionistas, criadouros científicos e mantenedouros de fauna silvestre.
- Caso nosso Centro não possa completar a reabilitação de um determinado animal, devemos considerar a possibilidade de enviá-lo para outros Centros capazes de realizar essa tarefa.
- Antes de destinarmos animais para um zoológico, é importante conhecer suas características e forma de trabalho.
- Criadouros científicos dedicados a conservação devem estar ligados a programas de conservação e educação ambiental.
- Criadouros científicos para fins de pesquisa devem estar vinculados a uma instituição educacional ou pesquisa.
- Antes de destinarmos animais para um criadouro comercial, é importante solicitar mais informações à autoridade responsável por sua autorização.
- A destinação de espécies ameaçadas de extinção pode exigir a observação de regras preparadas por grupos de trabalho especiais.
- Espécies possivelmente desconhecidas pela ciência devem ser preferencialmente enviadas para pesquisadores, para atender a interesses científicos justificáveis.
- Eutanásia deve ser considerada diante de animais muito feridos ou doentes, quando não há expectativa de conseguirmos curá-lo ou evitar o seu sofrimento.

Anotações

[illegible]

3. Considerações finais

“O problema com o bom-senso é que as pessoas que não o possuem não tem bom-senso o bastante para perceber isso”.

-Suzana Padua, durante a apresentação deste manual

Neste manual, a autora buscou usar uma linguagem acessível para apresentar um pouco de sua experiência particular como reabilitadora à frente do Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA em Porto Seguro, Bahia.

Embora praticada pelos seres humanos ao longo de sua história, foi apenas durante o século vinte que a reabilitação começou a ganhar contornos mais profissionais, acompanhando o crescente interesse da sociedade pelos assuntos ligados à conservação da natureza.

Como todo ramo mais recente de nosso conhecimento, a reabilitação ainda possui um caráter profundamente experimental, voltado para a busca de soluções para problemas nem sempre descritos pela bibliografia especializada. Infelizmente, esse caráter recente e experimental também está associado a uma maior dificuldade para ultrapassarmos certos desafios, por vezes nos impedindo de ajudar um determinado animal apesar de nossos melhores esforços.

Para minimizar situações como essas, é importante que todo reabilitador seja capaz de refletir, reconhecer humildemente seus próprios limites e pedir ajuda a outros profissionais sempre que não se sentir capaz de oferecer os cuidados exigidos para a reabilitação dos animais sob sua responsabilidade.

Em uma área de trabalho tão nova, em que ainda estamos dando os primeiros passos, esse é um dom muito valioso: a capacidade de reflexão, de avaliar honestamente nossas próprias limitações e então agir com maior razoabilidade.

Para lidar com animais, seres igualmente capazes de experimentar sofrimento, o agente ambiental precisa ser especialmente capaz de refletir sobre os limites de seu conhecimento e habilidades pessoais; de refletir sobre o que pode realizar sozinho e o que requer ajuda especializada; e, especialmente, refletir sobre o sofrimento que pode causar aos animais destinados de forma incorreta.

Para realizar esse exercício de reflexão, é preciso dispor antes de uma quantidade suficiente de treino e informações, de dados que nos permitam comparar objetivamente as diferentes situações que iremos vivenciar e então decidir de forma razoável sobre o melhor caminho a ser seguido.

Após quase vinte anos reabilitando animais silvestres diariamente, a autora acredita que essa é a chave para a formação de um bom reabilitador e, por conseguinte, para o bem estar dos animais sob sua responsabilidade: conhecimento e reflexão.



Fig. 118: Autora com os primeiros animais resgatados por ela - um par de saruês (*Didelphis aurita*).



Fig. 119: Um dos momentos mais recompensadores para o reabilitador: a soltura dos animais.

Espécies mencionadas no capítulo 3

Neste capítulo, fizemos referência aos seguintes animais: arara-canindé (*Ara ararauna*), arara-vermelha (*Ara chloropterus*), búfalo-indiano (*Bubalis bubalis*), tigre (*Panthera tigris*), peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), pardal (*Passer domesticus*) e sabiá (gênero *Turdus*).

Conceitos e termos de interesse

“Imprinting” ou estampagem: processo de aprendizagem no qual o animal se fixa em um determinado modelo e passa a segui-lo ao longo de toda a sua vida. Os processos de estampagem podem incluir referências sobre quais parceiros procurar e que tipo de abrigos usar.

Aclimação: processo de adaptação a uma determinada dieta, manejo ou acomodação.

Criador: neste manual, é a pessoa dedicada a criação regular de animais silvestres em cativeiro.

Criadouro: neste manual, é o local destinado a criação regular de animais silvestres em cativeiro

Equilíbrio ambiental ou ecológico: estado de um ecossistema em que a quantidade de seus diferentes seres vivos permanece relativamente constante devido a relações de interdependência entre eles.

Habituação: processo através do qual um animal silvestre passa a reagir a determinados estímulos estressores com uma intensidade gradativamente menor.

Leitura sugerida

BRASIL. COSTA, F. J. V. (Org.). **Ciência contra o tráfico**: avanços no combate ao comércio ilegal de animais silvestres. Arvorezinha: Imprell, 2017. 250 p.

CHARETTE, R.; GALLEGOS, F. A. L. **CITES Identification Guide – Turtles & Tortoises**: Guide to the Identification of Turtles and Tortoises Species Controlled under the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora. Ottawa: Environment Canada, 1999. 232 p.

CONVENTION ON INTERNATIONAL TRADE IN ENDANGERED SPECIES OF WILD FAUNA AND FLORA. **CITES Identification Guide - Turtles and Tortoises**: Guide to the Identification of Turtles and Tortoises Species Controlled Under the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora. Canada. Environment Canada, 1999. 101 p.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. IUCN **Guidelines for the placement of confiscated animals**: Prepared by IUCN/SSC Re-introduction Specialist Group. Gland, 2002. 27 p.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. IUCN **Guidelines for Re-introductions**: Prepared by IUCN/SSC Re-introduction Specialist Group. Gland, 1998. 11 p.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. IUCN **Guidelines for Reintroductions and Other Conservation Translocations**. Gland, 2013. 57 p.

SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Protocolo experimental para soltura e monitoramento de aves vítimas do comércio ilegal de animais silvestres no estado de São Paulo**. São Paulo, 2017.

UNITED NATIONS. **Guidelines for transport and preparation for shipment of live wild animals and plants**: a manual for shippers, handlers and importers of live wild animals and plants, with particular reference to the species protected by the convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna United Nations Environment Programme. United Nations Environment Programme, 1980. 109 p.

WILDLIFE CONSERVATION SOCIETY Wildlife Conservation Society. **Guía de procedimientos operativos para el manejo y disposición de animales silvestres decomisados o hallados en abandono**. Lima, 2013. 61 p.

Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

APÊNDICE – Legislação de interesse

Instrumento	Ementa
Decreto 6.514/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.
Lei 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Lei Complementar nº 140/2011	Descentralização da gestão e autorização de empreendimentos de fauna silvestre.
Lei nº 5.197/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna.
Portaria Ibama nº 93/1998	Anexo I - Lista de Animais Considerados Domésticos para fins de Operacionalização do Ibama.
Decreto nº 4.339 de 22 de agosto de 2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.
Resolução CONAMA Nº 237/1997	Institui princípios para o licenciamento ambiental de atividades de manejo de animais silvestres em cativeiro.
Instrução Normativa IBAMA nº 23, de 31 de dezembro de 2014	Define procedimentos para a destinação de animais silvestres apreendidos, resgatados por autoridade competente ou entregues voluntariamente pela população, bem como para o funcionamento dos Centros de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA – CETAS.
Instrução Normativa Ibama nº 7/2015	Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, e define, no âmbito do IBAMA, os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas.